

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,  
INICIADA NO DIA 23 E CONTINUADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2002.** -----

----- **ACTA NÚMERO QUATRO** -----

----- No dia 30 de Abril de 2002, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor Dr. João António Gonçalves do Amaral, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora D. Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Alberto Francisco Bento, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Augusto Pereira, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Artur Santos Madeira, Blasco Hugo Correia Fernandes, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Dina Maria Veredas Nunes, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Miguel Nunes Anacoreta Correia, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Angelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso

Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodrigo Jorge Moctezuma Pinto Leite, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho Silva, Rui Manuel Lobo Gomes da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Susana Maria Nunes Silvestre, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, António Manuel Pimenta Proa. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, Francisco José Fernandes Martins, Isabel Maria de Almeida e Castro, João de Deus Gomes Pires, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, José Manuel Afonso Possidónio, Maria Helena Carvalho Santos Oliveira Lopes. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira. -----

----- Álvaro Barreto (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Manuel Pimenta Proa. -----

----- Jorge Bacelar Gouveia (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Miguel Rodrigues Coelho. -----

----- Justificou faltas o seguinte Deputado Municipal: -----

----- José Cal Gonçalves (PSD), relativamente à reunião realizada no dia 23 de Abril de 2002. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de quorum, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião, informando que os primeiros pontos a apreciar e votar seriam os pontos 9 e 10 de Ordem de Trabalhos, seguindo-se depois a apreciação e votação dos pontos 11 e 12. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 9 – PROPOSTA 110/2002 – APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE LISBOA DO ANO DE 2001, AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** ----

----- **PONTO 10 – PROPOSTA 110/2002 – APROVAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE LISBOA DO ANO DE 2001, AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 110/2002 -----

----- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2001 --

----- “Considerando que, é competência da Câmara Municipal a aprovação dos documentos de prestação de contas, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da

Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção introduzida pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro e ainda do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL); -----

----- Tenho a honra de propor, nos termos da alínea e) do nº2 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal de Lisboa delibere: -----

----- Aprovar as demonstrações financeiras e o relatório de gestão relativos ao ano de 2001 e submetê-los à Assembleia Municipal de Lisboa, para que esta delibere nos termos previstos na alínea c) do nº2 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção introduzida pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Umhas breves apreciações do Relatório e Contas que temos para apreciar e que não diferem, na substância, de idênticos documentos que nos foram apresentados em anos anteriores. Eles expressam e expressaram uma política de gestão que sempre criticámos. -----

----- E criticávamos não porque quiséssemos impôr os nossos critérios. Sempre defendemos que compete a quem ganha governar – espero que a actual oposição assim o entenda também – mas dizia que criticávamos sobretudo porque a diferença entre o programado e o realizado sempre foi enorme. Perguntávamos sim ao Executivo de então pela realização das acções que tinham anunciado e que não víamos concretizadas. -----

----- E aqui é bom lembrar que nos últimos doze anos o Executivo camarário não podia alegar que foi condicionado na sua acção pela oposição – teve sempre maioria absoluta na Câmara e na Assembleia. Programou e orçamentou a sua actividade como quis, não pode apresentar portanto desculpa para o seu fraco desempenho, a não ser o demérito próprio. -----

----- Para memória lembro que só no primeiro mandato, o de 1990-1993, o Executivo de então dispôs de mais dinheiro do que o dinheiro somado de todos os anteriores Executivos desde o 25 de Abril. E aqui convém abrir um parêntesis esclarecedor para dizer que não por mérito do Executivo camarário mas pela evolução positiva da economia no País e pela legislação que veio dotar os municípios com melhores condições de gestão – governava então o PSD, com o Prof. Cavaco Silva como Primeiro-Ministro. -----

----- Com os 170,9 milhões de contos orçamentados para o ano de 2001 somam 1.473 milhões de contos os orçamentos de 1990 a 2001. Nem mesmo sendo 2001 ano de eleições municipais, em que regra geral todos os municípios se esforçam para apresentar obra, nem mesmo assim o plano de actividades foi cumprido. De 1990 a 2001 o desvio em relação ao orçamentado foi superior a 230 milhões de contos, dinheiro que a ter sido bem utilizado teria melhorado substancialmente a qualidade de vida dos lisboetas. E aqui um parêntesis para dizer que espero que não venha ninguém fazer o que fez um Vereador na reunião de 18 de Dezembro passado, dividir o que ficou por executar pelo orçamentado e ficar muito contente. O Orçamento da Câmara

não é fácil de ler, é certo, mas é preciso perceber-se o mínimo destas coisas. O encargo com o funcionamento dos serviços não é actividade a desenvolver e só essa rubrica consome parte muito significativa das verbas orçamentadas. -----

----- Da leitura deste Relatório e Contas ressalta mais uma vez aquilo que sempre combatemos: as despesas correntes são superiores às despesas de capital. Gastou-se sempre mais do que se investiu, comprometendo-se assim o futuro.

----- O rácio despesa de funcionamento sem pessoal/versus população voltou a aumentar sem que os lisboetas vissem melhorada a sua qualidade de vida. E aqui tenho que avivar a memória dos que contrariavam os números que apresentei em anos anteriores. -----

----- Que não, diziam, que eram mais baixos os valores, que eu utilizava o censo de 1991 quando a população de Lisboa vinha aumentando. Queria iludir aquilo que era evidente aos olhos de toda a gente – a população residente estar a diminuir. O censo de 2001 veio demonstrar que a situação era bem pior daquela que eu referia: abandonaram a cidade só, e este só entre aspas, cerca de 122.000 pessoas. -----

----- Queria referir apenas mais três aspectos que fazem parte da gestão de 2001. O primeiro refere-se à peregrina ideia que foi o elevador de São Jorge. O tempo e o dinheiro que se gastou. Foi pena que se tivesse anulado o debate previsto fazer nesta Assembleia. Teriam os Srs. Deputados Municipais ficado a saber o que foi dito pelos autores do projecto no debate que se realizou na Ordem dos Engenheiros e no qual participei. Talvez a não mais importante a reter: que aquela estrutura iria sofrer fortes vibrações verticais e horizontais o que inibiria muitas pessoas de a utilizar, podendo mesmo acontecer o que tinha acontecido em Londres pouco tempo antes. Dias depois da inauguração as vibrações eram tais que a ponte foi encerrada. E neste meio tempo tanto tempo inutilmente gasto, tanto dinheiro mal gasto com projectos, maquetas, vídeos e uma selvática destruição do prédio onde se pretendia implantar a base do elevador. -----

----- A segunda questão refere-se ao acabar das barracas. O plano arrancou em Lisboa com quase dois anos de atraso; não foram utilizadas todas as verbas que teria sido possível utilizar, como exemplifiquei com números na apreciação do Relatório e Contas do ano passado. Aquilo que era a única promessa calendarizada, como dizia o anterior Presidente da Câmara, caiu por terra. -----

----- Não resisto a recordar o que disse em 24 de Abril do ano passado quando da apreciação do Relatório e Contas de 2000, e cito: -----

----- “Aqui chamo a atenção para uma subtilidade de linguagem do Sr. Presidente da Câmara. Até há uns meses atrás falara em erradicação total das barracas até ao fim deste mandato. Agora diz acabar com o grandes bairros de barracas. A diferença é substancial.” Fim de citação. Não posso deixar de reconhecer que se fez trabalho importante nesta área, mas também não quero deixar de salientar que até aquela que era a única promessa, e calendarizada, ficou por cumprir. Para mal dos que continuam a viver em barracas. -----

----- A terceira questão tem que ver com o endividamento do Município. Várias vezes daqui chamei a atenção para os empréstimos que a meu ver estavam a ser mal ou

desnecessariamente feitos. Em dois ou três casos não tiveram outro remédio, ainda que *a posteriori*, de me dar razão. Mas não desistiram de continuar no caminho errado deixando o Município fortemente endividado, condicionando desta forma a gestão do Executivo que se seguisse fosse ele qual fosse. -----

----- O Relatório e Contas de 2001 é já passado. Espelha uma gestão que repetiu os mesmo erros dos anos anteriores. Neste virar de página da gestão autárquica a sua análise mais pormenorizada só interessa para se perceber a situação que é herdada pelo novo Executivo camarário e pelos aspectos negativos que condicionam o Plano de Actividades e o Orçamento para 2002. -----

----- Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, o povo de Lisboa que vos elegeu, espera agora de voz o ânimo e o saber para levar de vencida a má situação que herdaram e melhorar substancialmente a qualidade de vida na nossa cidade.” -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, depois de felicitar os serviços da Câmara pela clareza, rigor e objectividade com que elaboraram os documentos em apreciação, disse que a sua análise, em termos sintéticos, revelava que em meios humanos a Câmara tinha, em Dezembro de 2001, 9.798 trabalhadores, sendo de salientar que nesse ano se registara uma ligeira diminuição do número de trabalhadores, tal como se verificara uma ligeira redução do número de trabalhadores com contrato a termo certo. -----

----- Mas, mais importante ainda, era que nos doze anos em que a coligação estivera à frente da Câmara o número de trabalhadores em vez de aumentar, o que seria normal dado o alargamento das suas competências, diminuía quase 10%. -----

----- Quanto à receita, o seu montante total atingira 133,7 milhões de contos, dos quais 77,4 milhões foram de receitas correntes e 56,3 milhões de receitas de capital. -----

----- No que respeitava à receita corrente, disse que se verificara uma quebra de 5,9 milhões de contos em relação ao ano anterior, o que se devia à diminuição do montante dos impostos directos, com particular incidência na sisa e igualmente na venda de bens e prestação de serviços. -----

----- Quanto à despesa, esta atingira a verba de 134,8 milhões de contos, dos quais 74,3 milhões em despesas correntes e 60,5 milhões em despesas de capital. Em relação ao ano 2000 houve um aumento de 15,2 milhões de contos, mas era preciso salientar que desse montante 9,1 milhões de contos diziam respeito a despesas de capital. -----

----- Das despesas correntes, 40,8 milhões de contos, mais 2,6 do que em 2000, reportavam-se ao pessoal, e as despesas de capital, no montante de 51,2 milhões de contos, foram aplicadas na sua quase totalidade na aquisição bens de investimento, sobretudo em edifícios e outras construções. -----

----- Por outro lado, a poupança estrutural ascendera a 28 milhões de contos, tendo sido inteiramente aplicada nos projectos do Plano de Actividades. O saldo de gerência fôra de 2,2 milhões de contos, verba perfeitamente aceitável, e quando ao endividamento líquido esse situara-se nos 19,3 milhões de contos. -----

----- Da análise que acabava de fazer, disse que apenas salientava quatro aspectos que considerava importantes e, naturalmente, positivos: -----

----- Primeiro, o rácio entre as despesas com pessoal e as despesas correntes tinha sido de 26,4%, portanto inferior a menos de metade do limite legal, que era, como se sabia, de 60%. -----

----- Segundo, o aumento do investimento, de 7,1 milhões de contos, em relação ao ano anterior. -----

----- Terceiro, a diminuição percentual das despesas municipais em 2001. -----

----- Quarto, o equilíbrio que se verificara entre a receita corrente, de 77,4 milhões de contos, e a despesa corrente com 74,3 milhões de contos, tendo-se mesmo registado uma poupança corrente de 3,1 milhões de contos, ou seja, dera-se cumprimento ao princípio orçamental consagrado no Decreto-Lei 54-A/99. -----

----- Quanto ao Plano de Actividades, disse que a dotação inicial prevista era de 105,2 milhões de contos, que depois foi reforçada com 17,5 milhões de contos, tendo sido realizado em 75,8 milhões de contos. O autofinanciamento foi superior a 50% e o financiamento alheio atingira 37,7 milhões de contos, provenientes 22 milhões de empréstimos e 15,7 milhões de subsídios e participações. -----

----- Desses 37,7 milhões de contos, 28,4 milhões foram aplicados na habitação, 3,9 milhões no trânsito e infra-estruturas viárias e 1,8 milhões no planeamento e gestão urbanística. -----

----- Quanto à taxa de execução global disse que ela foi de 68,9%, mas se excluíssem a taxa de execução referente às operações de tipo permuta, que não tinham excedido os 31,1%, a taxa de execução do plano seria de 76,9%, e se fossem contabilizadas as obras executadas mas não contabilizadas, a taxa aproximar-se-ia de 80%. -----

----- Continuando, disse que do Relatório de Gestão e Demonstração de Resultados, ressaltava, fundamentalmente, a linha de continuidade prosseguida pela Câmara na resolução dos grandes problemas estruturais da cidade que ainda não tiveram total concretização e, de entre eles, nomeadamente no domínio do saneamento, infra-estruturas viárias, equipamentos desportivos e sociais, destacava-se a habitação social que exigira um esforço financeiro enorme para o qual a Câmara não dispunha de recursos próprios. Aliás, recordava que a poupança estrutural da edilidade, nos primeiros anos da década de noventa, não atingia sequer os 20 milhões de contos, em muitos casos andava nos 14 a 15 milhões, e só muito recentemente se aproximara das três dezenas de milhões de contos. -----

----- Com efeito, a habitação e a reabilitação urbana só por si representaram, em 2001, 42,3% das despesas realizadas, ou seja, 30 milhões de contos, e o resultado era bem expressivo, já que em 2001 foram concluídos mais de 5.200 fogos de habitação social. -----

----- Mas era óbvio que isso só tinha sido possível fazendo-se uma gestão criativa e eficiente, recorrendo-se ao financiamento alheio e investindo por forma a aproveitar os fundos estruturais da União Europeia e os subsídios da Administração Central. Por isso, recorrera-se naturalmente ao crédito mas sem pôr em causa a solidez financeira da Câmara, e fizera-se obra, obra que estava bem patente nos documentos em apreciação e que se dispensava de detalhar mais. -----

----- Disse, ainda, que decorridos doze anos em que a coligação de esquerda comandou os destinos da Cidade de Lisboa, com a apresentação deste Relatório de Gestão do ano

de 2001 fechava-se um ciclo da vida da cidade em que esta passara por grandes transformações, nas mais diversas áreas, que melhoraram profundamente a qualidade de vida dos lisboetas. Doze anos em que se acabara com a forma casuística e anárquica como até aí vinha sendo governada a cidade ao sabor da especulação imobiliária, passando a ter uma nova política de gestão urbanística de acordo com o Plano Estratégico e o PDM. -----

----- Doze anos em que tinha sido possível recuperar os atrasos estruturais herdados do passado, e modernizar a cidade dotando-a do saneamento básico capaz, construindo as infra-estruturas viárias que lhe faltavam e os grandes investimentos urbanos indispensáveis ao seu desenvolvimento. -----

----- Doze anos em que tinha sido possível acabar com essa chaga social constituída por cerca de 20.000 barracas e bairros clandestinos, que envergonhavam Lisboa e a tornavam socialmente injusta. -----

----- Doze anos em que fora possível colocar Lisboa nos primeiros lugares do *ranking* das cidades com melhor qualidade de vida. Aliás, via-se num estudo recente feito por uma insuspeita empresa, onde eram considerados factores como a habitação, os transportes, zonas de lazer, serviços públicos, etc., que Lisboa era colocada na 13ª posição entre as cidades europeias com melhor qualidade de vida, acima de Roma e de Atenas, e na 52ª posição a nível mundial. -----

----- Por outro lado, ao nível do *ranking* ambiental na Europa, Lisboa ocupava a 11ª posição logo atrás de Madrid e à frente de Paris, Roma, Londres e Atenas, mas a consagração e reconhecimento do seu prestígio internacional estava bem patente no facto de lhe ter sido atribuído o prémio europeu da sustentabilidade urbana. -----

----- Portanto, doze anos em que tinha sido possível transformar Lisboa numa cidade mais qualificada no domínio urbanístico, mais desenvolvida do ponto de vista económico e turístico, mais humanizada através da protecção e valorização dos recursos ambientais e do incremento cultural e desportivo, e mais justa e solidária no plano social. -----

----- Em suma, o balanço da gestão da coligação de esquerda nos últimos doze anos era francamente positivo, e era esse o legado que se orgulhavam de deixar ao novo Executivo, esperando que lhe fosse dada continuidade e não houvesse retrocessos. ----

----- Por isso, disse a terminar, agora na oposição não esmoreceriam e continuariam a luta em defesa da cidade e da sua população. -----

----- **O Senhor Presidente** informou o Plenário que o Sr. Presidente da Câmara se encontrava a representar o Município no funeral do jornalista Fernando Pessa pelo que chegaria um pouco mais tarde, encontrando-se representado pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara. -----

----- **O Senhor Vereador António Abreu**, no uso da palavra, começou por agradecer ao Sr. Vice-Presidente da Câmara o facto de ter permitido que interviesse neste ponto, já que se tratava de matéria que tinha a ver com a gestão da Câmara anterior e parecia-lhe que técnica e politicamente seria mais adequado ser assim feito. -----

----- Depois, disse que desejava sublinhar quatro ordens de questões, das quais, a primeira era que ao longo dos doze anos anteriores tinha havido anos piores e anos

melhores. Houve anos onde a previsão de receitas e a sua realização tinha sido superior ao que tinha sido noutros anos, houve possibilidades de contenção de despesas ou de concentrar as despesas em determinados períodos em consequência das despesas terem sido menores noutros, mas sempre se trabalhara com os serviços dos diferentes departamentos que eram capazes de gerar nesses diferentes tipos de situações as soluções para cada caso concreto, no sentido de que os planos de actividades apresentados à Câmara, e posteriormente à Assembleia, tivessem previstas as possibilidades de responder a cada situação concreta. -----

----- A segunda ordem de questões tinha a ver com comentários àquilo que tinha dito o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa, que, aliás, os ia habituando a esse tipo de questões que reflectiam alguma dificuldade em compreender o que eram planos de actividade, relatórios de actividade ou, em geral, o que era a actividade de uma Câmara Municipal, e, portanto, em primeiro lugar, queria dizer-lhe que a execução nunca era nem podia ser a 100%. -----

----- Mas, apesar disso, pretendia também dizer-lhe que a Câmara Municipal de Lisboa era das câmaras do País que tinha maior execução. -----

----- Por outro lado, dizia-lhe também que uma boa parte da não execução da Câmara Municipal se ficara a dever à não intervenção de actores diversos que não ela própria, já que havia verbas que figuravam no Plano de Actividades e no Orçamento mas que estavam afectas à participação de outros. Havia também situações em que se orçamentavam verbas que não se era capaz de gastar, isso era uma realidade, era uma situação rara mas encontrava-se, e isso dependia de limitações que tinha a própria constituição dos serviços, limitações numéricas, limitações de determinados tipos de quadros para acelerar processos e poder aproveitar recursos disponíveis, o que a Câmara tinha que procurar resolver, nomeadamente aumentando determinados grupos profissionais. -----

----- Mas, apesar de ter havido uma redução de pessoal, assinalava que a Cidade de Lisboa aumentara a área de serviços a ser assegurada pelo Município relativamente a anos anteriores, e isso teria que ser corrigido a prazo. É que, por um lado, aumentavam as receitas, aumentavam as despesas, aumentavam as áreas a ser servidas, aumentava o nível de satisfação das pessoas e conseqüentemente o nível de novas aspirações, mas, por outro lado, mantinha-se o número de pessoal num determinado limite, e isso, obviamente, a partir dum determinado momento fazia com que a bota não jogasse com a perdigota. Esta não seria a altura para este tipo de discussões, mas isso ia ao encontro de algumas questões que o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa referira. -----

----- Era óbvio que havia diferentes tipos de despesas e diferentes tipos de receitas, e não se podia dizer apenas que as receitas não tinham chegado para as despesas de investimento – essa julgava ter sido a expressão utilizada pelo Deputado Municipal Athayde Carvalhosa. Só que, como o referido Deputado Municipal sabia, a Câmara não fazia só despesas de investimento, fazia despesas de muita ordem: de ordem social, de ordem desportiva e outras, que tinham a ver com questões fundamentais do funcionamento da Câmara mas que não tinham contrapartida em investimento. Havia



muitas despesas que tinham contrapartidas em investimento, mas era preciso conhecer um mínimo de economia para se saber ler um plano e dar palpites sobre ele. -----

----- Quanto à questão do endividamento, disse que insistia, como noutras alturas tinha insistido, que a Câmara não tinha atingido os limites de endividamento; que ao mesmo tempo que se endividava o fazia para realizar investimento; que quando vendia património, e mesmo sem o vender, esses empréstimos traduziam-se sempre num acréscimo de património, e, portanto, não poderia nunca fazer-se uma leitura do aumento de recurso ao crédito como uma coisa necessariamente negativa. -----

----- Aliás, sendo o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa oriundo de uma bancada liberal, não percebia que raio de entendimento tinha do funcionamento do capitalismo se não havia possibilidade de recorrer à banca, nomeadamente para fazer investimentos. Então onde era que se ia buscar? Como era que uma Câmara Municipal arranjava dinheiro para fazer investimentos se não fosse através desse tipo de sistemas? -----

----- Disse, ainda, que o exemplo de Lisboa tinha sido seguido em muitos lados como um exemplo paradigmático de lançamento, andamento e qualidade do PER, e até de capacidade para corrigir determinadas tendências de uma fase inicial, que se não mostraram as mais positivas. -----

----- Acerca do elevador, disse que ele não se viu, nisso o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa tinha razão, mas a Câmara também nessa altura, após o debate público, confirmara o objectivo de abandonar o projecto em função da vontade expressa pelos lisboetas. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que a bancada do PS não podia deixar de dizer algo sobre os documentos em apreciação, fundamentalmente porque, através deles, estavam também a prestar contas daquilo que tinha sido o exercício passado, durante o qual a coligação de esquerda liderara a Câmara Municipal de Lisboa. E, como não podia deixar de ser, a sua bancada, que desde sempre suportara, apoiara e estivera solidária com a prática política que a Câmara exercera, não podia agora deixar de ir ali dizer que se reviam na prestação de contas ora apresentada. -----

----- Mas também desejava colocar uma tónica sobre aquilo que tinha sido a intervenção do Deputado Municipal Athayde Carvalhosa, que, aliás, era normal. Todos tinham o grato prazer de lidar com o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa há já alguns anos, neste fórum ou noutros visto que também já passara pela Câmara Municipal de Lisboa, sabiam qual era a sua postura, sabiam qual era a sua prática, e precisamente por isso não podia deixar de colocar nos seus devidos termos aquilo que foi, por um lado, a execução da actividade municipal no mandato passado e, por outro lado, aquilo que foi o trabalho efectuado pela Câmara Municipal, porque essas coisas ficariam para a história e mal parecia que a bancada do PS ouvisse a intervenção do Deputado Municipal Athayde Carvalhosa e não viesse contestar, até porque tal poderia dar a ideia que estavam de acordo com ela, o que manifestamente não estavam, bem pelo contrário. -----

----- Disse, então, que a coligação de esquerda, que governara a cidade até às últimas eleições autárquicas, devia ter um grande orgulho por aquilo que hoje apresentava a julgamento na Assembleia Municipal. Aliás, desejava lançar ali o repto de que seria muito interessante que, daqui por um ano, estivessem a analisar o actual Executivo municipal e pudessem ter também uma taxa de execução a rondar os 70%, taxa de execução essa que o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa, contudo, considerara ser reduzida. Por isso, desde já ficava o desafio para que daqui por um ano o mesmo Deputado Municipal fosse ali dizer que tudo o que fosse abaixo de 70% de taxa de execução seria uma má execução orçamental. Era um desafio que não foi o PS mas sim o PSD que lançou, mas congratulavam-se por esse desafio lançado pelo PSD ao seu próprio Executivo municipal. Contudo, desde já ficava evidente que se a taxa de execução fosse abaixo dos 70% tal significava que estariam perante uma má gestão do actual Executivo. -----

----- Mas era óbvio que não podia ser esta a forma correcta para analisar as diversas áreas da gestão, até porque, ao contrário do Deputado Municipal Athayde Carvalhosa, o PS tinha a perfeita noção que no primeiro ano de mandato era evidente que as dificuldades da equipa que agora governava a Câmara eram muito óbvias. Aliás, bastava que se ativessem ao Plano de Actividades e ao Orçamento apresentados para que tivessem consciência dessa dificuldade. Mas isso não era neste ponto, seria no seguinte. -----

----- Neste ponto, porém, teriam que ter em atenção outra coisa: é que quando era o próprio Presidente da Câmara que dizia que este não era o seu Orçamento, e explicava isso referindo que não o era devido aos muitos compromissos que transitavam do mandato anterior, tal significava que ao contrário da imagem que ali se procurava veicular, o Executivo anterior deixara muita obra, deixara imenso trabalho para a actual maioria camarária desenvolver, o que era bom para a Cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, nada poderia ser mais injusto do que não reconhecer aquilo que tinha sido o trabalho feito pela Câmara que em Dezembro terminara o seu mandato, quer no que respeitava à infra-estruturação da Cidade de Lisboa, quer no que tinha a ver com as infra-estruturas em subsolo e com o espectacular trabalho feito em termos da higiene urbana. De resto, como era reconhecido por todos, excepto quando não se queria ver e se procurava uma coisa qualquer que não tivesse corrido bem para estragar um trabalho apresentado, a actuação do Executivo relativamente à execução do PER, como muito bem realçara o Sr. Vereador António Abreu, representara, designadamente nos últimos dois anos do mandato, um esforço extraordinário em termos de execução na área do social. E quando falavam da área do social não podiam, obviamente, deixar de ter em consideração aquele que foi o trabalho feito na habitação social. -----

----- Mas, curiosamente, o novo Executivo considerava que já não havia grande necessidade de construção, a aposta agora seria a recuperação e a reconstrução, o que significava que também aí estava a ser feito um implícito reconhecimento do imenso trabalho feito nessa área, a área do social. -----

----- Por conseguinte, a bancada do PS não ficaria bem consigo própria se não se referisse que estavam muito satisfeitos com o espectacular trabalho desenvolvido pela Vereação, no que dizia respeito à intervenção social por exemplo para não falar só na habitação, porque quando falavam na habitação estavam a falar em dar uma casa digna e condigna a todos os cidadãos da Cidade de Lisboa que a ela tinham direito. -----

----- Por outro lado, também o trabalho feito na área da intervenção social era um trabalho que falava por si, mas, curiosamente, nessa matéria não tinha havido a preocupação de desancar naquilo que tinha sido o trabalho apresentado, porque, se calhar não mereceria a pena. Mas poderiam ainda falar naquilo que tinha sido uma outra aposta na qualidade de vida da cidade, concretamente a aposta da Câmara em matéria de ambiente. -----

----- Por tudo isso, na sua opinião, não poderia ter sido mais injusto aquilo que o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa referira, porque não tinha qualquer correspondência com a realidade que todos conheciam. Aliás, tinham perfeita consciência de que o anterior Executivo cumprira, e cumprira muitíssimo bem, aqueles que eram os seus compromissos e sobretudo a sua obrigação para com as pessoas da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, no uso da palavra, disse que apenas desejar referir um ponto que lhe parecia importante, e tão certa era essa convicção que o Deputado Municipal Dias Baptista acabara de lhe dar razão. -----

----- De facto, apenas pretendia focar um ponto das Contas que condicionava o Orçamento a apresentar e, nessa perspectiva, não queria fixar-se tanto no passado mas apenas ilustrar esse mesmo ponto. -----

----- Referia-se, concretamente, ao índice de autonomia financeira corrente, o qual em 1999 já era de 128%, o que não era animador, em 2000 passara para 122% e em 2001 apresentava o número bastante mais preocupante de 104%. Isto para dizer, portanto, que o actual Executivo herdava, de facto, um problema financeiro na justa medida em que a obra política traduzia-se em despesa, despesa essa com que todos concordavam e por isso estavam ali a trabalhar, mas a despesa teria que ser avaliada, primeiro pela forma como era feita e, segundo, pela forma como se financiava. -----

----- Quanto à forma como era feita, todos a discutiram na campanha eleitoral, não pediram nenhum *mea culpa*, o povo já sancionara aquilo com que concordava, aquilo com que discordara no passado e aquilo que pretendia para o futuro. -----

----- Mas o problema financeiro esse ficava. Ficava e nessa medida iria condicionar o Orçamento a apresentar para 2002, Orçamento esse que não seria tão ambicioso como todos, da bancada do PSD e também do próprio Executivo, desejariam. -----

----- Disse, ainda, que se regozijavam com a postura do PS e continuariam a aceitá-la desde que a crítica fosse a quem de direito. Apenas queriam reflectir nesse problema financeiro e dizer que amanhã ao pedirem para os criticar, sim senhor seriam bem-vindas as críticas, mas que não criticassem por aquilo que não tinha sido feito pelo actual Executivo e criticassem apenas por aquilo que era da maioria actual. -----

----- Este era um problema que o Executivo certamente iria resolver como resolveria muitos outros, mas efectivamente condicionava o Orçamento de 2002. Contudo, dada

a habilidade, criatividade e imaginação que todos entendiam que o Executivo tinha, certamente daqui a dois anos este problema já não existiria ou não seria tão grave como parecia ser neste momento. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por referir que estavam a discutir o Relatório da gestão de 2001, portanto da responsabilidade do anterior Executivo, que, aliás, já tinha sido defendido por um representante desse mesmo Executivo que se mantinha no actual, embora sem Pelouros atribuídos. Referia-se, concretamente, ao Vereador António Abreu. -----

----- Depois, disse que era importante começar por caracterizar o que era o mastodonte enorme que representava a Câmara Municipal de Lisboa, para que tivessem uma ideia mais ou menos correcta daquilo que o novo Executivo ia herdar. Só assim podiam avaliar o que poderia ser aquilo que se ia construir na base daquilo que era o histórico da Câmara, na medida em que nada aparecia de novo, tudo vinha do passado, tudo vinha acumulado e, portanto, nada se podia construir a partir do zero. Por isso, era preciso ter em consideração aquilo que existia presentemente em Lisboa e que era o património, gostasse-se ou não, da cidade. -----

----- Referiu, então, que a Câmara, no final de Dezembro, tinha 9.798 funcionários, 9.642 dos quais do quadro e 156 com contratos de trabalho a termo certo. Dos 9.642 funcionários do quadro 301 eram chefias, 1.219 técnicos superiores, 179 técnicos, 916 técnicos profissionais, 1.197 pessoal administrativo, 1.000 operários, 3.490 auxiliares, 84 informáticos, 949 bombeiros e 463 polícias. -----

----- Seguidamente fez um parêntesis na apreciação da matéria para referir que o Relatório, à semelhança de anos anteriores era um documento muito bem apresentado, com bastantes gráficos e bastante informação que poderia proporcionar a quem quisesse tomar alguma atenção sobre aquilo que era a realidade da Câmara, o pudesse fazer com elementos concretos disponíveis nesse mesmo documento. -----

----- Portanto, saudava e aplaudia a apresentação do documento nos moldes em que se encontrava. -----

----- Prossequindo a apreciação, disse que, como se via, havia um predomínio bastante exagerado de pessoal operário, administrativo e auxiliar em relação à globalidade dos trabalhadores municipais, o que, logo à partida, revelava um baixo nível de qualificação do pessoal e era com esse pessoal que a actual maioria teria que trabalhar.

----- Por outro lado, a maior parte dos contratos de trabalho a termo certo, 48% eram do grupo auxiliar e administrativo e só 18% pertenciam ao grupo do pessoal técnico. --

----- Também era importante verificar-se a relação entre homens e mulheres existente na Câmara, em que 61% eram trabalhadores masculinos e 39% trabalhadores femininos, mas, curiosamente, relativamente às chefias e aos técnicos superiores a situação invertia-se pois aí havia muitas mais mulheres que homens. Ou seja, havia 177 mulheres em cargos de chefia e apenas 124 homens, enquanto que nos técnicos superiores havia 764 mulheres e os homens eram somente 427, tal como no pessoal administrativo existia um claro predomínio de mulheres que eram 970 enquanto os homens eram 196. -----

----- No entanto, nas profissões de operário e auxiliar aí a percentagem era claramente favorável aos homens. -----

----- Em termos de movimentos de trabalhadores, disse que no ano de 2001 se registaram mais entradas do que saídas, já que se registaram 284 admissões contra 280 saídas. -----

----- Quanto à formação, disse que a Câmara, como todas as instituições, dedicava também algum esforço à formação do seu pessoal, mas essa formação foi basicamente interna. Referia-se que tinha atingido um universo de 5.095 trabalhadores, mas o Relatório nessa parte tinha uma falha já que não referia o número de horas, o que seria importante que se referisse para dar uma ideia da qualidade dessa formação. De facto, tendo em conta o baixo nível de qualificação do pessoal, parecia-lhe que a formação dada pela Câmara era manifestamente insuficiente. Portanto, a Câmara não se dedicara à área da formação do seu pessoal com a incidência que o deveria fazer, e isso invalidava que houvesse uma progressão qualitativa do pessoal municipal. -----

----- Referindo-se à sindicalização do pessoal da Câmara, disse que não deixava de ser curioso que tendo a Câmara tido um Executivo comunista e socialista, naturalmente propício a fomentar a sindicalização, os níveis de sindicalização globalmente atingissem apenas os 51%, que incidiam, basicamente, nos bombeiros, pessoal auxiliar, operário e administrativo, sendo a Polícia Municipal a ocupar o mais baixo nível de sindicalização, os técnicos superiores estavam a seguir, e as chefias e dirigentes tinham apenas 16,9% de taxa de sindicalização. -----

----- Passando à análise económica e financeira da actividade da Câmara, disse que os proveitos operacionais de 2001 tinham sido de 92,9 milhões de contos, sendo esse valor fundamentalmente relativo a impostos e taxas, com 66,4%, e transferências e subsídios com 20%. Apenas 8,3% eram provenientes de prestações de serviços, valor bastante inferior ao obtido em 2000. -----

----- Os custos e perdas operacionais que foram suportadas pela Câmara, em 2001, totalizaram 76,4 milhões de contos, onde as remunerações apresentavam o principal peso com 43,8%. Só as despesas de remuneração e o fornecimento de serviços por terceiros atingiam os 68,3%, verbas que, como era óbvio, não tinham hipótese de ser incluídas nos investimentos. -----

----- Por outro lado, os custos com fornecimento de serviços externos, diminuíram de 29% para 24%, mas diminuíram apenas em valor percentual porque em valor absoluto tinham aumentado cerca de 2 milhões de contos. -----

----- Sobre os activos municipais disse que eles em 2001 totalizavam a quantia de 443,4 milhões de contos, mais 51,4 milhões de contos que no ano anterior, o que parecia ser um encher do activo municipal, mas isso apenas se verificara pelas mais-valias que entretanto foram incorporadas nesse mesmo activo. -----

----- Quanto às dívidas a terceiros, disse que elas diminuíram de 8,3 milhões de contos, menos 4,8 milhões de contos que em 2000, enquanto que os empréstimos desceram em 814.000 contos pela não concretização de alguns empréstimos, nomeadamente subscritos pela EPUL, sobretudo um de 500.000 contos, a curto prazo, que tinha sido solicitado por essa empresa. -----

----- Aludindo aos fundos próprios da Câmara, disse que eles somavam 330,8 milhões de contos, mais 24,3 milhões de contos do que em 2000, sendo nesse ano os resultados transitados de 18 milhões de contos e o resultado líquido do exercício 23,1 milhões de contos. -----

----- Acerca do passivo, disse que no final de 2001 ele perfazia 112 milhões de contos, mais 27,1 milhões de contos do que em 2000. As dívidas a terceiros correspondiam a 84,2% desse passivo, sendo o seu valor de cerca de 95 milhões de contos provenientes de empréstimos a médio e a longo prazo. -----

----- Por outro lado, a dívida a fornecedores e outras entidades atingia a quantia de 12,5 milhões de contos, mas em relação a essas dívidas ainda faltava aquilo que era considerado como a “utilização da gaveta”, utilização da gaveta essa que significava que os serviços, quando as facturas não tinham provimento, escondiam-nas na gaveta à espera do ano seguinte para terem provimento. Aliás, neste momento, segundo informações que tinha, era impossível calcular qual era o verdadeiro montante da dívida a terceiros, porque circulavam com certeza ainda nos vários serviços da Câmara, sem terem ido à Direcção de Finanças, facturas que certamente atingiriam os milhões de contos e que estavam à espera de terem provimento para poderem ser pagas. Isso de certa forma revelava também a anarquia que, em termos financeiros, a anterior maioria vivera. -----

----- Portanto, para além da discricionariedade e das soluções casuísticas que foram o paradigma do mandato anterior, havia ainda uma anarquia financeira que poderia criar dores de cabeça ao novo Executivo na medida em que era muito difícil ter consciência exacta das dívidas que a Câmara ainda tinha para terceiros, já que sucessivamente iam sendo encontrados documentos de despesa que não tinham sido considerados antes porque não tinham tido provimento nas contas municipais. -----

----- Aludindo às receitas, disse que elas totalizaram 133,7 milhões de contos, sendo receitas correntes 77,4 milhões e receitas de capital 56,3 milhões, valor que representava mais 26,9 milhões de contos do que em 2000, sendo 32,8 milhões em receitas de capital – evidenciando-se aqui os empréstimos no montante de 22 milhões de contos – tendo as receitas correntes diminuído 5,9 milhões de contos, ou seja, 7,1%. Portanto, as receitas de capital tinham sido engrossadas pelos empréstimos, que totalizaram a “módica” quantia de 22 milhões de contos. -----

----- Prosseguindo a intervenção, disse que, curiosamente, verificara-se nas receitas provenientes da sisa, da derrama e da contribuição autárquica uma diminuição relativa, o que era sintoma, nomeadamente em relação à sisa e à derrama, daquilo que foi o descalabro económico do Governo socialista nos últimos seis anos, em que, de facto, a capacidade económica dos portugueses tinha sido prejudicada. Portanto, tendo em conta que isso já se verificara no ano de 2001, seria de antever uma diminuição da economia em relação a 2002 e conseqüentemente também uma diminuição da receita da Câmara, uma vez que ela estava fortemente indexada àquilo que eram os valores da derrama e da sisa, visto que a contribuição autárquica tinha um período de carência dos novos edifícios de alguns anos e, em princípio, não seria muito provável que

diminísse, já que cada vez mais o património edificado que estava disponível para ser colectado com esse imposto ia sendo maior. -----

----- Mas a verdade era que relativamente à sisa e à derrama se verificava já uma acentuada diminuição, prova efectiva de alguma diminuição da capacidade económica com que Lisboa, e o País em geral, se viram confrontados. -----

----- Relativamente às despesas, disse que elas atingiram o montante de 134 milhões de contos, assim distribuídas: 75,8 milhões no Plano de Actividades, 4,9 milhões em operações financeiras, e 54,1 milhões no funcionamento dos serviços. Em relação ao ano anterior as despesas aumentaram 15,2 milhões de contos, dos quais 10,2 milhões no Plano de Actividades e o restante na componente estrutural. -----

----- Por outro lado, o endividamento aumentara 19,3 milhões de contos em 2001 relativamente ao ano anterior, e se ainda não era dramática a questão do endividamento municipal, o certo era que cada vez se deixava menos espaço ao novo Executivo para também ele recorrer a essa forma de gestão para poder fazer face às dificuldades resultantes dos investimentos que teria que fazer. De facto, a Câmara Municipal de Lisboa fora-se endividando fortemente nos anos transactos e, curiosamente, no ano 2001, último do mandato, o endividamento atingira a “módica” quantia de 19,3 milhões de contos, número que acumulado ao endividamento já existente cada vez punha a capacidade de endividamento da Câmara mais em causa. Isto apesar do Executivo anterior fazer desta questão uma bandeira quando referia que todos os consultores internacionais tinham a Câmara como bom pagador, com uma capacidade de endividamento muito grande. -----

----- Outro dado que referia como curioso, era, segundo disse, a falha na previsão das receitas relativamente a 2001, que também tinha sido significativamente incorrecta, já que entre receitas previstas e executadas tinha havido um desvio de 33,8 milhões de contos. Ainda há pouco ouviram o Deputado Municipal Dias Baptista dizer que se congratularia se daqui a um ano a taxa de execução fosse semelhante àquela que se verificara no ano 2001, quando ela, afinal, nem tinha nada de especial e a coligação que estava no poder já tinha tido taxas de execução bastante superiores no passado, o que, aliás, era ainda mais de estranhar tratando-se de um ano de eleições em que o Executivo se aplicara forte e feio para ter uma taxa de execução maior. De facto, 68,5% não era uma taxa de execução por aí além. -----

----- De qualquer maneira, provava-se que a maioria anterior falhara redondamente naquilo que era a sua própria previsão. Falhara em 33,8 milhões de contos, o que não era propriamente uma insignificância. -----

----- Nas receitas correntes, disse que os impostos directos totalizaram 51,2 milhões de contos, com uma perda de 3,2 milhões relativamente ao ano 2000, na sequência daquilo que já havia referido, concretamente a diminuição dos impostos motivada pela quebra da actividade económica. -----

----- Quanto aos impostos indirectos, disse que totalizaram 7,1 milhões de contos, tendo-se cobrado mais 700.000 contos que o previsto mas dentro de igual valor relativamente ao ano 2000. -----

----- Disse, ainda, que as transferências correntes foram de 7,1 milhões de contos; a venda de bens e prestação de serviços foram de 6,9 milhões; e as receitas de capital foram colectadas em 56,3 milhões, sendo 39% de passivos financeiros, 35,5% de transferências de capital, e 16,2% de vendas de bens de investimento. Houve um aumento de 32,8 milhões de contos nessas receitas, em consequência, basicamente, de uma maior utilização dos empréstimos destinados ao financiamento de projectos no âmbito do Plano de Actividades. -----

----- Portanto, houve mais receita de capital mas, como referira antes, ela tinha sido motivada por empréstimos feitos e que estavam na origem do tal endividamento já referido. -----

----- Relativamente às despesas globais, disse que elas totalizaram 134 milhões de contos, mas apenas 78,9 milhões do previsto no Orçamento tinham sido gastos. Relativamente ao ano 2000 as despesas cresceram 15,2 milhões de contos, o que também era importante. As principais despesas foram relativas ao Plano de Actividades, que totalizara 75 milhões de contos e representara 56% dos pagamentos efectuados. -----

----- Ao funcionamento dos serviços, segundo referira, foram destinados 54 milhões de contos, sendo 40,8 milhões para encargos com o pessoal e 3,3 milhões para outras despesas de carácter estrutural. -----

----- O serviço da dívida representara 4,7 milhões de contos, uma parte, naturalmente, para juros – 2 milhões de contos – e o restante para amortização do capital em dívida. Relativamente a 2000, o Plano de Actividades crescera 10,8 milhões de contos e o serviço da dívida 0,6 milhões, mais 14,6%. -----

----- Nas despesas correntes – continuou – atingiram-se 74 milhões de contos, ou seja, 55,1% das despesas municipais. Relativamente a 2000 foram mais 6,1 milhões de contos, mais 2,6 milhões em pessoal e 2,4 milhões na aquisição de serviços correntes. O pessoal representara 40,8 milhões de contos, ou seja, 54,9% da despesa corrente. ---

----- Quanto a transferências correntes, disse que foram gastos pelo anterior Executivo 6,2 milhões de contos, sendo 5,8 milhões no âmbito do Plano de Actividades, e em subsídios foram gastos 3,1 milhões de contos. Ou seja, em transferências e subsídios, dinheiro que passara da Câmara para entidades e instituições exteriores, a Câmara totalizara um valor de 9,3 milhões de contos, o que não só era verba significativa como também era uma forma de criar a ideia de um grau de execução do próprio Plano de Actividades superior aquele que na realidade existira. -----

----- Seguidamente, disse que da análise dos vários rácios resultava que embora a Câmara se continuasse a manter nos limites legais, quanto à despesa e ao endividamento estes subiam relativamente aos últimos anos. -----

----- Outro aspecto a salientar era que a continuada diminuição do número de municípios fazia com que aumentasse o custo por município das actividades municipais. Daí o grande empenho que o actual Executivo tinha em fazer regressar à cidade um número significativo de municípios que a abandonara por forma a que esse rácio se pudesse melhorar. -----



----- Por fim, disse que a taxa de execução de foi de 68,9%, o Executivo anterior era hábil em fazer engenharias financeiras para aumentar a taxa de execução, mas, de qualquer maneira, esta era uma boa taxa de execução. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Sarmiento (PSD)**, no uso da palavra, depois de referir que era a primeira vez que usava da palavra na Assembleia Municipal e que por isso desejava saudar o Sr. Presidente pelo excelente trabalho que tem desenvolvido, disse que relativamente às Contas de 2001 permitia-se salientar dois pontos que as intervenções do PS e do PCP lhe suscitaram. -----

----- Em primeiro lugar, referira o Deputado Municipal Dias Baptista que em 2001 tinham executado 70% daquilo que havia sido previsto, mas esquecera-se, quanto a si, da baixa execução que tiveram em anos anteriores, como também se havia esquecido que era ano de eleições e que, portanto, mais estranho seria se não tivessem executado 70% pelo menos. -----

----- Mas não se tinha preocupado o Executivo anterior em saber como financiar esse investimento, como pagá-lo mais tarde. E, por isso, a herança que deixaram foi uma herança de dívidas por pagar e de despesas não contratualizadas. -----

----- Disse, ainda, que a anterior maioria preocupara-se em lançar obra no final do mandato, provavelmente por questões eleitorais, mas não souberam como financiá-la, e a prova disso era o tipo de endividamento que deixaram. É que não deixaram um endividamento muito elevado, mas deixaram um endividamento quase sem nexos, já que em vez de o escalonarem ao longo dos anos deixaram-no em 2003 e em 2007 e, de tal maneira, que a situação da Câmara era que, se não renegociasse o endividamento, em 2003 não poderia cumprir aquilo que estava acordado. -----

----- Não olharam para a Câmara Municipal como um todo, foram fazendo, foram investindo sem qualquer preocupação com quem vinha a seguir. Por isso, o Sr. Vereador António Abreu tinha razão, não batia a bota com a perdigota antes do actual Executivo. -----

----- **A Deputada Municipal Dina Nunes (BE)**, no uso da palavra, disse que relativamente às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão do ano de 2001, o Bloco de Esquerda iria abster-se, e essa abstenção era determinada, sobretudo, pelo facto dos aludidos documentos terem a ver com a gestão autárquica anterior, ao longo da qual as forças que agora integravam o Bloco de Esquerda tiveram oportunidade de exprimir o seu desacordo em algumas das opções tomadas. -----

----- Contudo, parecia-lhes importante manter a ideia, que Sr. Presidente da Câmara tinha vindo a referir em várias ocasiões, de pedir uma auditoria independente às contas da Câmara Municipal de Lisboa. O BE defendia que as contas da Câmara deviam ser acessíveis a todas e todos os munícipes que as solicitassem e, portanto, deveriam ser o mais claras e o mais transparentes possível, para que com base numa informação sobre a situação financeira real da Câmara se pudessem tomar as melhores opções políticas para a cidade. -----

----- Disse, depois, que desejava deixar algumas preocupações relativamente à gestão do ano anterior, das quais, a primeira, ia no sentido de chamar a atenção para o endividamento brutal da Câmara Municipal, que estava em cerca de 95 milhões de

contos, e que só no ano passado tinha aumentado 20 milhões de contos, ou seja, quase 25% do montante actual. -----

----- Por outro lado, discordavam da política de proliferação de empresas municipais. Elas, na sua maioria, tinham sido criadas para prestarem um serviço para o qual existiam já departamentos na Câmara, o que originava uma situação de duplicação injustificada de estruturas e serviços, que esvaziava de significado, eficácia e poder os departamentos camarários e os órgãos de gestão e controlo municipal, bem como a ligação directa aos munícipes. -----

----- Disse, ainda, que igualmente discordavam da política de aumento de capital, e também de subscrição de capital da Câmara, a empresas municipais em fim de mandato. Referia-se, concretamente, ao facto de no dia 28 de Dezembro terem sido assinados alguns protocolos de aumento de capital, designadamente na EMEL, com 762.500 contos; na GEBALIS com 162.500 contos; na SIMTEJO em que houvera uma subscrição de capital; e, ainda, na Associação Parque Junqueira. -----

----- Isto, para o BE, era uma forma mais ou menos subtil de mascarar o prejuízo dessas empresas com uma injeção financeira directa da Câmara. -----

----- Aludindo à taxa de execução financeira, disse que quando ela era vista no seu todo não dizia nada, era preciso pesquisar e perceber o que significava. Nomeadamente, eram de destacar algumas áreas importantes para o desenvolvimento pleno e sustentável de uma cidade moderna, em que a execução ficara longe do admissível. Dois exemplos: o investimento no ambiente, já hoje ali apontado como uma área positiva da gestão anterior, mas que dizer da rubrica da limpeza, higiene urbana e saneamento, que nas recolhas selectivas teve uma taxa de execução de 6,8%, nos ecopontos não teve qualquer investimento, nem sequer a sua instalação. Seria que isso nada tinha a ver com a reivindicação de um melhor ambiente e um aumento na qualidade de vida? -----

----- Por outro lado, na área da intervenção social, também nada se fizera relativamente à integração das minorias étnicas na cidade, e pouco, mesmo muito pouco para além do que era necessário, se fizera no que dizia respeito aos deficientes.

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que uma vez que com dados objectivos não tinha sido rebatido nada daquilo que referira na sua intervenção inicial, iria responder apenas a alguns oradores que se lhe referiram nas suas intervenções. -----

----- Começando pelo que havia dito o Vereador António Abreu, disse que deixava de lado o rótulo de liberal que lhe quisera pôr, já que era um social democrata, a diferença constava dos livros, era só consultá-los. -----

----- Disse, depois, que o Vereador António Abreu foi das pessoas mais assíduas às reuniões da Assembleia Municipal, pelo que com certeza o teria ouvido afirmar, por mais que uma vez, quando se falava de endividamento, que não era contra ele. Mais que uma vez tinha afirmado que o endividamento não era um mal em si mesmo, e que poderia até, quando bem feito, ser um bom acto de gestão. O que então criticava, e continuava a criticar, era o modo e a aplicação dos empréstimos. Aliás, duas vezes pelo menos tinha-lhe sido dada razão por aquilo que dissera. -----

----- Quanto à afirmação de que a Câmara tinha muitas despesas sociais e que essas não eram reproduzíveis, disse que havia muitas prestações sociais que podiam ser um bom e muito útil investimento. -----

----- Sobre a intervenção do Deputado Municipal Dias Baptista, disse que este nunca o ouvira dizer que a Câmara não tinha feito nada. Era melhor que com tanto dinheiro que tinha tido nada tivesse feito! No entanto, o que se perguntava a um gestor não era o que ele fizera com os meios de que dispôs, mas sim aquilo que poderia ter feito, em qualidade e em quantidade, com esses mesmos meios. Era isso que marcava a diferença entre uma gestão e um bom gestor. -----

----- Quanto à afirmação do Deputado Municipal Feliciano David que, referindo-se a si, disse que a Câmara tinha seguido religiosamente o Plano Estratégico, perguntou-lhe onde estava quando, por mais que uma vez, o Sr. Presidente da Câmara referira que mandava às ortigas o Plano Estratégico. Aliás, até usava habitualmente aquela expressão de “pensar global agir local” e com isso metera na gaveta o Plano Estratégico que o Dr. Jorge Sampaio mandara fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que na linha daquilo que havia sido a sua primeira intervenção, desejava também pontuar algumas imprecisões ali ditas, a primeira das quais da parte do Bloco de Esquerda. Não havia qualquer perseguição, mas, de facto, já em duas reuniões seguidas, com grande pena sua, tinha que intervir porque não podia deixar passar a forma como o BE se dirigira à actividade do anterior Executivo. -----

----- Para si, enquanto líder da bancada do PS, era de todo inaceitável a forma como tinha sido dito aquilo que não foi a actuação da Câmara Municipal. -----

----- E era inaceitável por várias razões: primeiro, porque se tinha havido alguma preocupação por parte do anterior Executivo foi exactamente com a área do social, pelo que era particularmente surpreendente, e mesmo desagradável, ouvir ali um partido como o BE dizer que a anterior Vereação não actuara na área do social, não tivera uma preocupação de esquerda. Era inaceitável que tivesse sido dito isso, sobretudo da forma como se procurara dizê-lo tentando fazer passar a ideia, que era uma coisa que nem o PSD ousara chegar tão longe, de que, por exemplo, alguns défices nas empresas municipais tinham a ver com a forma como a Câmara procurara tapar esses ditos défices. Era perfeitamente inqualificável a mensagem que se procurara passar ali pelo Bloco de Esquerda, e, por isso, a repudiavam total e completamente. -----

----- A terminar, aludindo à intervenção de um Deputado Municipal, que não identificara, disse que era evidente que ele tinha procurado fazer o trabalho de casa no que respeitava a uma intervenção que a sua bancada lhe tinha encomendado, mas, a seu ver, algumas coisas teriam que ser ditas com uma maior consciencialização daquilo que se dizia. Porque assumir ali que o Executivo anterior deixava uma herança pesada, em termos financeiros, à actual Vereação, era um total e completo desconhecimento daquilo que se afirmara. -----

----- De facto, afirmar de forma tão peremptória que a execução orçamental que estavam a analisar era inferior à de anos anteriores mesmo sendo ano de eleições, era

de uma total e completa ignorância. Aliás, da bancada do PSD já colegas seus tinham explicado anteriormente que tinha sido ao contrário. Ou seja, para o procurar desmentir a si, o Deputado Municipal Victor Gonçalves referira que no ano transato, portanto em 2000, a execução orçamental tinha sido maior que em 2001, pelo que, logo aí havia alguma divergência, divergência que não sabia se teria alguma influência com os apoios das candidaturas à distrital do partido, certamente não, mas, de qualquer das formas, não podia deixar passar esta questão em claro porque quando se intervinha na Assembleia Municipal era preciso que se tivesse consciência do que se estava a dizer, e sobretudo teria que se procurar ser muito rigoroso. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Sarmento (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que em resposta à última intervenção pretendia referir que a análise que fazia era uma análise simples de números, e os números eram inequívocos. Não sabia qual era a área do orador anterior, mas, na verdade, apenas tinha feito uma análise económica dentro da sua área, limitara-se a isso. Não iria entrar em discussão sobre essa matéria, até porque havia ali pessoas bem mais qualificadas para o efeito. -----

----- Disse, depois, que levar para ali questões que nada tinham a ver com a Cidade de Lisboa, como parecia ser apanágio de algumas bancadas da Assembleia, que curiosamente hoje até tinha começado a discutir questões de Lisboa ao contrário de outras reuniões, não era prática do PSD. O PSD preocupava-se com as questões de Lisboa, que talvez o PS não quisesse discutir por causa dos problemas que deixara. ---

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que não era sua intenção intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, mas a intervenção da Deputada Municipal Dina Nunes, do Bloco de Esquerda, levava-a a que tivesse pedido para intervir, o que fazia por uma questão de honra, de lealdade e de respeito pela verdade. -----

----- É que com certeza não transmitiram bem à aludida Deputada Municipal nem ela teria visto bem o que tinha sido feito na área do social, em especial na integração e no trabalho referente às minorias étnicas. -----

----- De facto, a Deputada Municipal Dina Nunes estava errada, e estava errada porque nessa área a então Vereadora responsável, Profª. Doutora Maria Calado, tivera uma intervenção de grande qualidade e de grande rigor, não tratara as minorias como um grupo a quem se fazia algumas coisas e se dizia que tudo era permitido. Falara e trabalhara querendo integrar essas minorias e querendo incluí-las na Cidade de Lisboa, com os seus valores culturais, com as suas diferenças, mas aceitando a diferença e querendo que estivessem na cidade sem paternalismos. Fizera-o pelo respeito que a Câmara tinha face a todas as pessoas que eram diferentes. -----

----- Disse, ainda, que a Deputada Municipal Dina Nunes sabia disso porque muitas pessoas que conhecia estiveram lá convidadas para o Conselho das Minorias. Ou seja, as universidades e as associações tinham reconhecido o trabalho, a Deputada Municipal Dina Nunes, que tinha e deveria ter conhecimento, não o reconheceu. -----

----- Quanto aos deficientes, disse que a Vereadora Maria Calado também os tratara como iguais, pelo que era incorrecto vir-se ali dizer-se o que se disse. -----

----- Rematou dizendo que não atacava ninguém mas também não permitia que ali não fosse reconhecida a verdade, e aquilo que foi dito pela aludida Deputada Municipal era uma inverdade que não correspondia à realidade. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que não era intenção do seu partido criar qualquer polémica específica neste debate para apreciação das Contas de 2001 e muito menos fazer o balanço da anterior gestão camarária, tendo feito apenas algumas notas sobre a matéria. -----

----- E isso teriam os Deputados Municipais que aceitar, porquanto ao longo da gestão anterior, mesmo quando ele próprio como eleito pela UDP integrava a coligação, sobre vários assuntos manifestaram opinião contrária e votaram contra, e não era por agora estarem todos juntos na oposição que passariam a estar de acordo naquilo em que anteriormente não estiveram. Agora poderiam discutir para saber se a posição do BE estava certa ou estava errada porque todos eram crescidos, maiores e vacinados, mas esta era, de facto, a posição que tinham. -----

----- Disse, depois, que quando deram o exemplo das taxas de execução das questões sociais, isso não foi por acaso, porque já a seguir, no debate sobre o Orçamento, também falariam sobre as questões sociais, como não tinha sido por menosprezo da Vereadora da altura, Dra. Maria Calado, de quem pessoalmente era amigo e a quem reconhecia um grande trabalho na Câmara, mas tinha a ver com os dados objectivos que estavam escritos e que não foi o Bloco de Esquerda que os escrevera. -----

----- Quando diziam que não estavam de acordo que se pegasse em capital da Câmara para aumentar capital de empresas municipais, o Deputado Municipal Dias Baptista poderia dizer que não estava de acordo com eles, tinha todo o direito, mas não podia dizer que estavam ali a fazer qualquer cavalada porque eles sempre haviam sido contra as empresas municipais. Isto era uma coerência vertical de quem era de esquerda, pois sempre disseram que não eram a favor do neo-liberalismo e conseqüentemente não eram a favor de que se pegasse nos dinheiros da Câmara para esconder dívidas de empresas municipais, através de aumentos de capitais feitos há última da hora e que todos somados totalizavam quase um milhão de contos. -----

----- Portanto, os Deputados Municipais teriam todo o direito de dizer que não concordavam com a perspectiva do Bloco de Esquerda, eram de organizações políticas distintas, era preciso que isso fosse dito com clareza, mas era preciso que fosse dito, sem estarem a pôr em causa ninguém, que estavam numa polémica política séria e clara de quem tinha defendido determinadas posições e continuava a mantê-las por entender que eram justas. -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação o Relatório de Gestão do Município de Lisboa do ano de 2001, proposta 110/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS e PEV e a abstenção do PSD, CDS-PP, PPM e BE. -----

----- Por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- Depois submeteu à votação as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa do ano de 2001, proposta 110/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS e PEV e a abstenção do PSD, CDS-PP, PPM e BE. -----

----- Por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- (Os documentos acabados de votar, bem como o Parecer da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ficam devidamente arquivados nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, disse que conforme combinado em Conferência de Líderes passariam agora à votação das quatro Moções apresentadas, todas elas referentes a situações de falecimento. -----

----- Referiu que elas estavam distribuídas aos Deputados Municipais e aos órgãos de comunicação social, seriam reproduzidas integralmente na acta, e, portanto, propunha que não se fizesse a sua leitura por desnecessidade e que fossem votadas uma a uma, fazendo-se no final da votação das quatro um minuto de silêncio. -----

----- A primeira referia-se ao falecimento do Sr. Eng<sup>o</sup> António José dos Santos Gonçalves, e continha um Voto de Pesar pelo seu falecimento e uma recomendação à Câmara para que o seu nome seja atribuído a uma rua da cidade, sendo o seu teor o seguinte: -----

#### **MOCÃO N<sup>o</sup> 1**

----- “A Assembleia Municipal de Lisboa, manifesta o seu pesar pela morte do Eng<sup>o</sup> António José dos Santos Gonçalves e endereça aos seus familiares as condolências. ---

----- Foi membro desta Assembleia Municipal nos mandatos de 77/79, 80/82, 83/85 e 86/89. -----

----- Dirigente do MDP/CDE, foi fundador da Associação Intervenção Democrática e seu Vice-Presidente. -----

----- Conceituado especialista em questões ambientais, co-autor de um livro sobre recursos hídricos, publicado nos Estados Unidos da América e reeditado pela Fundação Calouste Gulbenkian. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que considere o nome do Eng<sup>o</sup> António Gonçalves, a ser atribuído a uma artéria de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Martinho Baptista, do PCP) -----

----- Submetida à votação foi a aludida Moção aprovada por unanimidade. -----

#### **MOCÃO N<sup>o</sup> 2**

----- “Fernando Pessa foi e é uma personalidade que marcou o jornalismo português, pelas qualidades de trabalho, exemplares na informação e na projecção da nossa língua. -----

----- Nasceu em Aveiro, em 1902, e passou grande parte da sua vida aos microfones da Rádio e da Televisão Portuguesa, depois de uma importante passagem pela BBC, que ficou como marco decisivo da sua carreira e em que se distinguiu na denúncia e combate ao nazi-fascismo. -----

----- O seu amor a Lisboa, a sua visão crítica, satírica e construtiva, deu-nos outra capacidade de olhar o quotidiano dos bairros e das freguesias, de podermos descobrir soluções positivas para os problemas reais que ele detectava e sabia apontar com humor e humanidade. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 30 de Abril de 2002, lamenta o seu falecimento, apresenta sentidas condolências à família enlutada e também, em especial, a todos os profissionais do jornalismo que ele dignificou e honrou, recomendando que a Câmara Municipal e a Comissão de Toponímia estudem e possam atribuir o seu nome a uma artéria significativa de Lisboa.” -----

----- (Subscrita, em primeiro lugar, pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, do PCP, mas também subscrita por representantes de todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal) -----

----- Submetida à votação foi a aludida Moção aprovada por unanimidade. -----

### ----- **MOCÃO N° 3** -----

----- “A Assembleia Municipal de Lisboa manifesta o seu pesar pela morte do Dr. Victor de Sá Machado, endereçando as suas sentidas condolências à família. -----

----- O Dr. Victor de Sá Machado, foi fundador do CDS, deputado à Assembleia Constituinte e Ministro dos Negócios Estrangeiros. -----

----- Homem de diálogo e uma das referências da Democracia Cristã, o Dr. Victor de Sá Machado serviu com a sua inteligência e visão a Fundação Calouste Gulbenkian, de que era actualmente o seu Presidente tendo sido um notável obreiro de incremento das relações de Portugal com os países em vias de desenvolvimento, muito em especial com os países Africanos Lusófonos.” -----

----- (Subscrita por representantes de todas as forças políticas) -----

----- Submetida à votação foi a aludida Moção aprovada por unanimidade. -----

### ----- **MOCÃO N° 4** -----

----- “Faleceu o Engº Rui Nogueira Simões, deixando em todos quantos tiveram o privilégio de o conhecer e com ele privar, um grande desgosto e um enorme vazio. ---

----- Homem de rara capacidade de concretização, dedicou larga parte da sua vida às empresas que dirigiu e à defesa da iniciativa privada. Era actualmente o Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa. -----

----- O Engº Nogueira Simões sempre afirmou os seus ideais democrata-cristãos, tendo sido membro da Comissão Política Nacional do CDS/PP e Deputado Municipal de Lisboa. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, endereça a seus filhos as suas sentidas condolências.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Anacoreta Correia, do CDS-PP e também pelo Sr. Presidente e representantes do PSD e do PS) -----

----- Submetida à votação foi a aludida Moção aprovada por unanimidade. -----

----- Terminada a votação das quatro Moções, o **Senhor Presidente** propôs então que se fizesse um minuto de silêncio recordando estas quatro figuras da Cidade de Lisboa e algumas delas da Assembleia Municipal, tendo a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória das quatro personalidades referidas. -----

**----- PONTO 11 – PROPOSTA 111/2002 – APROVAR AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÊNIO 2002/2005, ENVIADO À AML AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 2 DO ARTº. 53º DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----**

**----- PONTO 12 – PROPOSTA 111/2002 – APROVAR O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA O ANO DE 2002, ENVIADO À AML AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 2 DO ARTº 53º DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----**

----- PROPOSTA111/2002 -----

----- GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÊNIO 2002-2005 -----

----- ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA O ANO DE 2002 -----

----- “Considerando que, é competência da Câmara Municipal a elaboração das propostas das grandes opções do plano e do orçamento para o Município, de acordo com a alínea c) do nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção introduzida pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro e ainda do disposto no parágrafo 1 do ponto 2.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL); -----

----- Tenho a honra de propor, nos termos da alínea c) do nº2 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal de Lisboa delibere: -----

----- Aprovar as propostas das grandes opções do plano e do orçamento para o Município e submetê-las à Assembleia Municipal de Lisboa, para que esta delibere nos termos previstos na alínea b) do nº2 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção introduzida pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que sobre esta matéria havia duas recomendações, uma apresentada pelo Bloco de Esquerda e outra pelo Partido Socialista, que seriam votadas depois da votação dos dois documentos apresentados pela Câmara. -----

----- 1ª RECOMENDAÇÃO -----

----- “1) Considerando que o presente debate do Orçamento e do Plano de 2002 da Câmara Municipal de Lisboa está condicionado pela fase de transição da nova gestão camarária; -----

----- 2) Considerando as novas experiências que já começaram a ser desenvolvidas em várias cidades do mundo, de recolher as opiniões das populações interessadas na sua participação na construção das alternativas orçamentais e das grandes orientações estratégicas do plano de actividades; -----

----- 3) Considerando que uma das conclusões de todos os debates sobre a elevada abstenção nos actos eleitorais, unanimemente aceite, é a da necessidade de incentivar a participação dos cidadãos na gestão da sua urbe, não a resumindo exclusivamente ao acto de voto eleitoral; -----

----- 4) Considerando a necessidade da maior descentralização em todo o processo de elaboração do plano estratégico da cidade; -----



----- A Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 30 de Abril de 2002, decide recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que na preparação e discussão do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2003: -----

----- 1) Se inicie a prática da elaboração de um Orçamento Participativo; -----

----- 2) Instituir, para isso, um processo de debates temáticos, territoriais e globais, onde poderão participar todas as associações não governamentais da cidade e todos os cidadãos e cidadãs interessados em contribuir com as suas opiniões para a resolução dos problemas de Lisboa. Estes encontros deverão realizar-se por agrupamentos de freguesias, produzindo sínteses propositivas que o Executivo municipal deverá ter em conta na revisão e versão final do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2003; -----

----- 3) Que a discussão do Orçamento e Plano para 2003 seja acompanhada da retoma do Plano Estratégico da Cidade de Lisboa, bem como do Plano Director Municipal, em articulação com um Plano Integrado de Qualidade Ambiental.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

----- 2ª RECOMENDAÇÃO -----

----- “Considerando que nas Grandes Opções do Plano - 2002/2005 e no Plano Anual de Actividades para 2002 que hoje debatemos, consta como uma das obras que a Câmara Municipal de Lisboa pretende executar o túnel das Amoreiras/Av. Joaquim António de Aguiar/Praça Marquês de Pombal/Av. Fontes Pereira de Melo. -----

----- Considerando que o Executivo municipal tem toda a legitimidade para pretender executar esta obra, tanto mais que ela foi uma das suas bandeiras eleitorais. -----

----- Considerando, contudo, que esta obra tem vindo a ser contestada por um número cada vez mais significativo de especialistas do sector que afirmam duvidar que tal contribua para melhorar a qualidade de vida na cidade. -----

----- Considerando ainda que cada vez mais se torna evidente que o planeamento da cidade exige um debate profundo e consistente, em que os cidadãos podem e devem participar. -----

----- Considerando que a solução proposta não é integrável numa política correcta, de apostar nos transportes públicos, pelo contrário pode mesmo significar que se continuará a dar a primazia ao transporte individual. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa hoje reunida delibera: -----

----- Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que, antes de aprovar este projecto, promova um grande debate público, com a participação da Ordem dos Arquitectos, da Ordem dos Engenheiros e fazendo um apelo para a participação de todos os cidadãos e autarcas, após o qual a Assembleia Municipal de Lisboa deverá reunir para analisar um relatório decorrente desse debate público.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS) -----

----- **A Senhora Vereadora Teresa Maury**, no uso da palavra, disse que ao fazer na Assembleia Municipal uma breve apresentação dos documentos em debate, pretendia começar por referir que o Orçamento que apresentaram era um Orçamento de continuidade, já que grande parte das acções vinham do passado, as quais, portanto, impuseram grandes limitações na sua elaboração. -----

----- Disse, depois, que as receitas orçamentadas para 2002 perfaziam um total de 682 milhões de euros, dos quais as receitas correntes totalizavam 404 milhões, que eram mais ou menos valores que se mantinham próximos dos valores do ano transacto. -----

----- Em relação ao Plano de Actividades, disse que os valores perfaziam um total de 288,4 milhões de euros, mas desejava dizer que o Plano tinha sido elaborado com base, por enquanto, no ano 2002 e em determinadas acções a que se propuseram para os anos seguintes. Contudo, seria o ano de 2002 que lhes permitiria fazer um levantamento daquilo que havia para fazer, para além dos grandes projectos que tinham para no próximo Plano definir e que eram as grandes prioridades e os grandes projectos que o Executivo sentia necessidade de realizar. -----

----- Ao nível dos grandes objectivos, disse para a área do parque edificado, em termos de aquisição, construção e conservação, tinham previsto gastar 166 milhões de euros, o que basicamente tinha a ver com a habitação social. Mas era preciso dizer que a maior parte dessa habitação era reflexo de continuidade do passado. Bastava reparar que no ano transacto a execução nessa área tinha sido de 126 milhões de euros, e este ano a Câmara pretendia executar, como já referira, 166 milhões de euros, os quais só em parte se encontravam financiados por financiamento que vinha do passado, dado que cerca de 50 milhões de euros ou teriam que ser financiados por capitais próprios ou teriam que ir buscar financiamento a outro lado. -----

----- Outro dos objectivos fortes do Executivo tinha a ver com a reabilitação urbana, que, contudo, não tinha grande espalho porque não havia já verbas para o ano de 2002. Por isso, basicamente prolongaram o que haveria do passado, faziam pouco de novo mas pretendiam nos anos seguintes relançar esse objectivo, não como uma mera reconstrução de edificios do centro da cidade, mas procurando, de facto, dar um espírito novo ao centro da cidade. -----

----- Sobre o funcionamento da cidade, disse que as áreas do trânsito e da segurança eram dois pontos muito importantes e, por isso, o Executivo iria investir forte no corrente ano. Na área da segurança tinham, a nível do Plano, cerca de 10 milhões de euros, bastante mais que os 3,3 milhões de euros que foram gastos no ano anterior, e para a área do trânsito tinham orçamentados 12,5 milhões de euros contra uma verba de 5 milhões de euros investidos no ano passado. -----

----- Relativamente à área do urbanismo, disse que também duplicaram as verbas. Pretendiam este ano reflectir sobre o planeamento urbanístico que queriam para Lisboa. -----

----- Portanto, como área forte de intervenção estava, este ano, toda a área social, e aqui não podia deixar de comparar os números já ali referidos, porque, por exemplo, em 2002, na área da educação, da juventude e da criança pretendiam gastar cerca de 18,7 milhões de euros contra os 14,5 milhões de euros investidos no ano transacto.-----

----- Por outro lado, ao nível da acção social, quase duplicaram os valores anteriores já que tinham para 2002 cerca de 11,5 milhões de euros contra os 6,7 milhões de euros de 2001. -----

----- Por conseguinte, a nível de toda a área da intervenção social, o actual Executivo, em 2002, iria gastar mais de 10 milhões de euros em comparação com o Executivo anterior. -----

----- Na área da cultura, disse que também aí o Executivo pretendia dedicar uma atenção especial, e, para o efeito, orçamentara cerca de 30 milhões de euros contra os cerca de 17 milhões de euros de 2001. -----

----- A terminar, disse que se tratava efectivamente de um Orçamento de continuidade. Ou eram dívidas herdadas ou então eram novos equipamentos que iam iniciar-se, e por conseguinte não tinham grande possibilidade para lançar projectos novos. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para continuar a apresentação dos documentos, começou por chamar a atenção para o facto de ter sido distribuída uma errata relativa às páginas sete a onze das Grandes Opções do Plano, da autoria do Sr. Presidente da Câmara, que julgava que todos teriam já recebido e que depois seria incorporada quando fosse reencadernado o volume referente a esse documento. -----

----- Disse, depois, que desejava tecer algumas considerações no âmbito das competências que lhe estavam distribuídas, nomeadamente o planeamento, as infra-estruturas viárias, trânsito e o saneamento, tendo começado por referir que, como tinha sido em tempo distribuído e informado, uma das preocupações principais do actual mandato, em termos de planeamento urbano, iria ser, seguramente, a revisão do Plano Director Municipal, cujo prazo máximo estava previsto para 2004. Já tinha sido dado início ao seu processo de revisão, e para o actual Executivo constituía um desafio e uma aposta forte que em devido tempo tivessem esse instrumento fundamental de planeamento publicado. -----

----- Para o efeito, era preciso dar continuidade a um conjunto de trabalhos de base que tinham sido iniciados, era preciso criar um fórum de discussão permanente que integrasse as várias sensibilidades dos vários grupos, das várias entidades envolvidas necessariamente na vida da Cidade de Lisboa, aliás na linha do que era preconizado na aplicação da Agenda 21 Local, que para o Executivo constituía uma forte preocupação e uma linha orientadora tendo em vista um processo conducente a um planeamento sustentável. -----

----- Para tal, havia um conjunto de instrumentos de planeamento que tinham que ser desenvolvidos, conscientes de que dois anos poderia parecer muito tempo mas não o era, dava-se a circunstância de, como tinha sido referido na sessão de Câmara, deste Orçamento ser um Orçamento de transição, como referira a Vereadora Teresa Maury de alguma continuidade, mas necessariamente um Orçamento de transição. Não era um Orçamento de um período de vacas gordas, e como tal também era lógico que se aproveitasse essa circunstância para reflectir bem sobre as preocupações que existiam no planeamento da Cidade de Lisboa, e aproveitar este período para fortalecer os instrumentos de base para sustentar melhor a gestão urbana no futuro. -----

----- Concretamente, estavam a pensar num fortalecimento da informação cadastral de todo o património da Câmara, que, como era sabido, se encontrava não totalmente

centralizado mas algo disperso por várias estruturas orgânicas do Município. Portanto, era preciso ter-se esse instrumento fundamental para o planeamento, que era o conhecimento do património, tendo também, aliás, como pano de fundo a necessidade de cumprimento do POCAL. -----

----- Mas havia ainda outros meios fundamentais, entre os quais uma actualização de todo o plano de drenagem da Cidade de Lisboa, e não propriamente de zonas parcelares da cidade. Isso era particularmente importante para sustentar programas de reabilitação urbana em zonas onde isso era particularmente sensível como a Baixa de Lisboa, onde eram bem conhecidos os problemas que existiam nas fundações dos edifícios. Era importante para dar também continuidade a trabalho desenvolvido anteriormente pelo Arqtº Ribeiro Teles sobre as zonas da circulação da água, especialmente em períodos de cheia, por forma a criar um instrumento de apoio a um planeamento mais adequado com os desafios e as preocupações actuais numa cidade moderna. -----

----- Por outro lado, era também importante dotar a cidade de instrumentos inequívocos de apoio ao licenciamento, como era, por exemplo, a carta de sismicidade e de risco contra sismos, como igualmente era importante preparar devidamente a integração da malha verde urbana no planeamento, criando zonas de qualidade ambiental que não só garantissem uma certa respiração ecológica com os efeitos que isso tinha na ecologia urbana da cidade, e também recuperar zonas degradadas tendo como preocupação a qualidade da paisagem e a qualidade ecológica. -----

----- Em termos de trânsito, disse que já tinha sido anunciado pelo Sr. Presidente da Câmara a preocupação que existia em restringir ou limitar a circulação em zonas históricas de difícil acesso. Obviamente não seria eliminar a circulação, mas criar mecanismos que desincentivassem a procura desses locais da cidade por veículos particulares que não fossem de residentes ou destinados ao abastecimento do comércio dessas zonas, zonas essas que estavam detectadas e que eram carentes de estacionamento, pelo que era também vector importante nas acções previstas o reforço da capacidade de estacionamento. -----

----- Sobre o saneamento e protecção ambiental, disse que já tinha sido referida também a circunstância que determinara o envolvimento do Município numa empresa multimunicipal, enfim era um facto com que tinham que lidar, mas que acarretava obrigações muito elevadas, em termos de comparticipação financeira por parte da Câmara de Lisboa, que decorriam de condições contratuais que haviam sido estabelecidas e que ultrapassavam largamente os compromissos assumidos pelo Município em termos do tratamento e da drenagem de águas residuais urbanas. Em contrapartida essa empresa multimunicipal garantia alguns investimentos na Cidade de Lisboa, se bem que a maior parte deles já tivesse sido realizada em anos anteriores desde há muitos anos. -----

----- Era óbvio que esses encargos representavam uma melhoria ambiental, mas ultrapassavam aquilo que legalmente estava estipulado e, portanto, era preciso reequacionar também as relações entre o Município e essa empresa multimunicipal

face à esperada eliminação da empresa municipal actual, que caducava face à entrada em funções da nova empresa multimunicipal. -----

----- Mas independentemente da forma de gestão encontrada para a resolução dos problemas de saneamento da cidade, interessava também proceder a uma efectiva actualização, não só do cadastro para conhecimento da rede de infra-estruturas de saneamento existente, para de uma forma planeada e sustentada conhecer as necessidades prioritárias de remodelação da rede face às actuais características que não estavam em conformidade com uma cidade capital europeia, que não cumpria actualmente a legislação em vigor sobre a descarga de águas residuais urbanas para o estuário do Tejo. -----

----- Relativamente à iluminação pública, disse que chegara o prazo de renegociar o contrato com a empresa de fornecimento de energia à cidade e, portanto, esta seria também uma oportunidade para se proceder à revisão das condições com que a energia era fornecida, o que poderia trazer benefício tendo em conta a qualidade de serviços a que a cidade estava habituada em termos de garantia do fornecimento, em termos de cobertura do fornecimento e com contrapartidas que pudessem ser do interesse municipal. -----

----- Quanto ao património, referiu que já tinha dito que havia uma necessidade absoluta de se assegurar um cadastro informatizado de todo e não só de parte do património, isso tinha começado a dar os seus primeiros passos há cerca de um ano, mas, obviamente, era uma aposta forte o ter-se no mais curto espaço de tempo esse instrumento fundamental para o planeamento e para a valorização do património da própria Câmara. -----

----- Sobre o espaço público, disse que era óbvio que se pretendia dar uma maior qualidade à requalificação e remodelação das zonas urbanas, tentando, na medida do possível, uma manutenção e valorização dos espaços verdes, do ordenamento do estacionamento, instalação e manutenção de parques infantis, etc. -----

----- As infra-estruturas viárias, que constituíam uma área que ocupava sempre parte substancial do Orçamento, disse que reflectiam um pouco a redução de meios postos para as actividades em 2002. No entanto, havia prioridades estabelecidas que estavam referidas no próprio documento, que seriam, na medida do possível, feitas através de dotação financeira própria da Câmara e não através de operações de permuta como havia sido no passado. -----

----- E nesta área, porque não estava bem claro nos documentos, destacava o início para breve da Av. Santos e Castro, no Alto do Lumiar, como uma via penetrante fundamental para uma realidade que, a curto prazo, se desenvolveria naquela zona da cidade, que com certeza iria acarretar o sobre-esforço para o trânsito já de si elevado, por exemplo na Segunda Circular. Portanto, era uma área prioritária. -----

----- Obviamente que no património das infra-estruturas haveria uma interligação que decorreria também duma revisão das ligações que desde sempre existiram entre a Câmara Municipal de Lisboa e outras entidades, como o próprio património do Estado, fosse ele do Ministério da Defesa, do Ministério da Educação ou do Ministério da Saúde, ou, ainda, com a Administração do Porto de Lisboa, a ANA, a

Refer e o Metro. Portanto, havia também um grande empenho, que poderia não estar suficientemente bem retratado nos documentos, no sentido de rever contratualmente as relações entre a Câmara e essas entidades por forma a racionalizar a ocupação do espaço público em proveito de todos e não numa óptica sectorial de interesse privado.

----- Por fim, disse que do ponto de vista dos transportes era fundamental o desenvolvimento, que supunha ser consensual, dos esforços no sentido de se criar a Autoridade Metropolitana de Transportes como forma primeira e absolutamente prioritária de tentar inverter a tendência que se verificava há muitos anos do recurso sistemático ao transporte público para as pessoas que iam para o centro da cidade trabalhar. Essa era uma medida prioritária, outras medidas que achavam que eram também importantes e necessárias, como as infra-estruturas viárias, obviamente iriam dar-lhes continuidade, mas não deixando de ter como pano de fundo essa medida que, no entender da Câmara, era absolutamente vital para, no quadro da Área Metropolitana de Lisboa, tentar inverter a situação actual que de outra forma continuaria a ser agravada em termos de afluência de trânsito ao centro da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, usando da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, disse que a Comissão reunira duas vezes para apreciação do Orçamento e Plano de Actividades para 2002, mas a grande dificuldade que teve resultara do facto dos documentos lhes terem sido entregues apenas no dia 23 de Abril, e dado que tiveram ainda um feriado pelo meio a Comissão teve alguma dificuldade para elaborar o seu Parecer. -----

----- Isso, porém, conforme o Parecer que foi distribuído, não significava que não tivesse sido feita uma apreciação com profundidade dos aludidos documentos. -----

----- Agradeceu à Sra. Vereadora Teresa Maury e aos técnicos municipais a disponibilidade imediata que tiveram para com a Comissão, onde compareceram e prestaram as explicações pertinentes a esclarecimentos solicitados pelos respectivos membros. -----

----- Destacou depois as duas recomendações constante do Parecer: uma onde se sugeria que no futuro fosse apresentado um Balanço e Demonstração de Resultados Previsionais relativos ao Orçamento, de forma a facilitar a respectiva análise, interpretação e tradução contabilística; e outra que era uma recomendação que já vinha de trás, e que ia no sentido de que para melhor apreciação do Plano de Actividades e Orçamento nos próximos documentos se apresentassem dados relativos ao ano anterior. -----

----- A terminar disse que conforme se lia no Parecer, a Comissão, por unanimidade, considerara que os documentos reúnem as condições legais para serem apreciados e votados pela Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Gomes da Silva (PSD)**, no uso da palavra, aludiu às duas recomendações apresentadas, a primeira pelo Bloco de Esquerda e a segunda pelo Partido Socialista, dizendo que a primeira vinha na sequência daquilo que se designava por Agenda 21 Local, que impunha a participação e o diálogo de um conjunto de entidades a nível local, tendo em vista uma maior participação e

descentralização de forma a que esses mesmos princípios tivessem tradução nos planos de actividades e nos orçamentos, naquilo que o Bloco de Esquerda designava como orçamento participativo. -----

----- Aliás, essas mesmas questões tinham para o PSD tradução também na revisão do PDM, era esse o compromisso assumido pela Câmara Municipal, bem como as questões estratégicas e as apostas que o Município fazia. -----

----- A única ressalva que o PSD fazia em relação a essa recomendação, que votariam favoravelmente, era a da não obrigatoriedade dos Vereadores estarem presentes a todas as reuniões. De facto, como dizia há pouco uma Sra. Vereadora, se a isso fossem obrigados não teriam muito tempo para estarem presentes noutras reuniões onde eram bem mais precisos. -----

----- Portanto, o PSD votaria a favor com o entendimento de que em relação ao nº 2 a sua aprovação não obrigaria a participação dos Vereadores em todas as reuniões. -----

----- Relativamente à recomendação apresentada pelo Partido Socialista, disse que nos termos de uma lei, cujo número agora não recordava e por isso não referia, quando os projectos eram acima de um milhão de contos era necessário a sua apresentação pública. A Câmara Municipal de Lisboa tinha esse mesmo propósito, ao contrário, aliás, daquilo que era feito pelo anterior Executivo camarário. Estava-se a lembrar de alguns projectos, designadamente o Rossio, a Praça da Figueira e a fase dois de Chelas para onde o Sr. Vereador Vasco Franco referira que já tinha o concurso preparado embora não tivesse feito a apresentação pública. Mas, como referira, era intenção da Vereação fazer a apresentação pública desse processo. -----

----- Por conseguinte, as preocupações que o Partido Socialista agora tão curialmente vinha procurar introduzir no debate da Assembleia Municipal, e que não tivera noutros momentos, ao PSD não preocupavam porque a Câmara Municipal iria fazer a apresentação pública, iria debater publicamente o projecto e, por isso mesmo, não viam razão para que essa recomendação fosse votada já que não adiantava nada em relação ao intuito da Câmara Municipal. -----

----- Por isso, o PSD votaria contra essa recomendação na certeza de que a Câmara já anteriormente se tinha antecipado em relação a esse intuito. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, disse que as propostas relativas às Grandes Opções do Plano para 2002/2005 e o Plano de Actividades e Orçamento para 2002, eram instrumentos cruciais para o Município porquanto seriam eles a determinar dinâmicas e projectos e a marcar mais uma época da vida da cidade. Todos eram responsáveis por isso, mas na legitimidade e no poder de quem dirigia o Município recairia essa marca, positiva ou negativa, que perduraria. -----

----- Eram instrumentos que à Assembleia Municipal competia aprovar, mas mais uma vez o PCP chamava a atenção para a pressão e o tempo escasso com que o estavam a fazer. -----

----- Disse, depois, que o quadro económico da Câmara Municipal de Lisboa, pelas contas ora aprovadas, não sendo de grande desafogo era bastante equilibrado e permitiria, se fosse essa a opção tal como estava previsto no Orçamento, ir mais longe se houvesse mais dinâmica, projectos e obras, adquirindo mais meios financeiros. -----

----- No entanto, a opção da Câmara preocupava-os já que tanto para o ano de 2002 como o que se projectava até ao final do mandato era muito pouco ambicioso. Por tudo o que já tinha sido dito, inclusive publicamente, ia no sentido de austeridade, e, embora se não gostasse da palavra, ele afirmava-se de contenção. -----

----- O problema era se o PSD iria ou não levar à prática os compromissos assumidos em campanha eleitoral, ou, à imagem do seu Governo, tentaria criar um clima psicológico na opinião pública de que herdara um tempo de vacas magras e que só daqui a dois anos poderia fazer o prometido, quando todos já se tinham esquecido das promessas eleitorais. -----

----- Entretanto, os trabalhadores do Município já começavam a sentir como o novo poder camarário perspectivava o seu futuro, visto que já se afirmava que se fosse necessário – e será que é? – haveria redução de postos de trabalho a começar pelos trabalhadores com vínculos precários e outros contratados. Mas o PCP iria denunciar essa ameaça e estaria sempre ao lado dos trabalhadores. -----

----- Aludindo à intervenção do Deputado Municipal Victor Gonçalves, no anterior ponto da Ordem de Trabalhos, disse que desejava fazer duas observações: -----

----- Primeiro, no que se referia às mulheres nas chefias das Câmara, porque ao dizer o que disse parecia que o Deputado Municipal Victor Gonçalves ficava incomodado, e só agora, na nova arrogância de estar no poder, dizia o que lhe ia na alma. -----

----- Segundo, relativamente aos trabalhadores sindicalizados, porque o Deputado Municipal Victor Gonçalves dizia que a gestão anterior coagia à sindicalização, aconselhava-o a que não confundisse essa presunção com aquilo que, pelos vistos, era a sua prática, porque o simples apontar desse facto pronunciava, isso sim, medidas de coacção e de pressão sobre os trabalhadores do Município. -----

----- Continuando, disse que a nota que marcava a cidade, de momento, era que ela se encontrava parada: paravam obras, suspendiam-se actividades, e já lá iam quatro meses! Já se começava a falar nos buracos das ruas, na não conservação dos espaços verdes, etc. Teriam que esperar para ver da agilidade e eficácia que eram anunciadas. É que não era só mudar o nome a iniciativas que marcaram a cidade e o seu prestígio, só porque tinham sido lançadas e consolidadas por outros, como era o caso dos Jogos de Lisboa, porque não seria mudando o nome ou acabando com essas iniciativas que passavam uma esponja na valiosa obra realizada pela coligação “Amar Lisboa”. -----

----- Chamou depois a atenção para o que presentemente se estava a passar na Quinta da Bela Flor, onde, no estilo do quero, posso e mando e a política de camartelo, não eram tidos em conta os custos para o Município e para as pessoas que ainda viviam em barracas, que, perplexas, viam ao lado destruir casas que eram para elas. -----

----- Quanto ao Plano Plurianual, disse que ele se limitava a descrever as acções em curso iniciadas no anterior mandato. De novo, só o túnel das Amoreiras, o qual, de resto, como já viram não captava as melhores adesões, quer pela sua viabilidade, quer pela solução que não melhorava a mobilidade da cidade. Ao mesmo tempo, esqueciam-se grandes obras fundamentais para a cidade em termos de acessibilidades, como era a reconstrução da Av. Santos e Castro, o Parque Periférico e o Corredor Verde, sobre o qual nem uma palavra existia no Plano. -----



----- Além disso, o que havia para o mandato, perguntou. -----

----- Perguntou também o que se passava sobre as empresas municipais, já que o que aparecia definido eram apenas verbas pontuais já comprometidas anteriormente. No Plano não havia referência nenhuma para a actividade das empresas municipais em 2002, continuando estas a esperar até este momento, finais de Abril, por orientações da Câmara para fazer os seus planos. Este era um exemplo de paralisação, e bem grave, dadas as funções que qualquer das empresas desempenhava para o Município e para as populações. -----

----- Neste caso também tinham a política do facto consumado! Seria que assim se pretendia mais tarde poder argumentar que as empresas não funcionavam e eram um fardo pesado para a cidade, e por isso teriam que ser extintas? -----

----- Para além disso, o que havia para este mandato eram generalidades, generalidades com as quais estavam de acordo, só que era preciso dizer quais eram os projectos, acções e obras para as atingir. Porque, como alguém já tinha dito, havia ali pobreza de objectivos e falta de criatividade, ao contrário do que se apregoava. -----

----- Era facto que estavam a aprovar o Orçamento em Abril e que este ano teria por isso dificuldades próprias, mas questionava se a dinâmica que vinha de trás, as acções e obras em curso não contavam. -----

----- Rematou dizendo que coarctados de mais tempo para uma mais aprofundada reflexão, o PCP ir-se-ia abster porque não queria inviabilizar a vida normal do Município, que urge continuar. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que a sua primeira palavra, num tom sério, era para saudar a Câmara Municipal pela adenda que receberam agora, porque os documentos que lhes foram distribuídos eram dum teor qualitativo tão pouco interessante, que essa adenda, que tinha realmente muita qualidade, era do melhor que lhes tinha sido apresentado. Este era apenas um pequeno pormenor, mas era um pequeno pormenor que estava perfeitamente enraizado naquilo que eram os dois documentos apresentados. -----

----- Disse, depois, que como o Sr. Vice-Presidente da Câmara já o referenciara hoje, e também o Sr. Presidente da Câmara já havia dito publicamente, de facto notava-se perfeitamente que este não era o Orçamento deste Executivo. Isso era evidente! -----

----- Como o Sr. Vice-Presidente da Câmara disse, e muito bem, este era um Orçamento de continuidade, o que era curioso e por isso mesmo o PS entendia que não podia passar sem realçar o que tal significava. É que, ao contrário daquilo que algumas vozes procuraram fazer transparecer, o anterior Executivo tinha muita obra em curso e, por outro lado, também ao contrário daquilo que se procurava transmitir, havia e há muito trabalho feito. -----

----- Mas, mais do que isso, havia também projectos que a actual Câmara entendera que tinham merecimento para continuar o seu normal desenvolvimento. -----

----- Respondendo a um aparte do Deputado Municipal Victor Gonçalves, disse que não estava a dizer mal do Executivo, antes pelo contrário estava a fazer-lhe um elogio, e era um elogio sincero porque lhe parecia que radicava exactamente numa questão de grande maturidade. Aquilo que lhe parecia que seria pernicioso era que o Executivo

tivesse fechado a torneira, como dizia o Deputado Municipal Dias Gonçalves, apenas por fechar. Não o fizera, a seu ver muito bem, e saudava a Câmara Municipal por isso. -----

Portanto, registavam esse facto e aplaudiam o Executivo por isso, até porque, devia dizer-se, o Orçamento e as propostas do Plano de Actividades para 2002 eram, naquilo que dizia respeito a novidades, muito reduzidas. Aliás, podiam perguntar – mas, obviamente, não o iriam fazer até porque não era ainda o momento – onde estavam as promessa que tinham sido apresentadas ao eleitorado. -----

No início dos documentos que lhes foram entregues era dito que esses documentos apenas procuravam plasmar aquilo que foram os compromissos eleitorais, mas desejava dizer à Câmara que realmente lhes parecia que não tinha havido essa preocupação, ou seja, que não se notava que estivessem plasmados nesses dois documentos aquilo que foram os compromissos assumidos com o eleitorado, porque desses o único que parecia haver intenção de procurar ser cumprido era o túnel da Av. Joaquim António de Aguiar. -----

E no que respeitava à construção desse túnel, a bancada do PS apresentara uma recomendação, porquanto entendiam que estavam em presença de uma matéria que exigia uma enorme discussão. Desde já esclarecia que a bancada do PS não pretendia dizer ali e agora que estavam contra o túnel, não era disso que se tratava, o que queriam fazer, responsabilmente, era solicitar o apoio e acima de tudo o empenho e a disponibilidade do Executivo municipal para se conseguir fazer uma coisa que consideravam que era muito importante, que consistia em apelar à participação dos cidadãos. Esta era uma matéria que ao PS era cara, como, aliás, julgavam também que era cara à Vereação. De resto, noutras tempos, noutras épocas, tiveram ali já esse apelo à participação dos cidadãos de Lisboa, e esta matéria sem dúvida merecia e justificava também esse empenhamento e participação. -----

Isto Porquê? Porque estavam a falar de um projecto que era uma proposta estruturante para o desenvolvimento do trânsito na Cidade de Lisboa. Do ponto de vista do PS não era a melhor proposta, mas não queriam dizer que iam votar contra porque entendiam que não fazia sentido tal decisão. O que pretendiam era que ela fosse assente e baseada, em primeiro lugar, numa enorme discussão pública e, em segundo lugar, que assentasse em estudos técnicos que comprovassem a sua viabilidade, o seu interesse e, acima de tudo, a sua mais-valia para os cidadãos da Cidade de Lisboa. -----

E era nessa matéria que o PS entendia que essa questão falhava, já que ela, como diziam na recomendação, poderia induzir numa ideia que até lhes parecia que o próprio Executivo camarário não tinha, que era a de continuar a dar maior primazia ao transporte individual. -----

Parecia ao PS que não era essa a ideia da Câmara Municipal, saudava-a por isso, mas exactamente por essa razão parecia-lhes que essa proposta, avançar da forma como estava, poderia ser uma má transmissora daquilo que, em termos psicológicos, o Executivo queria transmitir para o eleitorado da Cidade de Lisboa. Aliás, não só para o eleitorado da Cidade de Lisboa, diria mesmo para o eleitorado da Área Metropolitana de Lisboa já que estavam a falar de um projecto com efeitos

estruturantes não só para o Concelho de Lisboa mas também para os concelhos limítrofes. -----

----- Por isso, entendia o PS que essa era uma matéria que justificava, ou mesmo exigia, uma discussão pública. A bancada do PS assumia publicamente que não queria dizer com a recomendação que apresentaram que não queriam que aquele túnel se fizesse, porque não era disso que se tratava. E desejavam reiterar essa posição porque aquilo que realmente se passava era que estavam em presença dum projecto estruturante que por isso mesmo precisava de ser muito discutido. -----

----- Designadamente, por exemplo, a bancada do PS defendia, e aí julgava também que havia consonância com o Executivo municipal, que deveria ser feito um fortíssimo apelo ao incentivo e ao fortalecimento do uso do transporte colectivo na cidade, e exactamente por essa razão entendiam que tudo quanto fosse sinais que transmitissem para os cidadãos da Cidade de Lisboa que pudessem levar a pensar haver alguma dúvida, alguma incerteza, isso certamente funcionaria contra aquilo que era o desiderato do Executivo municipal. -----

----- Aludindo à intervenção do Deputado Municipal Rui Gomes da Silva, disse que não colhia o argumento de que não tinha sido essa a forma de proceder da anterior maioria! Por alguma razão a anterior maioria hoje não o era, e exactamente por isso entendiam – era o apelo que faziam à nova maioria – que tentasse perceber que alguma coisa a anterior maioria tinha recolhido desses ensinamentos. -----

----- Mas ao Deputado Municipal Rui Gomes da Silva, para ser justo e verdadeiro em todo aquilo que disse, faltara-lhe referir uma coisa: era que naquilo que dizia respeito à discussão sobre o elevador para o Castelo de São Jorge foi a Câmara Municipal de Lisboa quem despoletara – tarde, era certo – um amplíssimo debate sobre o assunto. --

----- Terminou apelando à bancada do PSD que não se excluísse da recomendação apresentada pelo PS, porque para o próprio Executivo municipal se essa recomendação também obtivesse o voto do PSD, se calhar teria muito maior gosto e satisfação em fazê-la cumprir. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra, disse que sendo esta a sua primeira intervenção na Assembleia Municipal desejava começar por felicitar todos aqueles que na anterior Vereação fizeram o melhor que sabiam e que podiam pela Cidade de Lisboa. -----

----- Com isto, porém, não queria dizer que concordavam ou que estivessem à espera que no futuro concordassem com tudo. Mas era por demais evidente que o julgamento feito nas últimas eleições autárquicas, como noutros períodos tinha sido feito de forma positiva pela população, foi um julgamento negativo que apontava claramente para o fim dum ciclo político de uma governação da Câmara que se tinha esgotado. -----

----- Em política isso era perfeitamente normal, só não entendia isso quem não tinha da vida democrática o verdadeiro sentir e o verdadeiro pulsar. Por isso, para si, tinha sido normal a maioria que estava no poder ter saído, e era muito especial o PSD, pela primeira vez, estar à frente dos destinos da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Disse, depois, que decidira intervir nesta altura porque já tinha ouvido intervenções do representante do Partido Comunista a dizer que se iam abster na

votação, e do representante do Partido Socialista a dizer que este era um Orçamento de continuidade e que de outra maneira não deveria ser. Nisso até estavam de acordo, porque só se o actual Executivo fosse irresponsável e não tivesse a noção do que devia ser o papel de Estado, fosse a que nível fosse, é que não assumiria todos os compromissos da anterior maioria, que, obviamente, passaram para a actual. -----

----- Era obra, é verdade! Era muito o que tinha sido lançado, é verdade! Mas também era verdade que era muito aquilo que deveria ter sido pago até ao dia 31 de Dezembro e não tinha sido, e que comprometia, de uma forma muito importante, aquilo que eram as prioridades do actual Executivo. -----

----- No entanto, já não aceitava que se dissesse ali que não encontravam no Plano de Actividades as grandes opções que o PSD propusera na campanha eleitoral, porque, curiosamente, uma das recomendações que faziam à Câmara, certamente por se lembrarem que não tinham feito isso no passado, tinha a ver com o túnel das Amoreiras, uma das grandes apostas da campanha eleitoral que a Câmara pensava fazer com capitais próprios sem o recurso a quaisquer tipo de empréstimos, e, portanto, estava logo aí a resposta a um grande compromisso eleitoral. E sobre esse ainda tinham a esperança, depois da audição pública, que teriam a companhia do Partido Socialista, do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda, porque só quem não conhecia o centro da cidade e não via os estrangulamentos que habitualmente ocorriam naquela zona, poderia defender que não houvesse necessidade da construção desse túnel. -----

----- Quanto aos impactos e demais estudos, disse que eles já tinham sido feitos e o debate público demonstraria tudo isso sobre a matéria. -----

----- Mas quando diziam que não viam vertidas as políticas da Câmara no Plano de Actividades, lembrava que o que disseram, fundamentalmente, era que vinham para Lisboa para tratar daqueles que precisavam mais. Enganados estavam aqueles que pensavam que o PSD vinha para Lisboa para resolver os problemas daqueles que não necessitavam. Não, era dos que necessitavam! E quer no Plano, quer no Orçamento, só quem não quisesse ver é que não via que a grande linha de orientação estratégica para tratar dos que mais precisavam estava perfeitamente vertida. -----

----- Bastava reparar-se no que acontecia na educação, na acção social, no desporto e também nos espaços verdes, e ver-se a diferença orçamental entre o que existia no Plano para o ano de 2002 com o que existia no ano transacto, apesar deste ter sido o grande ano da maioria anterior dado ser ano de eleições. Também tudo isso era normal, mas estava a comparar números. E não os comparava com os do primeiro ano da anterior maioria, comparava-os, como referira, com os do último ano em que, justamente por ser ano de eleições, os investimentos foram maiores. -----

----- Por fim, disse que com as limitações que havia devido a dívidas que vinham de trás e por obras que estavam iniciadas e que tinham que ser terminadas, dentro do espaço de intervenção que tinham apostaram naquilo que era fundamental, apostaram nas pessoas, e desafiava qualquer um, em termos de Plano, a ser capaz de demonstrar o contrário. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que no debate que estavam a realizar tinham três condicionantes para se conseguir fazer uma análise séria e profunda do Orçamento. -----

----- A primeira condicionante, era que se estava num ano de transição dos órgãos autárquicos, com uma nova equipa autárquica. -----

----- A segunda condicionante detectada, era a da própria transição técnica-contabilística, na medida em que a Câmara iniciara, e bem – era um dos louvores que tinham que lhe fazer – a aplicação do POCAL, que naturalmente tinha outros critérios que não lhes permitiam criar comparações reais com os anos anteriores porque a forma como as contabilidades eram feitas era diferentes. -----

----- A terceira e última condicionante, tinha a ver com o facto de apenas terem tido quatro ou cinco dias para analisar muitas páginas de vários documentos, o que era muito difícil dado que os membros da Assembleia Municipal não estavam ali a tempo inteiro, portanto não podiam analisar os documentos com a atitude de análise responsável que eles mereciam. -----

----- Mas também era verdade que já tinham passado três meses, e em três meses já tinha visto apresentar propostas e retirar propostas, já tinha visto propor coisas e deixar de propor coisas. Só esperava que a escola do Eng<sup>o</sup> António Guterres não tivesse continuidade na vida política do País, de propor hoje e retirar amanhã. -----

----- No entanto, desejava manifestar algumas opiniões em resultado da análise que conseguira fazer do Plano e Orçamento. -----

----- Em primeiro lugar, estavam todos de acordo – já várias bancadas o tinham dito – que se tratava de um Orçamento de continuidade e da obra que a Câmara Municipal de Lisboa vinha desenvolvendo, nomeadamente a grande obra da anterior Vereação que tinha a ver com o fim dos bairros de barracas. Isso, obviamente, teria que continuar até ao fim, o que desde logo criava no Orçamento um peso claro em termos financeiros. -----

----- Contudo, não estava de acordo – e o Sr. Vereador Pedro Pinto permitir-lhe-ia que discordasse da sua opinião – que na intervenção social houvesse o tal grande investimento. E não estava de acordo porque olhando para os números do Plano, via, por exemplo, que no investimento para a intervenção social, na parte que dizia respeito às crianças, educação e juventude – página 38 – o que estava previsto era o seguinte: para o ano de 2002, 8,5 milhões de euros; para o ano 2003, 13,4 milhões de euros, estava certo, estavam a crescer e era preciso actuar nesse ponto central porque aí estava o futuro da cidade; mas no ano de 2004 a dotação já passava só para 10 milhões de euros, portanto menos três milhões; e em 2005 passava para 4,4 milhões de euros, ou seja, passava para metade do que estava orçamentado para 2002 e para menos de um terço do orçamentado para 2003. -----

----- Portanto, este não era um crescimento sério e atento. Sabia que se estava a tratar de investimento, naturalmente podia ser respondido que se tratava de escolas, jardins infantis, vários projectos, etc., mas queria que alguém lhe demonstrasse que os problemas com as crianças, a educação e a juventude não iriam aumentar e

consequentemente não seria necessário continuar a aumentar o investimento naquilo que era, decididamente, o futuro da cidade – crianças, educação e juventude. -----

----- Mas podiam ir ainda a um outro capítulo da intervenção social. Na mesma página, para a acção social, estavam previstos para 2002, 5,8 milhões de euros; para 2003, 6,7 milhões de euros; mas em 2004 já se baixava para 2,9 milhões de euros; e em 2005 ainda baixa mais para os 4,2 milhões de euros. Efectivamente, não se tratava de um grande investimento, não podiam estar de acordo. -----

----- Continuando, disse que já muitas vezes defenderam na Assembleia Municipal que era preciso uma política clara em relação às empresas municipais. Estavam de acordo que deveriam existir algumas, não eram fundamentalistas sobre esse assunto, aquelas que tinham um papel sério, decidido e que só através delas era possível intervir na Cidade de Lisboa, e dava como exemplo a empresa de Turismo, a EPUL e algumas outras, mas não estavam de acordo – e já antes o referiram – com a LIS-Desporto, com a EMEL sobretudo com a experiência actual, e com a GEBALIS que ainda por cima criava um conflito obrigatoriamente, já que misturava dois tipos de questões, designadamente um factor social que deveria ser a Câmara a tratar e um factor de gestão habitacional e urbanístico. Aliás, segundo estudos que fizeram, a GEBALIS deveria ser fundida no que dizia respeito ao seu parque habitacional com a EPUL, porque esta era a empresa que a Câmara tinha para a parte imobiliária, e nas questões sociais deveria ser a Câmara, através dos seus departamentos sociais, a intervir sobre a matéria separando em definitivo esses dois problemas. -----

----- Ainda sobre as empresas, disse que já perceberam que a Câmara também tinha uma política que ia no sentido de acabar com algumas empresas municipais, mas, se isso viesse a acontecer, perguntava o que aconteceria ao Plano Plurianual, quais as consequências do ponto de vista orçamental e como era que isso se reflectia, visto que se tratava de um plano para quatro anos. -----

----- Recordou que há cerca de três anos, na Assembleia Municipal, quando debatiam o estado da cidade, propusera ao Presidente da Câmara de então e à própria Assembleia, que contra um certo liberalismo reinante que tudo queria privatizar no País, se privatizasse aquilo que era necessários privatizar que eram os bens de consumo e bens utilitários para as pessoas, nomeadamente a habitação social. De facto, não entendiam que habitação social fosse pagar rendes de 70, 80 ou 90 contos, como acontecia nalguns bairros sociais, ainda por cima, desresponsabilizando os próprios moradores e não sendo factor educacional de que aquilo era pertença deles, património deles, etc. -----

----- Discutira isso na Assembleia Municipal com o Presidente da Câmara, como discutira também na GEBALIS com a Presidente do Conselho de Administração da altura, e sempre lhe havia sido dito que não havia oposição nenhuma a que os moradores pudessem comprar as suas habitações sociais, o que para si era um acto social, democrático e sério. Naturalmente essa venda com condições, ou seja, não poderiam vender logo de seguida, mas o problema que se colocava não era o de dizer que era possível, mas sim se se iria ou não fazer, como seria feito e se iriam tomar uma atitude séria do ponto de vista da gestão dos bairros sociais. -----

----- Referiu que tinha lido numa entrevista do Sr. Presidente da Câmara que ele considerava que esse era um dos caminhos a seguir, mas, se efectivamente esse era um dos caminhos a seguir, questionava como era que isso constava do Plano Plurianual, para onde iriam essas receitas e o que previa a Câmara sobre esse assunto, porque esse era um problema fundamental, não bastavam apenas entrevistas para se conseguir mudar a realidade. -----

----- Seguidamente, disse que na última campanha eleitoral o Bloco de Esquerda levantara uma questão, que outras forças políticas também defenderam, que tinha a ver com um problema sério da Cidade de Lisboa, a toxicodependência. Ouvira num dos debates o Sr. Presidente da Câmara dizer que era preciso dedicar a esse problema uma atenção importante, já que ele tinha a ver com o problema da segurança, com o problema da juventude e com o futuro da cidade. Nomeadamente, uma das propostas que eram feitas era a Câmara Municipal de Lisboa tomar a atitude, que o anterior Presidente da Câmara já tinha assumido que tomaria, de apoiar uma sala de injeção assistida. Só que, sobre essa matéria da toxicodependência e sobre esse assunto em particular, não havia orientações no Plano e por isso pedia que fossem dados esclarecimentos. -----

----- Disse, depois, que há vários anos, ainda no tempo do Vereador Rui Godinho, tinha sido muito discutido na Assembleia Municipal um problema de grande importância para Lisboa, que tinha a ver o problema da limpeza e higiene urbana, e que dizia respeito ao facto do quadro dos cantoneiros de limpeza nunca estar preenchido. Dos números que tinha conseguido recolher, só para dar uma ideia, havia 1.246 cantoneiros e, neste momento, só 949 existiam disponíveis a trabalhar, já que os restantes ou estavam requisitados ou estavam impedidos de trabalhar por ordem médica, etc. -----

----- O quadro de pessoal aprovado pela Assembleia, em 2001, criava para os cantoneiros de limpeza 1.433 empregos, mas não encontrava no Plano nada para resolver esse problema de terem apenas quase só metade dos cantoneiros em actividade, tanto mais que quando olhavam para esse parte e depois olhavam para as horas extraordinárias – porque isso originava que depois fosse necessário trabalhar fora de horas – viam cargas financeiras em horas extraordinárias que não podiam dar rentabilidade a qualquer entidade que a quisesse ter na sua gestão. -----

----- Disse, ainda, que na campanha eleitoral o Bloco de Esquerda defendera, com clareza, que estando a terminar na cidade a fase da grande construção para acabar com as barracas, teriam que passar a uma nova fase que era a fase da recuperação, ou seja, menos betão e mais recuperação. Também lera na entrevista e ouvira em vários discursos do Sr. Presidente da Câmara, que essa também era a sua opinião. Só que isso teria que ser contabilizado em investimento, e olhando não só para o que estava orçamentado para este ano, porque era ano de transição e havia obras em curso, mas também para os restantes anos até 2005, não via onde estivesse a tal capacidade, e estavam a falar de um assunto que não tinha sido em absoluto tratado na cidade. Não era que não se tivesse feito nada, muita coisa se fizera seguramente, mas a quantidade

que havia a fazer para a recuperação da cidade era uma coisa enorme, e sobre isso desejava também ser esclarecido. -----

----- Referindo-se à recomendação apresentada pelo seu partido, disse que ela ia no sentido de que a coisa pública da cidade tivesse cada vez mais participação. Seguramente que a todos preocupava o problema central da participação dos cidadãos, ainda hoje certamente olhavam todos para França e se admiravam como era que tanta abstenção tinha dado os resultados que dera, e se queriam tirar lições de tudo isso, da abstenção nas eleições e queriam uma atitude da cidadania participada dos cidadãos, a recomendação que apresentaram, como referira já o Deputado Municipal Rui Gomes da Silva, vinha da Agenda 21, de Porto Alegre, no sentido de haver um orçamento em que os cidadãos pudessem participar e dar a sua opinião. -----

----- Mas esclarecia duas questões colocadas pelo mesmo Deputado Municipal. -----

----- Primeira: não era pensável, não era possível nem era constitucionalmente legal que alguma dessas reuniões tivesse qualquer vínculo ou obrigatoriedade. Vínculo e obrigatoriedade só havia dois órgãos no Município que o tinham, a Câmara e a Assembleia Municipal. Por isso escreveram na recomendação que a Câmara deveria ter em atenção as coisas que saíssem daí e decidiria de acordo com os poderes legais que tinha. Era óbvio que não podia haver obrigatoriedade para os Vereadores irem a essas reuniões todas, mas era lógico que alguém teria que ir explicar o que se ia discutir, ou seja, se não fosse o Vereador deveria ir alguém do seu gabinete ou algum técnico para dar explicações às perguntas que as pessoas naturalmente fariam. -----

----- Segunda: era entendimento do Bloco de Esquerda que se queriam reformar um pouco o sistema político e se queriam começar práticas novas – e procuraram fazer uma recomendação que fosse o mais abrangente possível para que todas as forças políticas a pudessem aprovar – este era o tempo para o fazerem. -----

----- Sobre a recomendação relativa ao túnel das Amoreiras, disse que a iriam votar a favor, não porque houvesse qualquer posição do Bloco de Esquerda do ponto de vista de engenharia ou arquitectónico de que houvesse túneis de esquerda ou de direita, mas porque do ponto de vista técnico queriam saber se os técnicos entendiam que do ponto de vista viário era útil e que segundo o ponto de vista da construção era possível, porque, se fosse possível, poderiam contar com o apoio do Bloco de Esquerda, mas se não fosse possível naturalmente estariam em desacordo. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, começou por lamentar não ter podido fazer a apresentação inicial dos documentos, mas motivos já explicados pelo Sr. Presidente da Assembleia levaram a que tal não tivesse sido possível. -----

----- Agora, porém, embora sabendo que alguns Vereadores já intervieram sobre esta matéria, desejava transmitir algumas notas que tinha por imprescindíveis por parte da Câmara. -----

----- Em primeiro lugar, sobre qual havia sido a orientação da Câmara na elaboração dos documentos, disse que seria impensável fazer um Orçamento de rotura, porque compromissos que vinham de trás, a sua natureza estava definida, sabia-se qual era, e, portanto, fazer um Orçamento de rotura significaria pôr-se em causa os compromissos decorrentes, fundamentalmente, do PIMP e do PER. Por conseguinte, isso estava



completamente fora de questão e o Orçamento, obviamente, teria que ser um Orçamento de continuidade. -----

----- Tinha de ser de continuidade em relação às despesas de pessoal, em relação a muitas despesas de funcionamento que faziam parte do dia-a-dia da Câmara, logo aí, como era sabido, estavam cerca de 50% do Orçamento global da Câmara Municipal, portanto aí haveria sempre, com maior ou menor variação, continuidade. -----

----- Depois, em relação ao Plano de investimentos, uma fatia muitíssimo considerável estava efectivamente vinculada à assunção de responsabilidades que a autarquia contraíra no passado. Por isso, para além dos princípios da natural continuidade institucional, havia ali uma razão que era a de todos serem solidários com os objectivos desse programa, que, aliás, era partilhado ao mais alto nível da administração do Estado, que foi de iniciativa do próprio Governo, levado a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa. Era um programa que várias Câmaras aplicavam, não era um luxo da Câmara de Lisboa mas uma obrigação de cidadania para com os cidadãos que viviam em condições de habitabilidade absolutamente degradantes, e a comunidade nacional, no seu conjunto, assumira como prioridade proceder a esse tipo de tarefa social e comunitária. -----

----- Portanto, parecia-lhe um bocado de mau tom levar esse sentido de responsabilidade básico para a confusão do agrado de uns ou de outros, com as políticas que eram ou não praticadas que fossem de cariz partidário ou fosse o que fosse. Não havia confusão! O que havia era uma concordância da Câmara com o Governo do PPD/PSD que lançara o PER, havia concordância da actual maioria com a coligação PS/PC que levava a cabo esse programa, com grande capacidade de execução na construção, no ano passado, de 5.000 fogos e, portanto, havia ali uma solidariedade entre todos que levava a que tivessem que assumir no Plano e no Orçamento essa continuidade. Era a continuidade institucional, a continuidade comunitária, não era a continuidade de uma coligação por querer adoptar o programa de outra coligação que deixara de ter responsabilidades no Executivo. -----

----- Mas era evidente que essa continuidade – a que preferia chamar continuação – e assunção de responsabilidades levava a que determinadas prioridades não pudessem aparecer já vertidas nos documentos em apreciação para 2002. No entanto, não o preocupava que assim fosse, porquanto, por força dos calendários democráticos e das exigências da lei, era normal que este ano não tivessem tempo ainda para traduzir ali – e se o traduzissem estaria a nova maioria a ficcionar – compromissos em relação a obras, investimentos e orientações a que se propuseram, que tivessem já tradução, a nível da execução financeira, no corrente ano. Isso era impossível! -----

----- Por conseguinte, era natural que o primeiro ano em todas as autarquias fosse assim, como era natural também que o primeiro ano do Governo Central traduzisse igualmente um pouco essa mesma realidade. -----

----- Contudo, desejava dar algumas notas sobre os termos de elaboração do Plano de Actividades e sobre algumas observações já ali feitas, e começava por referir que as prioridades da Câmara estavam claramente assumidas. Não as ia repetir, mas desejava sublinhar, a propósito das verbas para a nova construção ou para a reabilitação, que se

vissem mesmo à luz dos critérios de elaboração do Plano Plurianual de Investimentos – nomeadamente o Deputado Municipal Carlos Marques – as verbas para a reabilitação eram aquelas que sofriam o menor deslize, em termos percentuais em relação ao ano 2002, ao longo de todo o quadriénio, comparando com as verbas para a aquisição, construção e conservação que vinham de 165 milhões de euros neste ano e iam para os 50 milhões de euros em 2005. -----

----- Aliás, todos sabiam que quer ao nível das regras de elaboração do PIDDAC, quer ao nível dos planos plurianuais de investimento, as verbas que apareciam escalonadas para os exercícios posteriores eram o chamado limiar mínimo de continuidade, a previsão orçamental, a dotação de receita para os anos subsequentes que desse o penhor da continuidade daquele caminho, daquele projecto, daquela obra, daquela estratégia. Era evidente que não aparecia já garantida aquela que seria a dotação ao certo em 2005. Por exemplo, quando se falava nas verbas para a rubrica do sector social, crianças, educação e juventude, não seria essa com certeza a dotação para 2003, 2004 e 2005. -----

----- De resto, se se consultasse o PIDDAC a nível da Administração Central verificava-se, por exemplo, que para obras no Porto de Lisboa, obras no Porto da Figueira da Foz ou obras nos monumentos ao longo do País todo, as verbas que apareciam em 2002 eram maiores, mesmo continuando as obras nos anos subsequentes, porque era impossível prever a dotação para esses anos subsequentes. --

----- E era exactamente por isso que o cômputo global em 2005 era de 203 milhões de euros contra 303 milhões de euros em 2002, ou seja, todas as rubricas tinham, em geral, dotações menores nos anos subsequentes em relação a 2002. Portanto, não havia ali um tratamento de subalternidade em relação a áreas que, obviamente, tinham como prioritárias. -----

----- Continuando, disse que se fossem ao Orçamento executado em 2001 verificavam que a dotação que era prevista para 2002 demonstrava que a preocupação era exactamente a contrária, porque a execução de 2001 na rubrica, crianças, educação e juventude tinha sido de 14.447.000 euros e para 2002, na mesma rubrica, estavam previstos 18.689.869 euros. Por outro lado, na acção social o executado tinha sido no montante de 6.600.000 euros e para 2002 estava previsto quase o dobro, concretamente 11.511.000 euros, porque, como costumava dizer o povo, de boas intenções estava o inferno cheio. Estavam a falar, como referira o Vereador Pedro Pinto, da execução num ano eleitoral, que, infelizmente, para pecado da política, costumava ser o ano em que mais se executavam os planos de investimento elaborados pelos órgãos do poder do Estado, fosse na Administração Central, fosse na Administração Local. -----

----- Na habitação social o que havia sido executado em 2001 foram apenas 2.900.000 euros, e para 2002 a Câmara inscrevera 4 milhões de euros, como relativamente à protecção à toxicodependência, em 2001 tinham sido executados 945.000 euros e para 2002 a Câmara inscrevera 1.216.000 Euros. -----

----- Portanto, se quisessem comparar o que estava inscrito para 2002 com o que estava inscrito no início do ano anterior, tudo bem, mas teriam que compreender que o

novo Executivo, se já tinha os constrangimentos dos encargos que tinha que assumir, que na elaboração do Orçamento, para ele não disparar mais ainda que os níveis que já atingira, tivera que ir ver o que realisticamente tinha sido executado em 2001 e então fazer a arrumação e a distribuição de verbas em termos razoáveis, em função daquilo que tinha sido possível a uma coligação, já com hábito de dez anos de governação, executar no seu último ano de mandato à frente dos destinos da autarquia. E, de facto, parecia-lhes uma distribuição razoável. -----

----- Seguidamente, disse que desejava informar a Assembleia e a comunicação social, que aquilo que a Câmara iria pagar em 2002 não era só aquilo que o Executivo anterior deveria ter pago e não pagara, mas também o deslizar natural de muitos encargos que tinham ficado para os últimos meses do ano transacto, e que agora se assumiam no Orçamento para 2002, como também os encargos que tinham com autos de medição realizados já no final de 2001 ou no princípio de 2002 e que, portanto, tinham execução financeira depois da execução física da obra. -----

----- Disse que não estavam a acusar o Executivo anterior de mau pagador, não queria entrar nesse tipo de polémicas, mas referia, no que respeitava ao PER, que, de facto, dos 27 milhões de contos inscritos no ano passado 9 milhões de contos transitavam para 2002. Esta era a realidade, e se tinham esses constrangimentos era óbvio que tinham que ser moderados nas novas prioridades. -----

----- Relativamente à reabilitação urbana, pediu aos Deputados Municipais a devida colaboração da Assembleia, como já pedira da Câmara também, porque o próximo mês, para além de todas as outras tarefas, deveria ser o mês de procederem ao trabalho de reorganização da estrutura da Câmara. Ainda ontem, numa reunião que tivera com duas Presidentes de Junta, tinha tido oportunidade de constatar a realidade básica de que as melhores testemunhas da necessidade dessa reorganização profunda da Câmara eram, talvez mais que os Vereadores, antigos ou actuais, os Presidentes de Junta, todos eles, que pelas conversas que iam transmitindo referiam que andavam circulando de Heródes para Pilatos, de Departamento para Direcção, procurando execução para uma série de projectos que normalmente deveriam carecer apenas da intervenção de uma única estrutura da Câmara. Isso, portanto, no mês de Maio. -----

----- O mês de Junho esperava que fosse o mês do desenho final do fundo de investimento imobiliário. E pedia a atenção da Assembleia para este ponto, porque a orientação estratégica da Câmara era canalizar fortíssimos recursos privados para os juntar a capitais públicos. Portanto, uma dotação que fosse mínima em termos de uma participação de capitais municipais, com capitais de outros níveis da administração, que permitissem, de facto, juntar muitos recursos financeiros nessa tarefa gigantesca que era a da reabilitação do parque edificado da cidade, principalmente na zona central ou zona histórica. -----

----- Ou seja, a orientação estratégica estava plenamente assumida mas não tinha ainda tradução em números para além dum certo tecto, primeiro porque isso era completamente impossível devido aos tais constrangimentos orçamentais, e depois porque esperavam que fossem capitais privados a juntarem-se à Câmara, numa porção

muito significativa, para se poder fazer face aos encargos com essas tarefas a partir do último trimestre do corrente ano. -----

----- No que respeitava a outros desígnios que também eram orientações estratégicas fundamentais, disse que com certeza havia obras que estando inscritas este ano não teriam toda a sua execução financeira em 2002, como, aliás, o Sr. Vice-Presidente da Câmara já devia ter transmitido. Por exemplo, a propósito dos desnivelamentos das vias na zona central da cidade, parte da sua execução financeira não ocorreria, como era evidente, em 2002. -----

----- Mas outras medidas complementares dependiam agora de várias outras acções que estavam a desenvolver simultaneamente: o desenvolvimento e o termo da negociação para a transferência da Carris e da responsabilidade em relação a essa empresa, e em relação ao Metropolitano a sua integração depois do desenvolvimento do projecto, já realidade legal em parte, da Autoridade Metropolitana de Transportes. Isso tradução orçamental não tinha, mas era uma prioridade fundamental da Câmara essa capacidade de intervenção no sector dos transportes. -----

----- Quanto a condicionar o uso do automóvel privado em determinadas zonas da cidade, disse que a tradução orçamental dessa prioridade era mínima neste momento. Mas já hoje, de manhã, tinha tido uma reunião com as entidades com quem a Câmara iria, na próxima semana, celebrar um acordo para que, nomeadamente na zona do Bairro Alto, a partir do verão fosse posto em prática esse sistema do condicionamento do acesso do automóvel privado. Eram prioridades que se traduziriam em realidades concretas, mas eram medidas que exigiam acções concertadas ao nível da segurança, ao nível dos horários dos estabelecimentos, ao nível da ordem pública nas zonas de circulação pública, na restrição do acesso do trânsito, na reabilitação dos edifícios dessas mesmas zonas que seriam objecto de operação integrada, portanto, era tudo isso que iriam fazer, nalguns casos não necessitando de dinheiro mas sim de capacidade de executar e que fossem estatuídas sanções para os prevaricadores mais adequadas à natureza das infracções que cometiam e respeitando orientações básicas de princípios de vida em comunidade. -----

----- E em Lisboa essas orientações teriam que ser executadas, não no final do mandato mas logo no início, para garantir às pessoas o direito ao descanso. Em Lisboa a procura turística não podia traduzir-se em inquietação excessiva do direito à tranquilidade dos cidadãos, e garantir o direito ao divertimento e à fruição dos espaços de animação não podia traduzir-se também em violação do direito à vida em família, à vida comunitária nos agregados familiares em condições de tranquilidade adequadas e não só as minimamente aceitáveis. -----

----- Para isso não era preciso dinheiro, era preciso, de facto, estar previsto na lei aquilo que era necessário, ter capacidade de execução e capacidade de comandar, nomeadamente a tal reforma da Polícia Municipal nas suas orientações, deixando de estar de tão vocacionada para determinado tipo de fiscalização de estabelecimentos e outros, e passando a exercer e a garantir o cumprimento de determinadas atribuições da autarquia. -----

----- Aludindo novamente ao Orçamento, naquilo que dizia respeito às despesas correntes, disse que há pouco referira as despesas de pessoal e as despesas de funcionamento, e sobre essa matéria queria dar dois ou três exemplos. -----

----- Em primeiro lugar, o Deputado Municipal Carlos Marques tinha falado nas horas extraordinárias e sobre essa matéria queria dizer que o Executivo tinha diminuído de 29 para 26 milhões de euros a dotação prevista para horas extraordinárias. Isso era ainda algo de tímido, eram apenas 600.000 contos a menos, mas não deixava de dizer que era complicado mexer nessa área – e dizer isto podia-lhe dar direito a na próxima reunião de Câmara, ter novamente um esboço de manifestação das forças sindicais pensando que ele ia cortar em direitos adquiridos – porque essa forma de remuneração como horas extraordinárias fazia parte de uma massa salarial a que, na base de direitos adquiridos, as pessoas estavam muito habituadas na Câmara Municipal de Lisboa. Portanto, era matéria muito sensível, e essa poupança que estava traduzida no Orçamento só poderia ser conseguida, não ferindo direitos dos trabalhadores mas conseguindo moralizar situações que eram de abuso e às quais urgia pôr cobro. -----

----- Um outro exemplo, este em relação às despesas de funcionamento, era que a Câmara tinha cerca de 1.700 telemóveis atribuídos e, ao mesmo tempo, a maior parte dessas pessoas tinham ainda telefone em casa com *plafonds* ilimitados. A Câmara tinha inscrito um milhão de contos para comunicações na proposta inicial, mas ia fazer um despacho acabando com os telefones em casa, a que o Presidente da Câmara também sempre tinha tido direito – ele não usara nem fazia tenções de usar – mas pensava que face à realidade do mundo de hoje, com o uso dos telemóveis isso não fazia sentido. Portanto, os muitos telefones que existiam em casa atribuídos pela Câmara, as pessoas que os quisessem poderiam continuar a ter, mas a assinatura não seria paga pela Câmara. Aliás, também em relação ao uso dos telemóveis ele seria limitado a pessoas que exerciam determinado tipo de funções, que poderiam ir desde o operário especializado ou do operário mais simples até ao Presidente da Câmara, desde que fosse demonstrado que poderiam dele necessitar e que era adequado ao exercício das suas funções. -----

----- Portanto, esta situação não podia continuar, porque, sem exagero, havia dezenas de telemóveis que perguntava-se de quem eram e não havia certezas. Só havia certeza de que aparecia para pagar a factura no fim do mês, porque estava atribuído a um serviço, não se sabia era quem o usava. -----

----- Por isso, havia muita mata para desbravar nas despesas de funcionamento, mas tinha de haver, como era natural, uma acção de formiga que esperava da Sra. Vereadora das Finanças, e de todos os Vereadores, incluindo de si próprio em relação às áreas que estavam sob a sua mais directa responsabilidade. -----

----- Voltando à questão da toxicodependência, disse que era um facto que tem havido um compasso de espera da parte do Executivo, mas desejava explicá-lo do seguinte modo. Procuravam dar continuação a tudo o que vinha de trás, assinaram os devidos protocolos com o Sr. ex-Secretário de Estado, Vitalino Canas, e neste momento estavam à espera – aliás, o Sr. Primeiro-Ministro ainda ontem anunciara medidas descentralizadoras, pensava que também nessa área – da reformulação da estrutura do

Governo de intervenção nesse sector. A Câmara estava disposta a assumir mais responsabilidades, isso agora estava a ser compaginado com essas intenções do Governo e, por isso, para já apenas se assegurava a continuidade das acções que vinham de trás. Portanto, mesmo em relação a opções porventura mais ousadas em relação às políticas tradicionais que haviam sido seguidas até ao presente, o seu tempo de execução estava condicionado ao início pela realidade que acabava de referir. -----

----- Sobre os orçamentos participativos, matéria a que se referia a recomendação do Bloco de Esquerda, disse que desde que não fossem vinculativos, como estava proposto, tinha todo o gosto em subscrever o que na recomendação se propunha. Isso forçava a responsabilidade da Câmara, diria mesmo que lhes apertava o cerco em termos de decisão final, mas não podia defender uma coisa para o País e outra para o Município de Lisboa. Ou seja, defendia que todas as regiões do País, através dos Conselhos de Região, se pudessem pronunciar antes da elaboração do PIDDAC sobre as propostas de investimento que cada círculo, cada entidade administrativa, considerava como prioritários para o seu desenvolvimento. Em Lisboa tomara ele que muitos cidadãos fossem às Assembleia de Freguesia pronunciarem-se sobre o que consideravam mais adequado, em termos do investimento que a Câmara consagrava a cada Freguesia, e dissessem de sua justiça. Até porque acreditava que, normalmente, essa opinião estaria certa. -----

----- Não prescindia, como era evidente, tal como certamente a Assembleia Municipal não prescindiria também, das prerrogativas dos poderes e atribuições da Câmara para tomar a decisão final, antes da Assembleia Municipal o fazer também, sobre essas orientações que viessem dos cidadãos. Mas confessava que não tinha reboço em se assumir como adepto da democracia participativa que o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, sempre defendera, pois considerava que esse aprofundamento dos mecanismos de participação era uma via para o reforço da credibilidade da vida política e para a aproximação dos cidadãos em relação a essa mesma vida política. ----

----- Continuando, disse que o Plano e Orçamento, farol que os orientaria ao longo de quatro anos, tinha, de facto, essas grandes linhas de força: reabilitar a Lisboa que existia, tratar dos que menos tinham e mais precisavam. Aliás, aprovado que seja hoje o Orçamento, a partir de sexta-feira estariam nos bairros municipais, várias vezes por mês como já tinha dito, a trabalhar. Trabalhar não nos Paços do Concelho, mas nos bairros municipais mais degradados, junto das populações, para as receber, para as ouvir e para decidir no terreno as obras que eram mais prementes e mais necessárias para o equilíbrio da vida colectiva, para a tal auto-sustentabilidade dos bairros que consideravam essencial para a melhoria da qualidade de vida em Lisboa. -----

----- Pretendiam fazer isso sem precipitações, à luz dos recursos que tinham, com a consciência que isso poderia suscitar algumas expectativas exageradas, mas estando dispostos a assumir as consequências dessa elevação das expectativas e muitas vezes enfrentando protestos por não as poderem satisfazer todas, simultaneamente, nem pouco mais ou menos, como era natural. -----

----- Mas, de facto, esses dois eixos de actuação eram vitais. Aliás, sobre a reabilitação de Lisboa, dava um exemplo, sem personalizar. -----

----- Ainda hoje de manhã tinha tido uma informação dum Chefe de Divisão, sobre um prédio sito na Rua da Escola Politécnica, junto da Procuradoria Geral da República, que mandara ver porque a empena estava absolutamente desequilibrada, e essa informação dizia que o prédio já tinha tido três derrocadas interiores mas que a fachada do edifício por enquanto não apresentava fendas consideráveis, pelo que na opinião do autor da informação não existia estado de necessidade nem se justificava o accionamento das medidas previstas no artigo 98º e seguintes do Decreto-Lei 555/99, portanto, a posse administrativa e a assunção depois dos passos seguintes: a realização de obras por parte da Câmara e o débito ao proprietário do edifício, entre outras medidas, porque a Câmara podia ordenar – e lamentava que isso não tivesse sido feito muitas mais vezes em Lisboa – a demolição de prédios que não tivessem valor patrimonial, desde que oferecem risco de ruína e a Câmara se antecipasse, nomeadamente na garantia da vida e da integridade física das pessoas. -----

----- Portanto, a informação foi que o prédio ruíra três vezes no interior mas que não havia estado de necessidade, e então fizera um despacho a dizer que se ruíra três vezes no interior não esperariam que ruísse no exterior e, portanto, havia estado de necessidade pelo que deveriam intervir imediatamente, sobretudo na sustentação das fachadas, como estava a acontecer, há tempo excessivo, na Av. da República. -----

----- Por conseguinte, a tarefa de reabilitação que iam realizar nem tinha que estar ali porque não era essa, não era a que tinha sido feita ao longo dos anos, não era a que tinha sido feita nos bairros históricos, porque, como ainda ontem lhe contaram, na Calçada do Combro havia chapéus de chuva em andaimes que tinham sido colocados há quatro ou cinco anos, porque se colocaram os andaimes, colocaram-se oleados, mas as obras não andaram. Não era essa a reabilitação que queriam fazer, a reabilitação que queriam fazer era uma obra colectiva, era uma obra assumida pela colectividade como grande desiderato do mandato, e para a qual seriam necessários os tais recursos privados e também os recursos públicos. Não seriam essas intervenções casuísticas, ditadas por um telefonema da Directora da Protecção Civil, quando um prédio estava para ruir ou tinha mesmo ruído, e então irem lá a correr. -----

----- Mas recordava também aquilo que havia dito no início do mandato em relação aos proprietários: a lei das rendas era um problema muito sensível, alguns deles não tinham meios para fazer face a algumas situações prementes, mas muitas outras situações da cidade eram situações propositadas em que se deixavam degradar os prédios para ver se eles caíam e se no lugar deles podia nascer outro tipo de edificações. E com essas situações, de facto, não haveria quaisquer contemplanções. ---

----- Seguidamente, disse que todas as outras prioridades eram, pedia desculpa pelo pleonasma, prioridades. Com certeza a cultura era-o também, queriam fazer neste mandato a tal biblioteca central, resolver o problema dos arquivos, do Alto da Eira e os outros, para o que era necessário um investimento considerável, como era sabido. Queriam microfilmear muito espólio que estava guardado em arquivo e que era um perigo a vários níveis, quer para a memória histórica o seu desaparecimento, quer para a segurança dos edifícios e das zonas da cidade onde estavam. -----

----- Por outro lado, era também prioridade pôr o São Luiz a funcionar tal como os outros equipamentos culturais, queriam libertar algum património edificado de alguns serviços que lá estavam instalados, provavelmente para alienação desse mesmo património. O Palácio da Rosa era um exemplo, mas alguns outros palácios que eram propriedade do Município também eram disso exemplo. -----

----- Mas havia muitas outras áreas que eram prioridade: o trânsito com certeza, a higiene urbana que era um sector que funcionava razoavelmente, ou mesmo bem a vários níveis em Lisboa. Mas teriam que se admitir algumas hipóteses de partilha de responsabilidades com sectores, que não só sectores públicos, não só responsabilidade autárquica, nalgumas dessas áreas. Aliás, o caos na gestão do sistema de estacionamento em Lisboa, provavelmente só lhe poderiam pôr termo com a concessão da gestão desse mesmo sector, e estavam a trabalhar nesse sentido, porque, de facto, relativamente ao caos da gestão da empresa municipal responsável por todo esse sector não via que tivessem *know-how* instalado na Câmara para o poder resolver. Não tinham, por isso tinham que procurar esses recursos no sector privado. --

----- Portanto, neste momento, encarava como muito desejável e como muito possível a concessão da gestão desse sistema ao sector privado. -----

----- A terminar, disse que, em termos de discussão pública, se tivesse direito de voto votaria a favor, porque a lei obrigava a que houvesse debate público como o Sr. Vice-Presidente já referira e, portanto, a garantia que davam aos Deputados Municipais era que o Orçamento e o Plano de Actividades de 2002 eram efectivamente de continuidade por uma questão de sentido de responsabilidade, mas isso não significava que tivessem escondido as suas prioridades. Estavam a trabalhar nelas com todo o entusiasmo, com todo o afinco e com toda a imaginação que eram capazes, garantindo que elas teriam a devida tradução no Plano e Orçamento do próximo ano, e tinham a certeza que até ao fim do mandato teriam tempo par cumprir tudo aquilo que disseram aos lisboetas que iriam fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Grandes Opções do Plano para 2002/2005, eu vou abordar questões da educação, do desporto, da juventude e da cultura. -----

----- Sobre a educação, Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa, o programa de educação física é um programa de grande prestígio e eficácia nas escolas do 1º ciclo. Professores e especialistas foram envolvidos na formação de professores, bem como no equipamento das escolas para possibilitar uma monodocência mais cientificamente capacitada para desenvolver nas crianças a prática desportiva adequada. -----

----- Na iniciativa que esta Assembleia realizou intitulada “A Escola é ainda uma Criança” estão lá profundamente tratadas as questões da monodocência. A Senhora Vereadora tem o livro que lhe oferecemos na Comissão. É só ler ... -----

----- Não é de forma impulsiva e atabalhoada que se vai destruir um programa tão prestigiado, substituindo os professores por monitores nas escolas a darem instrução física às crianças. Será que vão cantar o hino ao mesmo tempo, como queria um candidato a Vereador que ficava para sempre na Câmara e já se foi? -----



----- No programa “sensibilização à música” também vai deixar de haver formação de professores para haver formação de professores para haver só monitores a irem às escolas? -----

----- Juventude -----

----- Fim da “Semana da Liberdade” -----

----- A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa é muito maltratada no Expresso de sábado passado, mas parece haver razões fundamentadas para levar tanta pancada. A Senhora não gosta do 25 de Abril, diz não gostar da “orientação ideológica” por exemplo nas festas da cidade, mas está aí, nesse lugar, perversamente, graças à revolução dos cravos, a esse acontecimento fundamental que foi construído por muitos e muitos homens e mulheres que lutaram, que resistiram ao fascismo (se calhar não gosta desta palavra, mas o fascismo existiu e ainda por aí anda, como se viu e vê em França e também por cá). Com tanta má vontade à ideologia, depois queixem-se ...

----- De resto, na Comissão de Educação, Desporto e Juventude onde foi recebida recentemente, nesta Assembleia Municipal, teve ocasião de ouvir palavras muito sérias e claras sobre a sua vontade de acabar com a orientação ideológica, por exemplo no jornal que o pelouro publicava. Não recebeu nenhum *amen* para a sua extinção, ouviu sim que a quase totalidade da Comissão não conhecia o jornal, mas não estava de acordo com aquilo que parecia configurar-se já, e se confirma, como persecutória a tudo quanto cheire a esquerda e à acção da anterior maioria. A Senhora, na discussão em Câmara, quis confundir simpatia com que foi recebida na Comissão com cobertura à censura e à destruição de um jornal. E isso a maioria da Comissão não aceita. -----

----- A Senhora quer alterar tudo, iniciando até processos enviesados de esvaziamento dos programas socio-educativos. Imagine se tivesse de confrontar-se com os nove programas socio-educativos que o Pelouro desenvolveu até certa altura, com Jardins de Infância da Rede Pública, Escolas dos 1º, 2º e 3º Ciclos e Escolas Secundárias. Deixou de haver tantos programas também porque o Ministério da Educação já queria passar mais responsabilidades para a Câmara Municipal. Então, se eles tivessem continuado, é que seria uma trabalhadeira de esvaziamento e destruição do essencial, não haveria justificações que chegassem. -----

----- Desporto: -----

----- Senhor Vereador Pedro Pinto -----

----- A certa altura, podíamos pensar que o Senhor não conhecia a realidade do trabalho na área do desporto. Foi um trabalho desde há muitos anos reconhecido pelas instituições desportivas da cidade, pelos especialistas e praticantes e pelas populações.

----- Propusemos-lhe que fosse à Comissão do Desporto falar connosco sobre a “LIS-Desporto”. Não foi, não pode ou não quis arranjar nem sequer 15 minutos para falar connosco. Aliás nesse dia faltou a outra Comissão com a qual tinha combinado estar presente. A vida democrática, o poder local democrático, assim tão exigente e participativo é uma chatice ... Mas hoje, depois de termos reunido naquele dia com a Administração da Empresa e com o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, estão em cima da mesa questões sérias demais para lhe permitir continuar a

fazer demagogia com isso de as responsabilidades da gestão das instalações desportivas da LIS-Desporto passarem para colectividades e agremiações desportivas da cidade. O que os senhores preparam é negociatas talvez com o Clube TAP, SADs e outras empresas que estão há muito tempo de olho pregado naquilo que renderá dinheiro. -----

----- A população da cidade perderá o acesso a equipamentos que foram construídos para ampliar a prática democrática e avançada do desporto. Convosco, tudo será negócio, como aliás se viu agora com o estacionamento na intervenção do Sr. Presidente da Câmara. Por isso acenam já com a redução das iniciativas desportivas a cargo da Câmara Municipal. -----

----- Afinal, os lamentos do PSD, do CDS-PP e do Bloco de Esquerda sobre o esvaziamento dos serviços face à existência de empresas municipais era mera hipocrisia. Que isto sirva também de lição àqueles que não percebiam que a criação da LIS-Desporto significava um salto em frente na organização municipal para dar respostas quantitativas e qualitativas mais avançadas às populações dos bairros e das freguesias, aos clubes populares, sem prejuízo dos serviços, antes os libertando para outras áreas fundamentais e rentabilizando espaços, avançando em práticas mais evoluídas e positivas. -----

----- Agora, os senhores voltam-se para o que é mediático e espectacular dando dinheiro a empresas e a grandes clubes que são, afinal de contas, empresas, esvaziando assim as práticas desportivas das populações mais desfavorecidas, que ficarão outra vez perante os televisores, a praticar de bancada ou cadeira, porque isso de fazer desporto é fazer cultura, é desenvolvimento cultural integrado de um povo, e isso para vós é como o 25 de Abril, cheira a trabalhadores, cheira a povo, a liberdade e alegria, e vocês não gostam. -----

----- Os “Jogos de Lisboa” vão deixar de ser Jogos de Lisboa, dizem os senhores. Aí vêm novas jogadas de esvaziamento e empobrecimento da realidade desportiva da cidade. -----

----- Cultura. -----

----- Então o Parque Mayer Sr. Presidente da Câmara? Onde está tratado neste Plano de Actividades e Orçamento? Vai ser um novo passe de cartola, como mais os terrenos e negociatas com os grandes clubes, perdão, com grandes empresas? -----

----- Cá ficamos à espera dessas probabilidades demagógicas para as analisar, denunciar e combater na prática. -----

----- Quanto ao Teatro Aberto, para terminar: Os senhores não sabem nem sonham o que foi e é essa história do “Novo Grupo”! Se as tivessem visto, detestavam as peças e o trabalho inovador do Grupo 4, na década de 60 até 1964. Depois de Abril e na liberdade é uma chatice ... até fizeram “A Mãe Coragem”, o “Círculo de Giz Caucasiano” e tantas outras abomináveis produções dessa gente que enche a boca e a vida com o que vos causa calafrios e amarga a existência. -----

----- Mas, por favor, tentem perceber no que se metem, ao alterar o que foi acertado entre a empresa e o Município, para poder desaparecer essa construção do velho teatro que tanta alegria e prazer trouxe à população de Lisboa e do País que aqui vinha para

os ver representar. Aquilo, Sra. Vereadora da Cultura e Sr. Presidente da Câmara, não é um *bric-à-brac* à Lá Féria de feira. É um trabalho de dezenas de anos, enobrecedor da vida cultural da cidade e do País. Portanto, não estraguem mais. Já basta o que basta e que está mais do que configurado neste Plano de Actividades para 2002. -----

----- Afinal, o que o salva, a este Plano, é o que os senhores e senhoras são obrigados a cumprir porque vem da anterior coligação. Se não, seria um novo terramoto nesta cidade. Mas entre mortos e feridos, os negócios e outras coisas que aí vêm, alguém há-de sobreviver e resistir. Não estamos sós e a cidade é uma cidade democrática, fundamental no 25 de Abril e para sempre. Portanto, não se descuidem muito, nessa sanha anticultural e ideológica que o “Expresso” tão excepcionalmente clarifica no passado fim-de-semana. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para defesa da honra e consideração da Câmara, disse que a intervenção do orador anterior tinha a ver com uma questão de nível, uma questão de educação, não tinha a ver com mais nada. Mas o que mais o impressionara foi ver algumas pessoas mais novas a baterem-lhe palmas. Enfim, era ortodoxia. -----

----- É que, de facto, já ninguém ouvia essa conversa e, ou a actualizavam, ou cada vez menos pessoas a ouviriam. -----

----- Mas, se o orador anterior era corajoso, desafiava-o a ir ao microfone dizer a que negócios se referia. “Não insinue, vá ao microfone dizer quais são os negócios”, sublinhou. -----

----- Disse, depois, que da parte da Câmara não haveria aquiescência para que os documentos em debate fossem votados, enquanto o orador anterior não fosse à tribuna esclarecer quais eram os negócios a que se referia, porque, de facto, estava enganado no número da porta. Se calhar o Sr. Deputado Municipal saberia de alguns negócios imobiliários, e se quisesse falar do negócio imobiliário do Teatro Aberto podiam falar também sobre isso. -----

----- Vá lá dizer quais são os negócios a que se refere, insistiu! Quais são, perguntou! --

----- Disse, ainda, que não era ele o responsável pelo cartaz do 25 de Abril, mas preferia, 28 anos depois, ver um cartaz de festa do que um cartaz onde aparecesse um militar, mesmo que fosse com um cravo. Preferia isso, era uma questão de opinião! Agora, por ver “25 de Abril festa” isso teria alguma coisa de antidemocrático? -----

----- Os “senhores” agora são tão fixados nas fardas das guardas pretorianas que quando se fala do 25 de Abril tem que ter um militar!? O 25 de Abril é povo, o 25 de Abril são cidadãos, o 25 de Abril é liberdade. Os “senhores” é que estão obcecados por aparecer a imagem dum militar. -----

----- Continuando, disse que o orador anterior ofendera toda a gente: produtores culturais, pessoas da Câmara, ofendera tudo. Dava a ideia que ele é que sabia o que era a liberdade, ele é que sabia o que era ser livre, ele é que sabia o que era fazer bem, ele é que sabia quem eram os grandes criadores, sabia tudo! Só que esse tempo já tinha passado: não havia ninguém que soubesse tudo e fosse para a Sibéria por não saber nada. -----

----- Rematou desafiando novamente o orador anterior a ir à tribuna dizer a que negócios se referia. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra para dar explicações, disse que também já conhecia o Sr. Presidente da Câmara de há muitos anos, inclusive da Secretaria de Estado da Cultura, que a destruíra e pusera no desemprego muitos trabalhadores. -----

----- Disse, depois, que foi o próprio Presidente da Câmara, na sua intervenção, que falara de negócios ao referir que ia passar o estacionamento para os privados. Abrira essa porta! Aliás, conheciam já as propostas que o Sr. Presidente da Câmara tinha, e iriam ali discuti-las, para o Benfica e para o Sporting, para ver se não eram negociatas de milhões de contos em construção que queria entregar aos clubes. Teriam oportunidade de ver, no concreto, se seria assim ou não! -----

----- Por outro lado, também sabiam que havia instituições privadas, que havia clubes, tinha referido o Clube TAP, mas havia outros, e havia logo o Sporting que quando se criara um complexo desportivo na cidade avançara para apanhar esse complexo para o pôr à sua ordem, retirando-o, assim, ao usufruto das populações. -----

----- E era isso que combatiam. Portanto, aí também estava um objectivo: era a entrega aos privados. -----

----- Sobre os militares, disse que não estavam obcecados pelos militares do 25 de Abril. Honravam-nos a cada passo porque fizeram o 25 de Abril, mas “os senhores” estão obcecados pelos militares do 28 de Maio. -----

----- **O Senhor Presidente**, devido a alguma efervescência na Sala, interrompeu o orador solicitando-lhe que reconsiderasse a acusação que acabara de fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, retomando a palavra, disse que hoje era livre a intervenção dos eleitos, não estavam na Assembleia da República onde, presentemente, as “vossas” intervenções têm que ser enviadas em Presidente do “vosso” partido. -----

----- **O Senhor Presidente**, continuando a verificar-se alguma efervescência na Sala, apelou à calma, referindo, após um ligeiro compasso de espera, que tiveram um incidente, ele já estava concluído, cada um tiraria as conclusões que tinha a tirar no plano pessoal e político, e agora prosseguiriam com o debate porque a missão da Assembleia era debater os pontos da Ordem de Trabalhos. -----

----- **O Deputado Municipal António Proa (PSD)**, em ponto de ordem à Mesa, disse que a consideração que desejava fazer tinha a ver com a condução dos trabalhos e também com algum nível que se criara na Assembleia ao qual não estavam habituados. De facto, tinha estado ausente da Assembleia durante os últimos quatro anos e, apesar de conhecer já as intervenções do Deputado Municipal Modesto Navarro, entendia que com o tempo piorara e atingira-se um nível que os ofendia a todos, e ofendia, sobretudo, a cidade e os lisboetas que os elegeram. -----

----- A concluir, disse pensar ser obrigação do Sr. Presidente, enquanto responsável pela condução dos trabalhos da Assembleia, manter algum nível de civilidade na discussão. -----

----- **O Senhor Presidente** respondeu dizendo que a crítica estava feita, a Mesa tinha conduzido os trabalhos como conseguiu, mas era certo que a Mesa não tinha tido a ajuda de ninguém – de ninguém, sublinhou – para que os trabalhos tivessem corrido de forma diferente. -----

----- Sublinhou, mais uma vez, que a Mesa não tinha tido a ajuda de ninguém e, portanto, o Deputado Municipal António Proa também deveria ter feito mais críticas que aquelas que fez, além das que tinha feito à Mesa. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que criar uma cidade onde se viva feliz, uma cidade com passado mas virada para o futuro, era a missão do Executivo que em quatro anos pretendia transformar Lisboa, travar o êxodo dos cidadãos de cidade invertendo o fluxo por forma a que uma parte substancial dos 250.000 habitantes que nas duas últimas décadas saíram de Lisboa, regressassem de novo. -----

----- Reabilitar e recuperar o património urbano edificado em estado de degradação, era também uma palavra de ordem, porque, durante os doze anos de vigência da coligação comunista/socialista, muito pouco se tinha feito nessa área, e com a contínua degradação dos edifícios, caso não se invertesse esse ciclo, Lisboa não tardaria a ter uma situação insustentável. -----

----- Por isso, mais do que construir, era fundamental recuperar. Mais do que obras na fachada, e de fachada, era necessário obras no miolo e uma recuperação inteligente. Ainda há pouco ouviram o Sr. Presidente da Câmara referir que as derrocadas no miolo dos edifícios não tinham importância, só tinham importância as derrocadas das fachadas. Era esse o espírito que havia no anterior Executivo. Portanto, o futuro era recuperar, reabilitar, dar condições de vida aos cidadãos da cidade. -----

----- Prosseguindo, disse que trânsito, segurança, planeamento urbano e infra-estruturas, constituíam outras tantas prioridades do Executivo, pois, ao contrário daquilo que alguns ali pretendiam insinuar de que era pouco ousado e que era uma mera continuidade do anterior, o Plano de Actividades e o Orçamento marcavam, de uma forma indelével, uma separação entre aquilo que era o passado e passaria a ser o futuro. -----

----- Mas também era fundamental que se contivessem as despesas, era preciso reorganizar os serviços, colocar a máquina da Câmara ao serviço dos cidadãos, para que eles deixassem de ver o seu Município como um monstro de burocracia e dificuldades, especialmente para aqueles que não tinham dinheiro e poder, já que a esses tudo era facilitado. -----

----- Disse, depois, que se tinha falado há pouco de alguma forma de interesses, mas toda a gente sabia que, durante os últimos doze anos, quem era rico ou quem era poderoso construía na cidade, fizera o que quis e lhe apeteceu. Exemplo disso, eram as torres do Instituto Superior Técnico, que eram um atentado urbanístico incomensurável, e as construções no Restelo. Enfim, todas as pessoas com poder, dinheiro e influência conseguiam na Câmara aprovar tudo. E depois diziam onde estavam os interesses instalados! -----

----- O actual Executivo tinha a herança! Era verdade, e não podia libertar-se dela! Era um herança que não podia de maneira nenhuma deixar para o lado, porque sendo a Câmara uma pessoa de bem teria que dar continuidade a muitos dos compromissos assumidos anteriormente. -----

----- Mas chamava a atenção que quem visse o Plano de Actividade com algum cuidado, repararia que relativamente a muitas obras lançadas em 1994, 1995, 1996 e 1997, algumas até antes, obras importantes, quer em termos viários, quer em termos de recuperação do património, elas tinham uma taxa de execução ridícula, apesar de já terem 7, 8, 9 ou 10 anos. Aliás, algumas delas tinham menos de 50% de taxa de execução. Portanto, isso era prova de que durante todos esses anos, áreas fundamentais para a recuperação e o restabelecimento de situações concretas e objectivas, em termos, nomeadamente, da rede viária e da recuperação dos bairros, estavam no Plano de Actividades e Orçamento há quase 10 anos sem que efectivamente avançassem. Estava-se a lembrar, por exemplo, do Baluarte do Livramento, entre outros. -----

----- Portanto, o actual Executivo, obviamente, teria que lhes dar continuidade e uma vez por todas teria que as acabar, porque, se não, elas ficariam eternamente no Plano de Actividades sem qualquer tipo de avanço. -----

----- Continuando, disse que tinha sido ali referido que o Orçamento poderia não ter este ano uma taxa de execução tão grande quanto seria desejável, o que para si era natural já que estavam em finais de Abril e ele apenas começaria a ter aplicação em Maio. Além disso, seria bom que se lembrassem também que era o primeiro ano do mandato e a experiência de muitos dos actuais Vereadores ainda não estava rotinada no seu relacionamento com a máquina burocrática da Câmara, porque, de facto, era preciso haver um grande entrosamento entre a gestão política e entre a gestão operacional para que as coisas fluíssem de forma mais eficaz. E isso só com algum tempo de rotação aconteceria. -----

----- Por isso, teriam que ter em consideração que o grande esforço que iria ser feito para obter taxas de execução razoáveis, se elas não atingissem os 60%, 70% ou 80%, não poderia depois ser apontado como uma deficiência do Executivo, porque ele, de facto, iria ter as dificuldades que acabava de referir. -----

----- Seguidamente, disse que a segurança era um dos objectivos importantes que o Executivo tinha como função tentar dealbar, porque Lisboa já não gozava de um estatuto de cidade segura. Há 15 ou 20 anos Lisboa era uma cidade manifestamente segura, mas, actualmente, já não gozava desse estatuto. Lisboa dizia-se que era a cidade mais segura da Europa, mas agora já estava comparada com algumas cidades sul-americanas. Lisboa, devido a várias circunstâncias mas naturalmente também a uma forma de alheamento do Executivo anterior, não era uma cidade segura. -----

----- E dizia forma de alheamento, porque, naturalmente, o actual Executivo propunha-se usar um instrumento importante para aumentar a segurança da cidade, dos cidadãos e do património das pessoas, e não remetendo, como o anterior Executivo fazia, apenas para o Ministério da Administração Interna a responsabilidade da segurança na cidade. De facto, a Câmara pretendia utilizar a sua

Polícia Municipal em termos da defesa dos interesses dos cidadãos e aumentar a segurança na cidade, quer em zonas críticas habitualmente conflituosas, quer em zonas de animação nocturna, quer ainda em zonas de estabelecimentos escolares. Essa preocupação era a assunção das responsabilidades, e não o alheamento das mesmas como acontecia com o anterior Executivo, porque se queriam que os lisboetas tivessem melhor qualidade de vida teriam também que dar maior segurança. E a Câmara teria que utilizar todos os instrumentos ao seu alcance para que essa segurança fosse o mais possível adquirida. Esta, disse, era mais uma maneira francamente diferente de ver os problemas em relação ao anterior Executivo. -----

----- Ainda no domínio da segurança e da protecção civil, disse que outro aspecto importante era a requalificação do Regimento de Sapadores Bombeiros e do Serviço Municipal de Protecção Civil, tal como o apoio às associações de Bombeiros Voluntários. Sabiam quão mal, no passado, se relacionava a Câmara com as associações de Bombeiros Voluntários, e todos sabiam o papel importantíssimo que elas representavam na segurança da cidade e dos cidadãos. Portanto, era necessário contar também com as associações de Bombeiros Voluntários e a Câmara iria contar com elas. -----

----- Relativamente ao trânsito, disse que havia também aspectos fundamentais. Por exemplo, há muitos anos se falava no regulamento de cargas e descargas, na bagunça que vinham sendo as cargas e descargas na cidade, que incomodavam tudo e todos, que embaraçavam o trânsito, que incomodavam quem comprava e quem vendia. E se era fundamental regulamentar, porque o anterior regulamento já tinha sido feito há 10 ou 11 anos, mais fundamental ainda era fazer cumprir o regulamento para que Lisboa tivesse maior fluidez de tráfego, não houvesse tanta confusão e também aí se resolvesse um problema crónico de há muitos anos. -----

----- Um outro aspecto que também não tinha sido resolvido e que pensava que o actual Executivo iria resolver, tinha a ver, segundo disse, com o atravessamento da cidade por veículos de grande porte. Também isso teria que se regulamentar no sentido de condicionar e disciplinar para que deixassem de atravessar a cidade de forma anárquica e a qualquer hora do dia, já que isso prejudicava o trânsito, incomodava as pessoas dificultando-lhes a vida. -----

----- Uma outra questão a que o Executivo se propunha também, era controlar e diminuir a velocidade de circulação dos veículos em zonas residenciais, o que era inovador e muito importante que se fizesse para que fosse dada melhor qualidade de vida às pessoas e houvesse maior segurança para as crianças e idosos. -----

----- Relativamente à higiene urbana, disse que chegaram à conclusão – e ficaram alarmados quando viram isso – que parte da frota tinha mais de 25 anos, e realmente era inadmissível que uma Câmara que tanto *show off* tinha feito ao longo do seu exercício, não tivesse cuidado minimamente de renovar, remodelar e reestruturar o parque de viaturas da recolha, selecção e tratamento dos lixos. De facto, isso era inadmissível, mas a Câmara propunha-se agora adquirir um conjunto de veículos que equilibrassem mais ou menos as necessidades desse tipo de serviço. -----

----- Aludindo ao mau estado dos pavimentos, disse que reconhecia que tinha havido um esforço por parte da Vereadora Alexandra Gonçalves no sentido de melhorar as condições dos passeios da cidade. Num trabalho feito em conjunto com as Juntas de Freguesia obtivera alguns resultados, mas isso não tinha sido suficiente. Era preciso investir mais na medida em que as condições dos passeios eram também fundamentais para a segurança, nomeadamente daqueles que tinham menos capacidade de defesa: pessoas idosas, crianças e deficientes. -----

----- Quanto ao planeamento urbanístico, disse que no tempo em que o Dr. Jorge Sampaio era Presidente da Câmara tiveram uma euforia de planeamento urbanístico. De facto, para além do PDM, dezenas de planos de pormenor e planos de urbanização foram lançados. Mas a essa euforia, liderada pelo Eng<sup>o</sup> Fonseca Ferreira, por razões de animosidade pessoal, segundo pensava, o Dr. João Soares quando chegara à Câmara acabou com o planeamento. Passara-se, então, à gestão casuística. Não houve mais planos, fazia-se aqui e além, retirava-se e punha-se, não houve mais planeamento, e então o que acontecera foi que passara o prazo de vigência em relação à sua aprovação, todos os planos de pormenor caducaram e ficaram na gaveta ao longo de todos estes anos. -----

----- Mas, felizmente, a actual Câmara sentia a responsabilidade de levar a cabo o ordenamento da cidade, através do aproveitamento e lançamento de planos de pormenor e planos de urbanização que viessem a ser necessários para o equilíbrio da Cidade de Lisboa. -----

----- Sobre infra-estruturas viárias, disse que apesar do Eng<sup>o</sup> Machado Rodrigues, anterior responsável por essa área, ter sido uma das vedetas do Executivo anterior, o que era facto é que nesse aspecto muito tinha ficado por fazer. Aliás, bastava que se analisasse o Plano de Actividades para se chegar à conclusão das obras que estavam ainda para realizar, que o novo Executivo recebera como herança e às quais tinha que dar continuidade. -----

----- Em relação à criança, educação e juventude, disse que além de se dar continuidade a muitas acções que vinham sendo desenvolvidas, havia aspectos que tinham ali sido frisados pelo Deputado Municipal Modesto Navarro contra os quais estava abertamente contra. É que tinham na Câmara dezenas de professores de educação física, avençados, que estavam nos gabinetes muito sossegados a dar palpites e a tentar fazer formação dos professores do ensino básico, e esses professores, quanto a si, uma vez que a Câmara lhes estava a pagar, poderiam ser muito mais úteis se houvesse um programa estruturado de forma a que actuassem junto das escolas dando aí formação. Todos sabiam que os professores do ensino básico ou não tinham formação ou não queriam saber da educação física porque tinham mais que fazer, portanto não se dedicavam de alma e coração àquilo que estava para além das suas actividades normais básicas, mas se em algumas escolas já havia professores por exemplo na área da música, obviamente seria também necessário que houvesse da parte da Câmara disponibilidade para colocar junto das escolas do ensino básico que eram da sua responsabilidade, responsáveis pela educação física dos miúdos por forma a poder levar aí a educação física e o desporto. -



----- No tocante ao desporto, disse que pelo que tinha sido ali referido dava a ideia que os Jogos da Cidade haviam sido uma iniciativa, uma ideia ou uma criação do anterior Executivo, mas isso não era verdade. De facto, os Jogos da Cidade tinham sido lançados no tempo do Eng<sup>o</sup> Nuno Abecasis, em 1986, sendo então da sua própria responsabilidade, mas depois houve alguma adulteração daquilo que era o espírito inicial dos jogos, que, de facto, não era aquele que existia neste momento. Naquele tempo o espírito dos jogos era levar o desporto a quem não tinha outra possibilidade de o praticar que não fosse através do esforço e da dedicação da Câmara e das Juntas de Freguesia. Não era àqueles cujos pais tinham dinheiro para os pôr a praticar ténis, judo ou natação, nem àqueles que tinham capacidades físicas especiais a quem os clubes naturalmente agradeciam que fossem treinar para lá para fazer desporto de competição, mas era exactamente àqueles que não tinham possibilidades, ou porque não eram especialmente dotados fisicamente, ou porque os pais não tinham possibilidades económicas. Esses, através da disponibilidade da Câmara e das Juntas de Freguesia, poderiam constituir a sua própria equipa, uma equipa *ad-hoc* para poder participar, sem federados. Era evidente que essas situações teriam que ser corrigidas, mas esperava que o Executivo, alterando naturalmente a matriz, desse continuidade aos Jogos da Cidade. -----

----- Relativamente à extinção da LIS-Desporto, disse que isso era óbvio. Aliás, aquando da discussão e votação da criação dessa empresa na Assembleia Municipal, o PSD já tinha manifestado o entendimento de que isso era uma aberração que não fazia sentido. Por isso, pedia ao Sr. Presidente da Câmara que tivesse a coragem de levar por diante a extinção da empresa e que as pessoas assumissem a sua responsabilidade. Essa empresa, a seu ver, era uma forma enviesada, talvez para dar algum protagonismo a algumas pessoas, nomeadamente do Partido Comunista que naturalmente preencheram os seus quadros, para gastar alguns dinheiro e criar alguns jogos para alguns *boys* comunistas. Mas era evidente que essa empresa não fazia qualquer sentido existir até porque a Câmara tinha toda a capacidade para gerir os equipamentos e lançar as suas actividades, por forma a ser ela o motor de toda a área do desporto, sem precisar de estruturas paralelas que só confundiam e só faziam gastar dinheiro. -----

----- A terminar, disse que tinha uma grande fé e uma grande esperança no Executivo e naquilo que era a capacidade de realização, de criatividade e de capacidade de responsabilidade do seu Presidente, que mesmo agora, perante um insulto, perante uma atitude perfeitamente indecorosa de um Deputado Municipal, assumira, talvez com o coração, porque a cidade tinha também que ser assumida com o coração, e acabara de demonstrar que além de coração, tinha inteligência, capacidade e força para levar para a frente as acções necessárias e fazer de Lisboa uma cidade verdadeiramente feliz. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que sendo esta a sua primeira intervenção na Assembleia Municipal de Lisboa, desejava saudar todos os presentes com a mesma intensidade, independentemente da sua orientação político/partidária, mas saudava com especial relevo os colegas da

bancada do PSD que também hoje ali intervieram pela primeira vez e contribuíram com elevação nos debates. -----

----- Disse, depois, que desejava apontar a questão dos primeiros cem dias de mandato, para realçar a diferença entre a euforia da campanha eleitoral e as promessas feitas com o conteúdo do documento apresentado para debate: as Grandes Opções do Plano. -----

----- Efectivamente, naquilo que dizia respeito à juventude, lembrava a aposta no rejuvenescimento do centro da cidade e a ligação dessa aposta a uma causa, a felicidade, e lembrava que o mote da campanha foi “Lisboa Feliz”. -----

----- Hoje, porém, não era dia para se falar de felicidade, não só pelas cenas lamentáveis a que assistiram e que lhes lembraram que o 25 de Abril era actual, os valores eram actuais e neles se incluíam a tolerância, mas porque de felicidade, em termos de rejuvenescimento da cidade, não havia rasto no documento que foi apresentado. E algumas fontes de felicidade que eram apresentadas, nomeadamente a Semana da Juventude, a Maratona Fotográfica e o Festival de Teatro, eram fontes que já vinham da anterior gestão da coligação de esquerda, portanto uma homenagem teria que ser prestada a essa coligação pelos válidos contributos que trouxera à cidade. -----

----- Como mega iniciativa para a juventude era apresentado pela coligação do direita a Casa da Juventude e das Artes, mas também nesta matéria ficavam aquém da felicidade possível, e lembrava que o programa da coligação de esquerda tinha uma iniciativa no género mas muito mais abrangente, uma iniciativa que defendia a criação de um espaço integrado de ensino, cultura, desporto e lazer, juntando de uma forma concentrada e interligada todas essas valências para todas as juventudes e sem discriminações. Na sua opinião, apostar fortemente numa Casa da Juventude e das Artes era ficar aquém do que seria possível, em termos infra-estruturas, para todas as juventudes da cidade. -----

----- Disse, ainda, que não o podiam acusar de falta de ética política por falar hoje desta questão, já que se o não fizera antes em sede de Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude foi porque na reunião marcada com o Sr. Vereador Pedro Pinto, este, por motivos de agenda, não pôde estar presente. -----

----- Seguidamente, referiu que olhando para as Grandes Opções do Plano não se via um resquício de transversalidade nas políticas de juventude, e todos sabiam quanto isso era essencial. Não conseguiam perceber, porque nada era dito, sobre a interligação entre ambiente, acção social, habitação, ensino, desporto e cultura, e de que forma a juventude, sem ser entendida como uma política sectorial, podia e devia contribuir para a valorização de todas essas áreas na vida da cidade. -----

----- E, sobre essas matérias, formulou as seguintes perguntas: -----

----- No ambiente, de que forma podia a juventude contribuir para a valorização dos espaços verdes, para a protecção dos existentes e para a criação de mais? -----

----- Em termos de acção social, em que medida devia o voluntariado ser investido junto da juventude, para com isso serem incentivados valores sociais como a solidariedade? -----

----- Em termos de habitação, onde estavam as soluções para concretizar o grande plano de investimento que era necessário para o rejuvenescimento da cidade, porque mesmo indo às parcerias entre público e privado nada era dito de concreto? -----

----- Sobre a cultura, não bastava anunciar um cartão cultural, ele teria que ser divulgado, de que forma iria ele chegar a todos os jovens e não apenas a nichos mais privilegiados? -----

----- Em termos de desporto não bastava mudar de rótulo iniciativas que já existiam, teria que ser explicado em que medida seriam potenciadas novas modalidades e chamar para a prática desportiva pessoas de todas as idades, privilegiando, obviamente, a juventude. -----

----- Em termos de infra-estruturas, disse que não era suficiente que se invocasse a duplicação de investimento nessa área quando se sabia que estavam em causa compensações a clubes, como o Belenenses, para potenciar soluções relativas a outros investimentos para o Euro 2004. -----

----- A terminar, disse que era de realçar a falta de ideias para a área da juventude, a falta de rumo, e, no fundo, a falta de consideração que a juventude merecia face às expectativas que foram criadas em plena campanha eleitoral. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que o Plano de Actividades e Orçamento para 2002 eram instrumentos previsionais de gestão que tinham de ser analisados no contexto actual. Isto é, após o processo eleitoral recente e, por via disso, a sua apresentação ocorrer quando já passaram quatro meses do ano a que se reportavam e, sobretudo, por ter havido uma mudança política do Executivo. -----

----- Por isso, estavam ainda os referidos documentos marcados pelas orientações e compromissos assumidos pela coligação de esquerda, como não podia deixar de ser. E ainda bem que assim era, quer para a cidade, quer para as populações mais desfavorecidas que deles beneficiavam. -----

----- Disse, depois, que no ano 2002, já sobre a égide da coligação de direita, iria ser finalizado um conjunto notável de projectos, nomeadamente desportivos e culturais, lançados pelo anterior Executivo, mas sobretudo iria ser concluída a sua obra mais importante: a erradicação de barracas. Segundo números indicados pelo Sr. Vereador Vasco Franco, tinham ficado em construção para serem acabados no ano em curso 1.276 fogos, aos quais se deveriam ainda somar 845 no Alto do Lumiar e no Vale de Chelas, e desse modo ser finalmente eliminada essa chaga social. -----

----- Era natural, pois, que uma grande parte das verbas do Orçamento tivessem de ser atribuídas aos projectos plurianuais que transitaram do ano anterior. -----

----- Mas, perante isso, o Sr. Presidente da Câmara clamava que este não era o seu Orçamento, e para justificar as dificuldades que teve na sua elaboração e cumprir promessas feitas na campanha eleitoral vinha argumentar que ignorava a forma como era gerida a Câmara Municipal de Lisboa, referindo em particular as permutas. E, pior ainda, dramatizava, sem razão, a situação financeira da Câmara atribuindo a responsabilidade ao antigo Executivo, ou seja, perante a eventualidade de insucessos

procurava desculpabilizar-se avisando, desde já, que a taxa de execução do Plano de Actividades de 2002 seria com certeza inferior à do ano transacto. -----

----- Mas era preciso que fossem claros! Se o Sr. Presidente da Câmara quando se candidatará à presidência desconhecia as limitações financeiras da Câmara e o modo como era gerida, facto que certamente escondera dos eleitores, deveria ter-se informado junto dos seus correligionários antes de fazer promessas que poderiam ser irrealistas. -----

----- Disse, ainda, que a Câmara não estava financeiramente de tanga, nem para lá caminhava, e o Sr. Presidente da Câmara não ignorava isso. O endividamento da Câmara estava bem longe do seu limite legal e não era de forma alguma preocupante, já que os empréstimos contraídos, de médio e de longo prazo, não punham em causa a sua solidez financeira. Aliás, a prova disso mesmo era que o Orçamento elaborado pelo actual Executivo previa para o ano em curso empréstimos no valor de 203 milhões de euros, ou seja, 40,8 milhões de contos. -----

----- Mas, se este não era o Orçamento do Sr. Presidente da Câmara, também não era o do PCP, nem tão pouco o Plano de Actividades. E dava um exemplo bem elucidativo que era o projecto do túnel das Amoreiras, que tinha subjacente uma estratégia de actuação contrária àquela que o PCP defendia no domínio do trânsito e do acesso à cidade. -----

----- Na área do ambiente, disse que se lhes afigurava que o Plano continha grandes omissões, que não sabiam se por lapso ou se intencionalmente por não constarem dos objectivos da actual maioria, o que seria grave: era o caso do corredor verde de Monsanto e do Parque Periférico, como já tinha sido referido. -----

----- E não resistia a fazer uma pergunta aos Deputados Municipais do PSD e do PP relativamente ao Orçamento. Teriam porventura reparado no montante consagrado, para o ano de 2002, na rubrica “aquisição de bens e serviços”? É que, como certamente se lembravam, por causa dela a coligação de esquerda havia sido alvo, ao longo dos anos, dos mais severos ataques, sendo inclusivamente acusada de despesista, de querer dispor de saco azul, enfim, do exemplo acabado da má gestão do Município. A verdade era que essa rubrica ascendia agora a 121 milhões de euros, ou seja, 24,3 milhões de contos. Isto é, num Orçamento, dito de austeridade, em que o Presidente da Câmara dramatizava a questão do financiamento do Plano de Actividades, essa rubrica não só não sofrera qualquer redução em relação ao ano passado como até tinha sido aumentada, pelo que tendo o Deputado Municipal Victor Gonçalves referido que era necessário conter as despesas, ficaria agora à espera de ouvir o mesmo coro de críticas que o PSD e o PP todos os anos faziam ao Executivo. Ou seria que alguma coisa tinha mudado que os emudecia?! -----

----- Mas se em relação ao Plano de Actividades e Orçamento para 2002 a Câmara encontrava razões para se desculpabilizar, o mesmo já não poderia fazer em relação ao Plano Plurianual de Investimentos, e conviria dizer que quer a introdução, quer o Plano propriamente dito, deixavam muito a desejar e não eram nada esclarecedores. Ou tinha havido falta de tempo ou tinha sido elaborado em cima do joelho, já que se verificavam omissões graves como era o caso da falta de referência, nos textos

escritos, à habitação social ou, por exemplo, a uma outra questão que era emblemática para a nova maioria e da qual o Sr. Presidente tanto falara na campanha eleitoral: a questão do Parque Mayer. -----

----- Continuando, disse que o PSD e o PP passaram a gerir uma Câmara que, nos últimos anos, resolvera não só os grandes problemas estruturais da cidade, que envolveram grandes investimentos, como realizara um conjunto de obras em todas as áreas da sua actividade que a colocaram ao nível das grandes capitais europeias. Uma Câmara que apresentava, inquestionavelmente, uma estrutura financeira saudável e continuava a dispor de património e de meios financeiros próprios que possibilitavam financiar os projectos na nova maioria, recorrendo, se necessário, ao financiamento alheio, tal como acontecera com a coligação de esquerda que durante os últimos doze anos gerira a edilidade. -----

----- Portanto, sem alibis, sem desculpas, estava nas mãos da actual maioria cumprir as promessas que fizeram aos lisboetas, que nelas acreditaram e por isso os elegeram, porque tinham todas as condições para isso. -----

----- Mas esperariam para ver, desejando os maiores êxitos no trabalho da Câmara na defesa dos interesses da população de Lisboa, interesses esses que o PCP continuaria a defender intransigentemente. -----

----- Seguidamente, disse que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara lhe suscitara as seguintes perguntas: -----

----- Em que condições os privados participavam no Fundo de Investimento Imobiliário? O que era que os atraía agora e não os atraía suficientemente antes? -----

----- Em que aspectos achava o Sr. Presidente da Câmara que a Câmara podia participar mais na questão da toxicoddependência, independentemente da reestruturação nessa área? -----

----- Que alargamento de capacidade de realização de obras coercivas se previa para além daquilo que a Câmara tinha feito? Que novas garantias tinha de que os proprietários pagariam as obras coercivas? -----

----- Quando pensava aprovar os planos e orçamentos das empresas municipais para 2002? -----

----- **O Deputado Municipal José Rodrigues (PS)**, no uso da palavra, depois de cumprimentar a Mesa, a Vereação e todos os Deputados Municipais, já que esta era também a sua primeira intervenção na Assembleia Municipal, disse que as questões que o levavam a intervir tinham a ver, essencialmente, com dois pontos do Plano de Actividades, concretamente a educação e o desporto. -----

----- Globalmente, como já havia sido dito, o Plano de Actividades, em termos de expectativas que poderia ter criado por tudo o que estava à volta dele, defraudava completamente já que ele próprio referia que era, na sua grande maioria, um repositório daquilo que estava a ser feito dando-lhe continuidade, não trazendo particularmente nada de novo e, mais do que isso, era feito de generalidades, de lugares comuns que quase qualquer dos grupos políticos ali representados poderia subscrever na generalidade. -----

----- É que, de facto, não especificava opções, não apontava caminhos, não tinha uma lógica estratégica associada, portanto, era, na generalidade, um conjunto quase vazio. -

----- Particularmente, desejava colocar duas questões no domínio da educação e do desporto, que eram antagónicas na forma como vinham expressas no Plano de Actividades e na forma como lhes tinha sido dado tratamento na relação entre os Srs. Vereadores e a Assembleia Municipal. -----

----- Começando pela educação, disse que, de facto, em todo o Plano de Actividades as questões da educação propriamente ditas eram apenas referidas no último parágrafo da página 19 e no primeiro parágrafo da página seguinte, com duas pequenas referências que apontavam como prioridades a conclusão da edificação do conjunto de escolas previstas no projecto de ampliação da rede escolar, portanto do anterior Executivo, e, paralelamente, prosseguir o processo de reavaliação das condições em que se encontrava o parque escolar. Portanto, também a continuação daquilo que vinha sendo feito anteriormente. -----

----- Seguiu-se, ainda, a questão das aulas de educação física nas escolas, ensino básico duas horas por semana, que da forma como constava não era novidade, mas da forma como conheciam o eram. -----

----- A propósito desta matéria, disse que tinha tido oportunidade de participar numa reunião com a Sra. Vereadora do Pelouro, onde as questões apresentadas no domínio da educação foram bastante mais latas que aquelas que estavam no Plano. -----

----- Por isso, a questão que colocava à Vereação era se o que era para considerar era o que constava do Plano, ou se, pelo contrário, se deveria ter em conta a apresentação das ideias e projectos que a Sra. Vereadora do Pelouro fizera aquando da apresentação à Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto. -----

----- Se era essa, e só em relação a essa existiam projectos concretos, a questão que se colocava era a opção que estava vertida na alteração prevista para esse apoio à educação física, que anteriormente era efectuada através do recurso à formação dos professores residentes, à pluridisciplinaridade que essa formação lhes dava, já que eram eles que na realidade assumiam a vivência do quotidiano com os alunos, que melhor os conheciam e que melhor conseguiam adaptar essas diferentes vertentes de formação extracurricular às necessidades dos alunos. -----

----- E, portanto, haveria por aí um enriquecimento e uma proximidade muito maior do que aquela que haveria com pessoas desafectas do meio escolar em causa, que passavam pela escola uma ou duas horas por semana, desenraizadas da realidade escolar, embora especialistas na matéria. Tratava-se de complementos de actividade e não do fomento da especialidade desportiva em causa que estava a esse nível de ensino. -----

----- Deixava esta primeira questão para resposta, mas era estranho que em termos de educação, da parte de quem se dizia preocupar tanto com o nível da educação, se apresentassem ideias que cabiam apenas em dois meios parágrafos. -----

----- Por outro lado, manifestava-se também tanta preocupação sobre a segurança, mas nada se dizia sobre a segurança nas escolas da cidade. Nem uma única palavra se mencionava sobre a segurança das crianças nas escolas, quer no ponto que se referia à

educação, quer no ponto que se referia à segurança! Também aí havia um vazio de ideias, de soluções, ou pelo menos de tempo para escrita. -----

----- Aludindo ao desporto, começou por lamentar a ausência do Vereador responsável pelo Pelouro, adiantando que isso parecia ser prática já que também não tinha estado presente na reunião da Comissão Permanente de Desporto assim como na reunião da mesma Comissão para a discussão do problema da LIS-Desporto, para a qual tinha sido solicitada a sua presença, embora tivesse dito que comparecia. -----

----- Mas, mesmo assim, punha as questões que tinha para pôr sobre essa matéria. -----

----- Referiu, então, que elas eram apresentadas no Plano como um conjunto de vulgaridades, a não ser o renomear, por exemplo, dos Jogos de Lisboa que passavam para plano de desenvolvimento desportivo. Só podiam ler uma renomeação porque as ideias sobre o que era esse novo plano de desenvolvimento desportivo não estavam consignadas no Plano. -----

----- Por outro lado, também não conseguiam entender que houvesse uma clara aposta nessa área já que o valor dos investimentos consignados no Orçamento não deixavam antever mais do que a continuação do esforço que actualmente existia e, eventualmente, o efeito da compensação ao Belenenses. Todavia, não deixava de constar a questão da LIS-Desporto, que, pelos vistos, era a única empresa municipal atravessada na garganta do Executivo. Aliás, um ex-Vereador da Câmara, o Dr. Paulo Portas, assinara uma proposta no dia 14 de Fevereiro, a proposta 51/2002 entretanto retirada pelo Executivo, proposta essa que era tão descontextualizada, tão desprovida de fundamento que com certeza teria sido essa a razão principal da sua retirada. -----

----- É que, de facto, tratava-se duma proposta que foi apresentada sem qualquer conhecimento da realidade da empresa, porque era impossível, e era impossível porque o Sr. Vereador do Pelouro só reunira uma vez com a administração da LIS-Desporto, no dia 7 de Fevereiro. Aliás, essa reunião nem sequer tinha sido a pedido do Sr. Vereador mas sim a pedido da administração da empresa para saber as orientações que tinha para finalizar o mandato. E apesar das vários propostas e pedidos de audiência por parte da administração, a Vereação ainda não a recebera nem lhe dera qualquer seguimento. -----

----- Mas como era que essa proposta poderia ter coerência se ainda não existia na altura em que fora tomada a decisão qualquer elemento do Relatório e Contas, já que a proposta era de 7 de Fevereiro e o Relatório e Contas apenas tinham sido disponibilizados no dia 4 de Março? Isso demonstrava o vazio de conteúdo para que a solução apontava! -----

----- Até poderia estar em concordância com o Deputado Municipal Victor Gonçalves quando há pouco defendera a inclusão da LIS-Desporto no Departamento de Desporto, poderia discordar mas poderia também achar que era uma solução, discutível em termos de princípios, mas que poderia ter cabimento. Mas não, não era isso que estava no Plano! O que estava no Plano era algo mais inconcebível – páginas 28 – era a extinção da LIS-Desporto e transposição das responsabilidades de gestão das instalações desportivas para colectividades e agremiações desportivas da cidade. Então, afinal, já não era para o Departamento de Desporto?! -----

----- De facto, só quem não conhecia as realidades das colectividades e agremiações desportivas da cidade, as enormes dificuldades que o movimento associativo atravessava, muitas vezes sem direcções ou de quem se pudesse responsabilizar pelo seu quotidiano, poderia pensar que as colectividades e agremiações tinham capacidade para fazer essa gestão. Na verdade, não conseguia perceber como era possível que se passasse para uma proposta desse tipo. -----

----- **O Deputado Municipal Vítor Agostinho (PCP)**, Presidente da Junta de São Vicente de Fora, no uso da palavra, disse que na sua intervenção ia levantar algumas questões de carácter mais geral e outras relativas ao trabalho que os Presidentes de Junta desenvolviam nas suas áreas. -----

----- Começando pelas questões de carácter mais geral, disse que a primeira tinha a ver com uma afirmação feita relativamente à questão do túnel das Amoreiras. Dizia a Câmara que era uma bandeira e que por isso muitos dos lisboetas tinham votado na coligação, mas estava certo que nenhum dos lisboetas de Oeiras, Cascais ou de outra zona de fora da cidade votaram em Lisboa e o problema do trânsito era um problema que vinha de fora para dentro. Portanto, esse era um falso problema para os lisboetas porque a diferença que podia haver era que em vez de ficarem em filas nas ruas passassem a ficar em fila dentro do túnel. -----

----- Relativamente à recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, disse que lhe parecia haver um bocado de medo em pôr nas recomendações coisas que delas deveriam constar. Por exemplo, havia representantes locais das populações e isso deveria ser referido e não apenas da forma genérica como a questão estava colocada. A Câmara teria que ser obrigada a ouvir as Juntas de Freguesia, teria que ser obrigada a ouvir as Assembleias de Freguesia, teria que ser obrigada a ouvir as associações de moradores e também de uma forma geral a população que estava organizada. Por isso, seria mais importante que essa matéria constasse da recomendação já que depois tudo aquilo que não fosse poder instituído seria esquecido. -----

----- Referindo-se a uma questão levantada pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves sobre desporto, disse que era seu entendimento que não podiam confundir o trabalho iniciado pelo então Vereador Victor Gonçalves nos Jogos da Cidade – que aliás nunca puseram em causa em lado nenhum – com o trabalho que se fizera posteriormente com chegada da coligação de esquerda ao poder, mas se era certo que se não se podia pôr em causa o trabalho então desenvolvido pelo Vereador Victor Gonçalves, não era menos certo, e tinha que ser reconhecido por todos, que se dera um grande salto nessa área porque milhares e milhares de jovens passaram a integrar os Jogos da Cidade e com uma organização muito melhor estruturada, o que também era normal porque no início não havia meios para isso. -----

----- E, a propósito, solicitava que a Câmara informasse desde já qual era o ponto da situação para os Jogos da Cidade de 2002, nomeadamente o que se estava a pensar fazer para galvanizar os jovens e as colectividades no sentido de se conseguir manter o mesmo nível de participação. -----

----- Depois, sobre a transferências de verbas para as Juntas de Freguesia, disse que, na sua opinião, elas estavam muito aquém daquilo que era esperado. No ano passado



tinha-se registado um aumento de 7% relativamente ao ano anterior, e este ano, pela proposta que era apresentada, verificava-se que o aumento era apenas de 2,7% o que não condizia com aquilo que vinha sendo o discurso político do Presidente da Câmara em termos de descentralização e apoios financeiros para as Juntas de Freguesia poderem desenvolver o seu trabalho. -----

----- Naturalmente teriam que analisar os protocolos, que hoje mesmo lhes haviam sido entregues, com mais calma. Havia questões que, numa primeira leitura, pareciam não estar bem, a verba era aumentada em cerca de 3%, o Vereador Pedro Pinto tinha solicitado às Juntas apoio para a elaboração da concessão dos protocolos, as Juntas fizeram propostas e, também numa primeira leitura, parecia que grande parte delas não estavam consignadas. -----

----- Aliás, o Vereador Pedro Pinto, depois disso, tinha obrigação de ter chamado as Juntas para, numa reunião de trabalho, discutir com elas as questões que, a seu pedido, lhe haviam enviado por ofício. Mas esperavam que depois de analisados os protocolos eles pudessem ainda ser discutidos entre as Juntas e a Câmara com a finalidade dos mesmos se aperfeiçoarem e as Juntas assim melhor poderem resolver os problemas das populações. -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Vicente Mendes (PS)**, no uso da palavra, disse que a intervenção social e a cultura eram áreas que se deveriam interligar, porque não se podia desenvolver socialmente se não se desenvolvesse culturalmente. Era uma área transversal com incidência em todas as outras vertentes, nomeadamente na prevenção da toxicodependência. -----

----- Concretamente, desejava colocar algumas questões à Câmara sobre o Pelouro da Acção Social, porquanto lhe parecia que o que era apresentado era mais um programa de intenções e menos de concretizações, visto que no Orçamento não se viam concretizadas na totalidade todas as intenções referidas. -----

----- Por outro lado, referia-se que a autarquia pretendia privilegiar no terreno através da reabilitação/construção de equipamentos sociais, e a sua pergunta era onde seriam construídos e que tipo de equipamentos sociais eram. -----

----- Referia-se, também, que se ia dar apoio a projectos de associações e instituições em bairros, mas não se dizia que bairros nem que tipo de projectos eram, pelo que também sobre essa matéria desejava ser esclarecida. -----

----- Igualmente era referido o apoio aos idosos e às crianças, mas todos os projectos que estavam mencionados nos documentos eram projectos que vinham do anterior Executivo, o que efectivamente reflectia o reconhecimento do bom trabalho que vinha sendo feito nessas áreas. Todavia, lia-se também que iria ser criado um novo centro para idosos sem se referir onde, pelo que mais uma vez perguntava onde seria construído. -----

----- Disse, depois, que o anterior Executivo tinha um programa denominado “casa para toda a vida” destinado aos idosos que moravam nas suas casas e legitimamente não as queriam deixar. A Câmara, em colaboração com as Juntas de Freguesia, através de um protocolo fazia pequenas obras por forma a que os idosos pudessem

continuar a viver com qualidade nas suas próprias casas. No entanto, nos documentos ora em discussão, não se falava sequer nesse assunto. -----

----- Dizia-se também que se ia arrancar com projectos para centros de pernoita e refeitórios de bairro, e a pergunta era se iriam ser feitos refeitórios de bairro em todos os bairros de Lisboa. -----

----- Quanto à referência de que ia ser feito o lançamento de um projecto de integração das comunidades emigrantes, havendo já um centro de recursos multiculturais desejava que a Câmara informasse que projecto de integração era esse na medida em que o dito centro de recursos multiculturais já existia e funcionava no terreno. -----

----- Em relação à toxicodependência perguntou se o projecto “intervir” tinha alguma coisa a ver com a acção desenvolvida no terreno pelas Juntas de Freguesia, mercê do projecto “contigo vais longe” que existia na anterior Vereação. Era o “projecto contigo vais longe” com outro nome, ou seria uma coisa nova que ninguém sabia o que era? -----

----- Sobre a referência que era feita à prevenção secundária, disse que ela competia aos CATs e não à Câmara Municipal, já que prevenção secundária era tratamento e não seria uma Câmara Municipal a fazer o tratamento dos toxicodependentes. -----

----- Ainda no domínio da toxicodependência, perguntou se era intenção da Câmara manter o projecto das equipas de rua, actualmente a funcionar na zona do Casal Ventoso, ou mesmo se tinha em mente alargar a acção dessas equipas a outras zonas da cidade onde esse flagelo, infelizmente, existia. -----

----- Relativamente à cultura, disse que tinha sido muito útil a reunião que a Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura teve com a Sra. Vereadora da Cultura, que efectivamente dera esclarecimentos concretos e assim evitara que agora tivesse que colocar algumas questões relacionadas com essa área. -----

----- Seguidamente, disse que o Plano de Actividades apresentado não deixava de ser o reconhecimento do muito que tinha sido feito, nomeadamente no anterior mandato, na construção, ou reconstrução, de diversos equipamentos culturais da cidade, como era o reconhecimento também daquilo que tinha sido deixado enquanto projecto. -----

----- Disse, ainda, que se sentia que a Sra. Vereadora queria continuar a rentabilizar os equipamentos bem como os recursos humanos existentes, e a Câmara Municipal de Lisboa possuía profissionais muito competentes, com grande conhecimento da cidade e dos valores culturais. -----

----- A terminar, perguntou como iria ser dado apoio às Juntas de Freguesia que tinham actividades culturais com carácter permanente, actividades culturais essas que ocupavam crianças, jovens e idosos. -----

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que apenas pretendia referir três questões, das quais, a primeira, tinha a ver com matéria do desporto mencionada a páginas 28 das Grandes Opções do Plano. Referia-se aí que a construção de espaços desportivos seria virada para a área do lazer, e quanto a isso pretendia referir que essa política já tinha sido seguida pela Câmara anterior à da maioria de esquerda, em que a construção de espaços de lazer, a que chamavam espaços desportivos, eram espaços

que depois acabavam por não servir para nada porque não era possível desenvolver actividade desportiva e apenas serviam para a brincadeira local. -----

----- De resto, isso levava a que a Vereação seguinte tivesse que intervir em todos esses espaços para os adaptar à prática desportiva. Ou seja, não se podiam fazer investimentos sem qualquer efeito prático porque hoje ninguém praticava actividade desportiva que não fosse em espaços que tivessem condições para a competição. Isso tinha acontecido, por exemplo, na Mata do Bairro da Madre de Deus, na sua Freguesia, onde a Câmara seguinte tivera que intervir pelas razões já referidas. -----

----- Por isso, fazer-se agora equipamentos desse género, seria, sem dúvida, deitar dinheiro fora, e dos dinheiros públicos investidos deveria procurar tirar-se o máximo proveito e eficácia. -----

----- Sobre os Jogos da Lisboa, disse que desejava deixar a sua profunda preocupação em relação às questões que igualmente eram apontadas na página 28. Dizia-se aí que a partir do segundo semestre se desenvolveriam sob a forma de “plano de desenvolvimento desportivo”, e se o objectivo era apenas a mudança de nome era uma questão que a Câmara tinha todo o direito de fazer, mas se se ia alterar a forma de desenvolvimento desportivo, isso sim preocupava-o muito. -----

----- Ainda sobre os Jogos da Lisboa, disse que em 1989, no tempo em que o agora Deputado Municipal Victor Gonçalves estava na Câmara como Vereador responsável por essa área, nos então designados Jogos da Cidade e que depois passaram a designar-se por Jogos de Lisboa, a participação de jovens totalizava 4.500 participantes, enquanto que presentemente participavam 30.000. Além disso, porque se tratava de jogos a eliminar, metade deles tinham apenas uma única participação, ou seja, após o primeiro jogo dos 4.500 jovens ficavam apenas 2.250 e isso, obviamente, não era massificação de desporto, não era desenvolvimento desportivo mas o atrofamento da actividade desportiva na cidade que se habituara a ter milhares de jovens a desenvolver actividades desportivas. -----

----- Seguidamente, referindo-se à cultura, recomendou à Câmara que apoiasse as estruturas culturais, ou seja os grupos de teatro de bairro, e que tivesse em conta que essas companhias de teatro, que desenvolviam a cultura local, nada recebiam em termos de apoios, quer do Estado, quer da Câmara Municipal. Na sua Freguesia havia duas companhias de teatro que os apoios que tinham eram única e simplesmente da Junta de Freguesia. -----

----- Por fim, sobre a questão dos mercados, disse que se referia que ia haver uma reformulação dos mercados de levante, e chamava a atenção que não se mencionava a questão o mercado de levante da Rua Marquês de Olhão. Referia-se, certamente por lapso, o mercado de levante da Quinta Marquês de Olhão. Se era lapso pedia que fosse rectificado, mas, se não era, desejava que fosse incluído também o mercado de levante da Rua Marquês de Olhão. -----

----- **A Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, no uso da palavra, começou por dizer que se congratulava pelas várias referências que eram feitas às transferências para as Juntas de Freguesia, bem como às delegações de competências, quer no Orçamento, quer nas Opções do Plano, como se

congratulava também por hoje ter sido entregue a minuta do protocolo global que a Câmara ia estabelecer com as Juntas de Freguesia para a delegação de competências. --

----- Porém, não podia deixar de manifestar alguma preocupação relativamente às dificuldades que poderiam resultar da aplicação dos n.ºs. 2 e 3, da cláusula III, da metodologia indicada na referida minuta de protocolo. É que dizia-se no n.º 3 da dita cláusula: “o pagamento, excepto o relativo a despesas relacionadas com a gestão, manutenção e conservação ordinária, obedece aos seguintes critérios: adiantamento para início da obra ou investimento após solicitação da Junta e mediante comunicação do seu início e remessa do respectivo processo”. E depois, a seguir, referia-se: “transferências em parcelas sucessivas em função da execução da obra, após a apresentação e aprovação do relatório que certifique o estado de execução da mesma e dos respectivos documentos comprovativos”. E, por fim, dizia: “última parcela após confirmação da execução do investimento ou da obra, por parte do Vereador ou Vereadora do Pelouro competente e contra a entrega dos documentos comprovativos da despesa”. -----

----- Ora, tal como estava, parecia-lhe que se tratava de obra a obra o que, obviamente, traria grandes problemas burocráticos quer para as Juntas de Freguesia, quer para a própria Câmara, pelo que sugeria a reformulação no sentido de não ser obra a obra mas sim, tal como estava previsto para a execução de obras que não estivessem na tal gestão normal, que para essas houvesse um fundo de maneiio inicial e que depois a segunda transferência fosse feita perante comprovativos que, por exemplo, poderiam ser despesas com obras gastas já no valor de 60% desse fundo de maneiio inicial e depois, sucessivamente, até perfazer o valor global. -----

----- Portanto, era seu entendimento que a metodologia deveria ser aligeirada depois do acompanhamento desses protocolos para áreas onde se justificassem obras. -----

----- Seguidamente, depois de apelar a todos os colegas Presidentes de Junta no sentido de o mais rapidamente possível responderem à proposta que lhes tinha sido feita caso a caso, disse que pelo que notara o próprio protocolo global, depois de assinado com cada uma das Juntas, ficaria sujeito a possíveis alterações ou aditamentos, pelo que pensava ser muito urgente a assinatura do protocolo e que houvesse desde logo um comprometimento da Câmara para alterar alguma coisa que se tivesse que alterar, e que na sequência da aprovação do Orçamento, que certamente seria hoje, imediatamente se desse início às transferências de verbas para as Juntas que, como era sabido, estavam financeiramente em situação bastante aflitiva. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, novamente no uso da palavra, disse que apenas queria esclarecer duas coisas: -----

----- Em primeiro lugar, relativamente à recomendação apresentada pelo seu partido, referiu que a inicialmente distribuída, na sequência de conversas havidas com as lideranças de vários Agrupamentos Políticos da Assembleia Municipal, tinha sido alterada pela redacção distribuída em segundo lugar. Isto porque o objectivo não era uma tomada de posição por tomada de posição, mas sim o de introduzir alterações no funcionamento do Município. -----

----- Por outro lado, no que respeitava à Agenda 21, inclusivamente de acordo até com as orientações que saíram de Porto Alegre, era entendimento do Bloco de Esquerda que deveria mesmo ser constituído – mas não o fizeram como proposta – um fórum de discussão da cidade que abrangesse as universidades, os técnicos, as pessoas especializadas no ambiente, como naturalmente os técnicos da Câmara e os órgãos municipais, no sentido disso ser um debate sério, um debate que tivesse a ver com o Plano Estratégico e o Plano Director Municipal, naturalmente. -----

----- Quanto à questão da participação das Juntas de Freguesia, disse que a posição do Bloco de Esquerda era claramente nesse sentido. Aliás, permitia-se plagiar um autor do início do século passado: “todo o poder às Juntas de Freguesia”, porque realmente entendiam que quanto mais perto do cidadão estivesse o poder mais seria possível as pessoas serem ouvidas. Estavam a tratar das ONGs, mas se a Assembleia quisesse o Bloco de Esquerda não via qualquer problema que tal fosse incluído na recomendação. -----

----- Mas – esclareceu – quando falava das ONGs estava-se a referir exactamente às comissões de moradores, às associações de moradores, às colectividades, enfim, a todas as estruturas que os cidadãos tinham para se agrupar para o lazer ou para a defesa dos seus interesses. -----

----- Disse, ainda, que Sr. Presidente da Câmara tinha respondido à questão que ele próprio levantara relativamente ao investimento na questão das crianças, da juventude e da educação, mas respondera-lhe com base no Orçamento, ou seja, respondera-lhe que havia 12 milhões de euros previstos. Só que ele não se tinha referido ao Orçamento mas sim ao Plano de Investimentos, e aí, de facto, relativamente aos anos de 2002, 2003, 2004 e 2005 os números indicados baixavam com o correr dos anos. Ouvira a explicação de que havia necessidade de ir baixando, mas chamava a atenção de que não era critério geral baixar, porque, por exemplo, na página seguinte estava a Polícia Municipal que, por acaso, todos os anos subia. Não estava a dizer que a Polícia Municipal não devesse subir e que o problema da segurança não devesse ser tratado, o que estava a dizer era que esse não podia ser o critério porque a aposta teria que ser, decididamente, em crianças, educação e juventude, porque aí estava o futuro da cidade e era aí que teria que se investir, fundamentalmente. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que tinha ouvido atentamente a intervenção do Sr. Presidente da Câmara e parecera-lhe, como lhe comentava um colega do lado, que estavam perante um discurso até com um certo tom de esquerda, mas depois com algumas propostas tipicamente de direita, nomeadamente aquela de se lembrar de conceder aos privados a gestão do espaço público, concretamente a gestão do estacionamento na Cidade de Lisboa. Enfim, eram contradições! Esperava que um dia o discurso viesse a ter alguma credibilidade nessa matéria de esquerda, que achava difícil, mas, apesar de tudo, deixava ficar o registo. Naturalmente, não seria com bonitas palavras que se podiam convencer as pessoas, porque depois, perante uma questão concreta, a proposta era tipicamente de direita. Ou seja, havia um problema com o estacionamento, entregava-se aos privados! -----

----- Disse, depois, que estavam perante umas Grandes Opções do Plano e um Orçamento, que sobreviviam, nomeadamente o Orçamento, pela continuidade que dava às obras em curso, porque, se não fosse isso, estariam perante um Orçamento muito insatisfatório. Salvava-se por essa via, e, portanto, ficava também o registo. -----

----- Era um Orçamento que ignorava por completo os compromissos eleitorais – tirando a questão do túnel das Amoreiras, a que se iria também referir – mas que efectivamente diminuía em cerca de 4,5% o investimento para a reabilitação urbana; que diminuía em cerca de 8,3% o investimento em construção e conservação; e diminuía em cerca de 75% o investimento em infra-estruturas. No entanto, curiosamente, aumentava em cerca de 40,7% as verbas para a prestação de serviços. Esperava que não fosse para os tais *jobs* que o Sr. Presidente da Câmara tinha referido, e muito bem, aludindo ao seu Governo a nível nacional, quando disse que não se podiam substituir os eventuais *jobs* rosas por *jobs* laranjas. Esperava que não caísse nessa tentação na Câmara Municipal de Lisboa, porque estariam atentos e exerceriam o direito de crítica se tal viesse a acontecer. -----

----- Mas ficava registado que se diminuía coisas essenciais enquanto se aumentava em 40,7% a prestação de serviços. -----

----- Por outro lado, era um Orçamento que não previa também nenhuma dotação para a regularização de obras fundamentais para a cidade, que estavam em fase terminal, como, por exemplo, o projecto do Alto do Lumiar. -----

----- Era um Orçamento que previa receitas extraordinárias através da alienação de património, mas que não discriminava qual o património a alienar. E, a propósito, desde já solicitava à Câmara que em próxima reunião da Assembleia indicasse qual o património que pretendia alienar, porque tinham todo o direito de saber qual era e na altura própria se pronunciarem sobre a matéria. -----

----- Aludindo à questão do túnel das Amoreiras, disse que, curiosamente, sobre uma proposta concreta de recomendação que o PS apresentara para que se promovesse um grande debate público sobre a matéria, já hoje ali tinha ouvido, da parte de representantes da maioria, duas ou três posições distintas: o Deputado Municipal Rui Gomes da Silva disse que votavam contra a proposta, que fariam uma apresentação, mas uma apresentação, naturalmente, era *show-off* não era discutir; depois o Vereador Pedro Pinto disse que iam fazer uma audição pública e um debate público sobre a matéria, o que registava e fazia votos para que prevalecesse essa posição. -----

----- Acrescentou que para o Partido Socialista não estava em causa a legitimidade da intencionalidade dessa obra. O PSD ganhara as eleições para a Câmara Municipal, ganhara particularmente até o Sr. Dr. Santana Lopes, e, portanto não estava em causa a legitimidade de pretender fazer a obra. Mas era evidente que, enquanto membros da Assembleia Municipal, não abdicavam também do direito de discutir as grandes questões da cidade, e esta era uma obra estruturante como já ali havia sido dito pelo seu colega de bancada, Deputado Municipal Dias Baptista. -----

----- E porque havia alguma polémica quanto à viabilidade técnica e quanto às consequências que poderiam advir para a cidade, pretendia o Partido Socialista que houvesse um grande debate público sobre essa matéria, que se ouvissem as

associações profissionais, as ordens profissionais, os operadores de transportes, as associações ambientais e os cidadãos residentes, uma vez que, à partida, essa obra beneficiaria muito quem vinha de fora, quem vinha da Linha. Seria uma obra para a Linha?! Ver-se-ia! -----

----- Mas era necessário discutir a questão porque havia algumas dúvidas logo à partida, já que os estudos de que tinham conhecimento eram insatisfatórios. Em primeiro lugar, não estava esclarecido qual o volume de tráfego/hora que a implementação dessa infra-estrutura iria provocar na cidade, ou seja, quantos mais carros entravam por hora com um túnel que começava nas Amoreiras e terminava na Praça do Marquês de Pombal, porque não era só “despejar” automóveis era preciso saber como se escoavam depois pela cidade, e esse estudo, seguramente, não estava feito.-----

----- Por outro lado, também não estavam analisadas as consequências perversas que poderia ter essa obra, como, por exemplo, constituir uma alternativa à Segunda Circular para quem vinha do Norte para o Sul do País. É que a Segunda Circular estava congestionada e poderia haver a tentação de atravessar a cidade, porque chegando-se à Praça Marquês de Pombal imediatamente se chegava à Ponte 25 de Abril. Além de tudo isso, era também preciso um estudo de impacte ambiental sobre a implementação do túnel, como também equacionar as questões relacionadas com a segurança, que tinham a ver com o plano de inclinação e também com os metros de túnel coberto que iriam ter. -----

----- Portanto, sem pôr em causa a legitimidade da obra, essas questões mereciam um debate público, um debate sério, como mereciam também o empenhamento de todos os Deputados Municipais para que não restassem dúvidas sobre a exequibilidade e sobre a utilidade da obra em causa. -----

----- Disse, ainda, que o PS não faria nunca ao PSD o que o PSD fizera ao PS a nível nacional, quem governava fazia-o com o seu próprio orçamento, e, portanto, a posição do PS não seria nunca de inviabilizar o Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa, que, como já referira, era um Orçamento sofrível, um Orçamento a atirar muito para o fraco, mas era o Orçamento da equipa. Aliás, era o Orçamento do PS em relação à obra feita, mas não era o Orçamento do PS naquilo que se propunha para além da obra feita. Não acreditava que o PSD tivesse ganho as eleições só para fazer a obra que estava em curso! Era evidente que não, algum génio haveria de aparecer da parte do PSD, e o túnel ali estava como estava a proposta do PS no sentido de o debater e analisar, desde que o PSD não tivesse medo do debate público como transparecera da intervenção do Deputado Rui Gomes da Silva, que, contudo, não foi secundado pelo Sr. Vereador Pedro Pinto. -----

----- Rematou dizendo que o PS se iria abster na votação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Gomes da Silva (PSD)**, no uso da palavra, esclareceu que na sua primeira intervenção tinha dito que não havia necessidade de repetição porque a Câmara iria fazer esse debate e essa apresentação pública, ao contrário daquilo que a maioria anterior fazia. -----

----- Mas percebia agora a simpatia do Deputado Miguel Coelho pelo Presidente da Câmara por esse “particularmente até pelo Dr. Santana Lopes”! O Dr. Santana Lopes, há pouco, lá fora, tinha-lhe dito que não via nenhum inconveniente em que o PSD votasse a favor da recomendação. Portanto, o PS tinha na Presidência da Câmara um amigo e o PSD fazendo jus ao apelo do PS e ao apelo do Sr. Presidente da Câmara iria votar favoravelmente a recomendação. -----

----- O PS tem no Presidente da Câmara um amigo, e esse “particularmente até” ficou bem, disse a terminar. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação as Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2002-2005, proposta 111/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por maioria, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PPM e a abstenção do PCP, PS, PEV e BE. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- Depois submeteu à votação o Orçamento do Município de Lisboa para ano de 2002, proposta 111/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por maioria, com votos favoráveis PSD, CDS-PP e PPM e a abstenção do PCP, PS, PEV e BE. -----

----- Por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- Submeteu seguidamente à votação a 1ª recomendação, apresentada pelo Bloco de Esquerda, já transcrita no início do debate, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Depois pôs em votação a 2ª recomendação, apresentada pelo Partido Socialista, já transcrita no início do debate, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- (Os documentos acabados de votar, bem como o Parecer da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ficam devidamente arquivados nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião informando que Sessão prosseguiria no próximo dia 14 de Maio, em terceira reunião, pelas 15 horas. -----

----- Eram 20 horas e 35 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segunda Secretária, \_\_\_\_\_.

----- O PRESIDENTE -----